



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

PROCESSO N°: 5048/2025

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, por intermédio do(a) Pregoeiro/Agente de Contratação **SILVIA DO SOCORRO NUNES MIRANDA**, designado(a) pela **PORTARIA Diger N° 138, DE 27 DE MARÇO DE 2026**, torna público, que, na forma da **Lei n.º 14.133/2021, IN SEGES/ME N° 73/2022, Decreto n° 11.246/2022**, da **Lei Complementar n° 123/2006**, e da **Lei n° 8.078/1990** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DE ENTREGA DO EDITAL:** Dia **02/06/2026**, no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**DATA DE ENTREGA DE PROPOSTA:** A partir da entrega do Edital, no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** **Maior desconto, por Lote Único.**

**MODO DE DISPUTA:** Aberto.

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não.

**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:** Dia **18/06/2026**, às **09h00 (nove horas)** - Horário de Brasília/DF.

**LOCAL:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**CÓDIGO UASG:** 080003

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

## 1. DO OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia em voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service (UCaaS), baseados no protocolo SIP, com fornecimento de 600 linhas com numeração DID/DDI, permitindo o uso simultâneo de até 5 dispositivos por ramal/licença, incluindo licenças correspondentes, troncos SIP/SBC, portal de administração com controle de permissões e segregação de perfis, monitoramento e relatórios, de acordo com as condições, prazos e requisitos técnicos definidos no anexo I - Termo de referência.

**1.1.1.** Para a fase inicial de implantação, deverá ser assegurada a disponibilização de 450 linhas VoIP devidamente distribuídas entre todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, abrangendo os estados do Pará e do Amapá, incluindo prédio sede, anexos, Fóruns e Varas do Trabalho.

**1.1.2.** Em caso de discordância entre as especificações constantes do **ANEXO I - Termo de Referência** deste Edital e as previstas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão as primeiras.

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

**2.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018 e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**2.1.1.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**2.1.2.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**2.1.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**2.1.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.1.5.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.2.** O cadastramento no **SICAF** poderá ser realizado pelo interessado em



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizadas nas Unidades da Federação.

**2.3.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

**2.3.1.** O uso de senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT 8ª Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.5.** Como requisito para participar neste Pregão, a licitante deverá efetivar, em campos próprios do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

**2.5.1.** Declaração quanto à ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos/apensos, bem como quanto ao pleno cumprimento dos requisitos de habilitação definidos no edital;

**2.5.2.** Declaração quanto à inexistência de fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**2.5.3.** Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, no sentido de que a Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**2.5.4.** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**2.5.5.** Declaração Independente de Proposta, conforme modelo disponível no sistema Comprasgovernamentais.

**2.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

**2.7.** A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

**2.8. Não poderão participar deste Pregão:**

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**2.8.1.** Sociedade empresária ou Empresário individual impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

**2.8.2.** Sociedade empresária ou Empresário individual suspenso (a) de participar de licitação e impedido de contratar com o TRT 8ª Região, durante o prazo da sanção aplicada;

**2.8.3.** Sociedade empresária ou Empresário individual declarado (a) inidôneo (a) para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**2.8.4.** Sociedade empresária ou Empresário individual cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do presente Pregão;

**2.8.5.** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**2.8.6.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.8.7.** Pessoas jurídicas constituídas sob a forma de **cooperativas** de trabalho/cooperativas de mão de obra, caso:

**a)** haja a necessidade de subordinação jurídica, pessoalidade e/ou habitualidade entre os trabalhadores cooperados e o licitante a ser contratado;

**b)** não tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social, compatíveis com o objeto a ser licitado;

**c)** a prestação do objeto não atenda aos objetivos sociais da cooperativa; e/ou

**d)** não estejam em conformidade com a Lei n. 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, e a Lei n. 12.960/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho.

**2.8.8.** Sociedade empresária ou Empresário individual que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

**2.8.8.1.** Não se enquadram no impedimento definido neste subitem, as empresas em recuperação judicial que apresentarem **certidão** emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, onde comprove estar apta economicamente a participar de procedimento licitatório.

**2.8.9.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**2.8.10.** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

**2.8.10.1.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s);

**2.8.10.2.** Que se enquadrem nas **vedações** previstas no **artigo 14º da Lei nº 14.133, de 2021**, no que for aplicável ao objeto desta licitação, onde se normatiza que **não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente**:

**2.8.10.2.1.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**2.8.10.2.2.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.8.10.2.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive em face do licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, como intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (§ 1º, Art. 14, Lei nº 14.133/2021).

**2.8.10.2.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.8.10.2.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.8.10.2.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.8.11.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**2.8.12.** Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

**2.8.13.** Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

**2.9.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**2.9.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

**2.9.1.1.** Como o objeto desta licitação não é exclusivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" em nada impedirá o prosseguimento no certame;

**2.9.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s);

**2.9.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**2.9.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**2.9.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**2.9.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

**2.10.** A **declaração falsa** relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**2.11.** Considerando o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República, que consagra poder/dever à Administração de garantir a razoável duração do processo administrativo e meios que garantam a celeridade de sua tramitação; considerando o respeito ao devido processo administrativo, ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, na forma do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República; considerando a adequação entre meios e fins estritamente necessários ao atendimento do interesse público (artigo 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei n. 9.784/1999); considerando, finalmente, o princípio do julgamento objetivo (artigo 5º, "caput", da Lei n. 14.133/2021) e a possibilidade de a Administração estipular, previamente, condições editalícias, o LICITANTE que participar do certame toma ciência de que, caso seja contratado, deverá dispor de um endereço de **e-mail válido**, o qual será fornecido, no ato da contratação, e que será utilizado para o recebimento de todo e qualquer tipo direto de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

**3. DA VISTORIA.**

**3.1.** Na presente licitação, a realização de vistoria será FACULTATIVA, e o licitante PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

**3.2.** Pelo objeto da presente licitação se tratar de serviços comum com características comuns ao mercado, não se verifica a necessidade de vistoria obrigatória.

**3.3.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**3.4.** A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência. Caso deseje realizar a visita, o prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**3.5.** Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela **empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria**.

**3.6.** O agendamento para a vistoria poderá ser realizado através do e-mail: **comap@trt8.jus.br**. Deverá ser indicado os locais que serão vistoriados e os horários **desejados para a visita**.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**4. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

**4.2.** A licitante deverá **encaminhar proposta**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, **até a data e horário marcados para abertura da sessão pública**, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**4.3.** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**a)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos/apensos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**b)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**c)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**d)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**e)** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

**f)** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

**4.4.1.** A falsidade da declaração de que trata este subitem sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

**4.5.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

**4.6.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

**4.7.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação quando solicitados caso constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**4.8.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação quando solicitada, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n° 123, de 2006.

**4.9.** Até à abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema.

**4.10.** As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**4.11.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem a convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas do compromisso assumido.

**4.12.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

**4.13.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**4.14.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**4.15.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**4.16.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.17.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**a)** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**b)** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea acima.

**4.18.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**a)** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**b)** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

**5.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, a ser conduzida pelo Pregoeiro(a), dar-se-á automaticamente, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital., no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**5.2.** A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**5.3.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.4.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

**6.1.** O(A) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará, nos termos do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, motivadamente, aquelas que:

**I** - contiverem vícios insanáveis;

**II** - não obedecerem/apresentarem os requisitos e especificações técnicas pormenorizadas estabelecidas neste Edital em seu **ANEXO I - Termo de Referência**;

**III** - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

**IV** - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**V** - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**6.1.1.** O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRT 8ª ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**6.1.2.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.1.3.** A desclassificação será sempre **fundamentada e registrada** no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.1.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.1.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.1.6.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.2.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, conforme consta do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

**I** - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação no prazo de 5 minutos;

**II** - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei quanto à execução de objeto(s) igual(is) ou similar(es) ao(s) ora licitado(s) neste certame prestado(s) à iniciativa pública ou privada, podendo, neste último caso, serem realizadas diligências pelo pregoeiro(a)/agente de contratação, para verificar a sua regularidade e veracidade;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**III** - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento previsto no § 1º, Art. 5º do Decreto nº 11.430/2023, a serem comprovadas pelas empresas licitantes, respeitada a seguinte ordem:

- a) medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;
- b) ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
- c) igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- d) práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- e) programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- f) ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

**IV** - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.2.1.** Será concedido o prazo de 2:00h às empresas licitantes comprovarem o efetivo cumprimento de cada um dos itens II a IV do subitem acima.

**6.2.2.** Caso ainda permaneçam empatadas às propostas, em igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**I** - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; **(Esta compra é de órgão ou entidade da esfera federal, motivo pelo qual não se aplica o critério de desempate previsto no § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021)**

**II** - empresas brasileiras;

**III** - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**IV** - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, sendo essas práticas referentes às mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros

**6.2.3.** As regras previstas neste subitem não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**6.2.4.** durante o julgamento, também poderá ocorrer empate entre duas ou mais propostas, pelo que o agente de contratação/pregoeiro, após observar informação automática do Sistema do Governo Federal - Compras.gov.br, notifica e oferece a opção de retornar o item para a disputa final.

**6.2.5.** Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre os licitantes empatados, conforme previsto no § 2º do Art. 28 da Instrução Normativa nº 73/2022, criado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI N° 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024.

**6.2.5.1.** Na hipótese de a sessão pública de sorteio ser efetuada de forma presencial, deverá ser transmitida em canal oficial deste Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e será observada a seguinte sequência de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

procedimentos:

- I** - os nomes das licitantes que se encontram em situação de empate serão consignados em papелotes individuais, devidamente registrados em tipografia legível e de fácil visualização;
  - II** - antes do sorteio, deverão ser demonstrados a todos os participantes da sessão o conteúdo impresso dos papелotes individuais, de maneira a assegurar a transparência e a equidade do procedimento;
  - III** - os papелotes individuais serão dobrados de modo a evitar a prévia e indevida identificação dos licitantes;
  - IV** - os papелotes serão introduzidos em um recipiente adequado para realização do sorteio, e em conformidade com as circunstâncias e as necessidades da sessão, poderá ser utilizada a mão humana ou outros recipientes que viabilizem a mistura dos papелotes individuais;
  - V** - após a devida mistura dos papелotes individuais, um servidor de apoio técnico procederá ao sorteio, e, imediatamente após a seleção, o resultado do vencedor será divulgado a todos os participantes da sessão;
  - VI** - serão realizados tantos outros sorteios que se fizerem necessários para definir as demais ordens de classificação, em caso de empate entre três ou mais empresas, a fim de assegurar a lisura do sorteio;
  - VII** - a sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial deste Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.
- 6.3.** Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES.**

- 7.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.
- 7.2.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, com **critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, sendo o valor base do certame **o máximo aceitável estimado** por esta administração no **item 28 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 7.2.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será **prorrogada automaticamente** pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.2.2.** A **prorrogação automática** da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.2.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.2.4.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.2.5.** O intervalo mínimo de diferença percentual entre os lances, que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,90% (noventa centésimo por cento) do valor estimado.**

**7.2.6.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**7.3.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor/percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.4.** A licitante somente poderá oferecer lance de preço inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**7.5.** Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro. **(Observar Art. 60/Lei n° 14.113/2021)**

**7.6.** Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do **MAIOR DESCONTO** registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**7.7.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**7.7.1.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**7.8.** Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor/percentual for considerado inexecuível.

**7.9.** Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

**7.10.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

**7.11.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações **(§ 4º, Art. 56, Lei n° 14.133/2021)**.

**7.11.1.** Após o reinício previsto neste subitem, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8. DA DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A).**

**8.1.** Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances e se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.2.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.3.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

**9.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte **até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:**

**9.1.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

**9.1.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita neste item do edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**9.1.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta Condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

**9.2.** Na hipótese da não adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor máximo aceitável para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

**10. DA NEGOCIAÇÃO.**

**10.1.** Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

**10.1.1.** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, quando for o caso, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.1.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**10.1.3.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

**10.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**10.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**10.4.** Conforme consta do **Art. 29 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME N° 73/2022**, encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação/pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos **arts. 33 e 34** dessa mesma Instrução, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

**10.5.** Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

<b>11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.</b>
---

**11.1.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da convocação no sistema do anexo pelo pregoeiro(a), envie a **proposta adequada ao último lance ofertado**, conforme o **Anexo II – Modelo de Proposta Escrita**, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos **documentos complementares**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**11.1.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**11.1.2.** A proposta comercial a ser encaminhada deverá também ser apresentada na forma e requisitos indicados nas alíneas seguintes:

**a)** De preferência impressa em papel timbrado, redigida com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;

**b)** Fazer menção ao número deste Pregão Eletrônico e conter a razão social da licitante, o CNPJ, podendo indicar o endereço com o CEP, o número de telefone e/ou fax e e-mail, se houver, o banco, a agência e os respectivos códigos e o número da conta-corrente para efeito de emissão de nota de empenho, formalização do contrato e posterior pagamento;

**c)** Declarar nome, estado civil, profissão, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail e cargo na empresa da pessoa que ficará responsável pela assinatura do contrato;

**d)** Declarar concordância com o prazo de entrega, como também, com as demais condições previstas no **Termo de Referência, Anexo I** deste Edital.

**e)** Declarar o prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias**, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

**e.1)** Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, ele será considerado como aceito para efeito de validade da mesma;

**f)** Conter descrição detalhada do(s) item(ns) proposto(s), atendendo aos quantitativos e às especificações mínimas descritas no **Anexo I – Termo de Referência** e em seu(s) anexo(s)/apenso(s), indicando os números de identificação dos objetos ofertados.

**11.2.** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

indicada neste item, será desclassificada e **sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.**

**11.3.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ofertado com o **valor máximo aceitável** para a contratação neste Edital e em seu(s) anexo(s)/apenso(s), observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES n° 73, de 30 de setembro de 2022](#), e em relação à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**11.3.1.** O(A) Pregoeiro(a) **poderá solicitar parecer de técnicos** pertencentes ao quadro de pessoal do TRIBUNAL ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**11.4.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**11.5.** Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos **valores máximo aceitável** ou com preços manifestamente **inexequíveis**.

**11.5.1.** Considerar-se-á **inexequível** a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão, pelo que se poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (§ 2º, Art. 59, Lei n° 14.133/2021).

**11.5.2.** A análise acerca da inexequibilidade da proposta se deterá tanto em face de cada item quanto em relação ao seu valor global (**Acórdão 2190/2024 Plenário-TCU**).

**11.5.3.** É indício de inexequibilidade das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**, que só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a)** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**11.6.** Erros e omissões existentes nas propostas comerciais inicialmente enviadas poderão ser retificados pelo licitante, após solicitação ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que nenhum dos preços finais ofertados para cada um do(s) item(ns) sofra(m) acréscimo(s).

**11.6.1.** Será **desclassificada** a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro e/ou que:

- a)** contiver vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no **ANEXO I - Termo de Referência;**
- c)** apresentar preços inexequíveis, conforme consta do **subitem 11.5** acima, ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração nos termos das **alíneas do subitem 11.5.1** acima;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seu(s) anexo(s)/apenso(s), desde que insanável.

**11.7.** Para efeito de aceitação da melhor proposta comercial, somente serão consideradas no preço proposto duas casas decimais, para os valores unitários e totais.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**11.8.** Se a proposta não for aceitável, se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

**11.9.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**11.10.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 2(duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.10.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**11.11. PARA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR PARA O GRUPO ÚNICO, SERÁ REALIZADO TESTE DE BANCADA, CONFORME APENSO VI DO ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA, COMO A SEGUIR:**

**11.11.1.** O Teste de Bancada tem por finalidade verificar, de forma objetiva, prática e verificável, o atendimento integral aos requisitos técnicos e funcionais mínimos estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência para a solução UCaaS/VoIP ofertada pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

**11.11.2.** O teste de Bancada:

**a)** terá caráter eliminatório;

**b)** será realizado com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar;

**c)** constitui condição obrigatória para a aceitabilidade da proposta e para o prosseguimento do certame.

**11.11.3.** A reprovação implicará a **desclassificação** da proposta, com convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

**11.11.4.** O Teste de Bancada será realizado, de forma presencial, nas dependências da CONTRATANTE, situada na Travessa Dom Pedro I, nº 746, bairro Umarizal, CEP 66050-100, Belém/PA, ou em outro local previamente informado no ato de convocação.

**11.11.5.** Compete à CONTRATANTE disponibilizar acesso à internet e à infraestrutura básica de rede necessária à execução do roteiro.

**11.11.6.** Compete integralmente à licitante:

**a)** disponibilizar todos os equipamentos, dispositivos, licenças temporárias, softwares, hardphones, softphones, aplicativos móveis, manuais e demais recursos necessários à demonstração;

**b)** assegurar a presença de equipe técnica qualificada;

**c)** garantir o pleno funcionamento da solução durante o período do teste.

**11.11.7.** O Teste de Bancada será realizado sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**11.11.8.** A verificação será realizada exclusivamente com base nas Tabelas constantes do Apenso VI do anexo I – Termo de referência, que consolidam os requisitos técnicos e funcionais mínimos revistos no Termo de Referência.

**11.11.9.** Os itens constantes das Tabelas deverão ser demonstrados de forma prática e verificável, mediante execução real das funcionalidades, vedada a mera apresentação de material publicitário, vídeos **previamente gravados ou declarações não demonstradas.**

**11.11.10.** Cada item constante das Tabelas será avaliado de forma objetiva, com registro em campo próprio, conforme as opções:

a) Atende

b) Não Atende

**11.11.11.** Será considerada aprovada no Teste de Bancada a licitante que demonstrar o atendimento integral e inequívoco de todos os requisitos obrigatórios constantes das Tabelas do apenso VI do anexo I – Termo de referência.

**11.11.12.** A não comprovação de qualquer requisito obrigatório implicará **reprovação e consequente desclassificação da proposta.**

**11.11.13.** Após o início do Teste de Bancada, ficam vedadas:

a) alteração de código-fonte;

b) atualização de versão da solução apresentada;

c) aplicação de correções estruturais (patch);

d) substituição da plataforma originalmente ofertada.

**11.11.14.** Serão admitidos apenas ajustes de configuração necessários à execução do roteiro, desde que não impliquem modificação estrutural da solução.

**11.11.15.** A constatação de alteração indevida implicará desclassificação **imediata, mediante registro em ata.**

**11.11.16.** O Teste de Bancada deverá ser concluído no prazo máximo de **01 (um) dia útil**, podendo a Fiscalização, de forma justificada, estender o prazo **exclusivamente para finalização de demonstrações iniciadas.**

**11.11.17.** Ao término do Teste de Bancada será elaborado:

a) **Relatório Técnico Circunstanciado;**

b) Ata de avaliação.

**11.11.18.** Os documentos deverão conter:

a) identificação dos participantes;

b) registro individual do resultado de cada item avaliado;

c) eventuais ocorrências relevantes;

d) conclusão final quanto à aprovação ou reprovação.

**11.11.19.** Eventuais falhas comprovadamente atribuíveis à infraestrutura disponibilizada pela CONTRATANTE poderão ensejar a repetição pontual do item afetado, mediante registro formal em ata, não **configurando nova oportunidade integral de realização do Teste.**

**11.12.** Se a **proposta não for aceitável** ou se a licitante deixar de reenviar a proposta ou não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**11.12.1.** Como o item(ns)/grupo(s) deste edital não é(são) exclusivo(s) para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do **empate ficto**, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n° 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**11.13.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**12. DA HABILITAÇÃO.**

**12.1.** A habilitação parcial das licitantes será verificada por meio do **SICAF**, nos **níveis de validade I, II, III, IV e VI**, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

**12.1.1.** As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no **SICAF** deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

**12.1.2.** É dever e responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN n° 3/2018, art. 7º, caput), para que estejam consistentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada/ajustada/retificada.

**12.1.3.** O descumprimento do subitem acima poderá implicar na inabilitação/desclassificação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**12.1.4.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante melhor classificado.

**12.2.** Os licitantes/fornecedores deverão apresentar/atender a seguinte documentação complementar a título de qualificação técnica:

**12.2.1. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

**12.2.1.1.** A CONTRATADA deverá executar os serviços por meio de equipe técnica própria composta por profissionais especializados e comprovadamente qualificados nas áreas de:

- a) telefonia IP e sistemas de Voz sobre IP (VoIP);
- b) comunicação unificada e colaboração (UcaaS);
- c) administração e monitoramento de plataformas em nuvem; e
- d) suporte técnico e manutenção de equipamentos e softwares relacionados ao ambiente contratado.

**12.2.1.2** Os técnicos designados para a execução dos serviços deverão obrigatoriamente:

- a) Estar formalmente **registrados ou contratados pela CONTRATADA**, constando no quadro funcional ativo da empresa;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**b) Possuir treinamento técnico e experiência comprovada na operação, manutenção e suporte de soluções de comunicação unificada em nuvem, com certificações ou cursos emitidos pelo fabricante da solução ofertada ou por entidade reconhecida no mercado de telecomunicações, compatíveis com a plataforma apresentada;**

**c) Em atendimentos presenciais, apresentar-se devidamente uniformizados, identificados com crachá funcional da empresa e com postura profissional compatível com o ambiente institucional do TRT da 8ª Região.**

**12.2.1.3.** A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação das **certificações, treinamentos ou currículos dos profissionais indicados para execução dos serviços**, sem prejuízo das demais exigências contratuais.

**12.2.1.4.** Os funcionários da CONTRATADA, que prestarão os serviços contratados, devem ter experiência comprovada na operação e suporte de equipamentos e plataformas de comunicação unificada equivalente aos que serão fornecidos no âmbito desta contratação.

**12.2.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

**12.2.2.1.** Para comprovar sua aptidão técnica e experiência na execução de serviços de natureza semelhante ao objeto desta contratação, a LICITANTE deverá apresentar, no momento da habilitação, os seguintes documentos:

**a) Autorização da ANATEL**

**I)** Comprovação de que a LICITANTE possui licença, outorga ou autorização emitida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, válida na data de apresentação da proposta, conforme a regulamentação vigente.

**II)** A exigência de autorização da ANATEL tem por objetivo assegurar que a empresa esteja legalmente habilitada a prover serviços de voz sobre rede pública, garantindo conformidade técnica e regulatória.

**b) Atestados de Capacidade Técnica**

**I)** Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória, pela LICITANTE, de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

**II)** Os atestados deverão evidenciar experiência da LICITANTE, no mínimo, em:

**II.1)** Implantação e operação de solução de Voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade UcaaS (Unified Communications as a Service) ou equivalente, com funcionalidades integradas de comunicação unificada, incluindo, no mínimo: softphone, URA, painel gerencial, relatórios e indicadores de uso;

**II.2)** Atendimento a clientes com abrangência geográfica múltipla, comprovando experiência com operação em diversas localidades físicas;

**III)** A LICITANTE deverá comprovar a execução de serviços equivalentes em porte e complexidade, com atendimento simultâneo de, no mínimo, 300 (trezentas) linhas/ramais ativos, por prazo mínimo de 12 (doze) meses.

**III.1)** Será admitido o somatório de atestados, inclusive relativos a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

execuções concomitantes, desde que a documentação apresentada permita verificar, de forma objetiva, que a LICITANTE executou serviços compatíveis com o objeto licitado e que atendeu ao quantitativo mínimo e ao prazo mínimo previsto no anexo I - Termo de Referência.

**IV)** A Administração reserva-se o direito de verificar a autenticidade dos documentos apresentados, mediante diligências ou consultas aos órgãos ou entidades emittentes.

**b.1) Responsabilidade Técnica**

**I)** Em todos os casos, os atestados deverão:

- Estar assinados por responsável legal da entidade emittente;
- Conter informações suficientes para identificação do objeto e do período de execução;
- Estar acompanhados, quando exigido, da devida comprovação de vínculo do responsável técnico (ART ou documento equivalente).

**b.2) Responsabilidade Solidária**

**I)** O atendimento aos requisitos acima não exime a CONTRATADA da plena responsabilidade pelo cumprimento integral do objeto, pela qualidade dos serviços prestados e pela observância das normas técnicas aplicáveis.

**a)** Ficam vedadas as exigências de quantidades mínimas de atestados ou declarações de capacidade técnica e/ou prazos máximos com relação às datas em que foram expedidos;

**b)** O licitante tem a liberdade de apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar sua aptidão;

**c)** Cabe ao Pregoeiro(a) em conjunto com a Área Técnica Demandante, durante o exame da documentação de habilitação, analisar o conteúdo dos atestados e pronunciar-se quanto à suficiência deles, podendo concluir, motivadamente, com base em critérios objetivos já prefixados neste edital, que o somatório dos atestados apresentados por um único licitante não é suficiente para habilitá-lo, ou, da mesma forma, habilitar licitante que apresente um único atestado.

**d)** Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo aceitável da contratação, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

**d.1)** Conforme consta do **inc. I, Art. 69, Lei nº 14.133/2021**, o **Balanco Patrimonial** deverá ser apresentado quanto ao 2 (dois) últimos exercícios sociais devidamente registrados na forma das normas aplicáveis ao caso;

**d.1.1)** O Balanco Patrimonial limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2(dois) anos (§ 6º, Art. 69, Lei nº 14.133/2021).

**d.1.2)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanco de abertura**, conforme reza o § 1º, Art. 65, Lei nº 14.133/2021.

**d.2)** O licitante enquadrado como **microempreendedor individual (MEI)** que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado, **apenas**, da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**d.2.1)** Quanto à **apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais (Inc. I, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021)**, salvo exceção prevista no § 6º desse mesmo dispositivo (b.1.1 acima), **não estará dispensado**, uma vez que, em decorrência do Princípio de Especificidade, sendo a Lei nº 14.133/21 mais específica na seara das licitações e contratos, deverá esta ser aplicada ao caso concreto dessa natureza, não havendo nenhuma previsão de benefício dessa natureza em seu Art. 69 que possui rol taxativo.

**e)** A **certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em Consulta - Cadastro - Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira, devendo ser verificado o registro dos dados referentes à Certificação de Falência / Recuperação, (Código de Controle da Certidão, Data da Emissão e Data de Validade).

**e.1)** Na ausência de total documento no SICAF, a licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua apresentação, exceto quando a pessoa jurídica não se sujeitar à falência, como no caso das cooperativas, conforme art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 6 de dezembro de 1971.

**f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

**12.3.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do pregoeiro, cujo prazo poderá coincidir com aquele previsto no **subitem 11.1** deste Edital.

**12.4.** O(A) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

**12.4.1.** O(A) pregoeiro(a), verificará durante a fase de habilitação da empresa, nos termos do **acórdão 1793/2011 do TCU**:

**a)** A existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP/CGU;

**b)** A existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

**c)** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do **Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

**d)** A **composição societária das empresas** a serem contratadas no sistema Sicaf



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

a fim de certificarem se entre os sócios há servidores do próprio órgão/entidade contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**12.4.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**12.4.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor/Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**12.4.2.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**12.4.2.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**12.4.3.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro/licitante reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**12.5.** Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, inclusive os relativos à regularidade da documentação vencida, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços readequada de que cuida o subitem **11.1** ou **nos moldes do 12.13** deste edital.

**12.6.** Em caráter de diligência, os documentos poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, à Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na **Tv. Dom Pedro I, Bairro do Umarizal, nº 746, 2º andar, ANEXO/BLOCO IV, CEP 66.050-100, Belém/PA**.

**12.7.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

**12.8.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

**12.9.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

**12.10.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**12.11.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à **regularidade fiscal e trabalhista**, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**12.11.1.** A **não-regularização fiscal e trabalhista** no prazo previsto no



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

subitem anterior **implicará decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital (Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021), sendo **facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação**, para a **assinatura do contrato** ou **revogar a licitação**.

**12.12.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**12.13.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, contado de sua solicitação, sob pena de inabilitação.

**12.14.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**12.15.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**12.16.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **ANEXO I - Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado que não seja ME/EPP.

**12.17.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**12.18.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.18.1.** Como o item(ns)/grupo(s) **não é(são) exclusivo(s) a microempresas e empresas de pequeno porte**, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**12.19.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**I** - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**II** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**12.20.** As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos (Art. 68 da Lei 14.133/2021):

**I** - a **inscrição** no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**II** - a **inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**III** - a **regularidade** perante a **Fazenda federal, estadual e/ou municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**IV** - a **regularidade** relativa à **Seguridade Social e ao FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**V** - a **regularidade** perante a **Justiça do Trabalho**;

**VI** - o cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**.

**12.20.1.** A comprovação das habitações previstas nos **itens III a V** deste subitem deverá ser feita na forma da legislação específica ou mediante a perfeita regularidade da **certidão SICAF** prevista no **subitem 12.1** deste item;

**12.20.2.** Todos os documentos previstos nos incisos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (§ 1º, **Art. 68 - Lei 14.133/2021**).

**12.21.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**12.22.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**12.23.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

**13.DO ENCAMINHAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES.**

**13.1.** Todos os documentos exigidos para fins de PROPOSTA e HABILITAÇÃO deverão ser disponibilizados, conforme consta do **(SUB)ITEM 4**; salvo as exceções previstas nos subitens **11.1, 11.10 e 12.13** deste edital.

**14. DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS.**

**14.1.** A realização do teste de bancada será conforme a descrição no **apenso VI do anexo I- Termo de referência e do subitem 11.11 deste edital**.

**15. DO RECURSO.**

**15.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, para que **qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer**, de forma **motivada**, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**15.2.** O(A) Pregoeiro(a) fará **juízo de admissibilidade da intenção de recurso** manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

15.2.1. Nesse momento o(a) pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.3. Uma vez admitida a intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias úteis para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, ficando os **demais licitantes**, desde logo, **intimados** para, querendo, **apresentarem contrarrazões** também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias úteis**, que começarão a contar do término desse prazo do recorrente ou da intimação pessoal, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.4.1. A apreciação dar-se-á em fase única.

15.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15.10. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a AUTORIDADE SUPERIOR autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

15.11. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

**16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

16.1. Observando o **Art. 44/IN SEGES/ME n.º 73/2022**, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **AUTORIDADE SUPERIOR** para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, que ainda, conforme o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

**I - determinar** o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**II - revogar** a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**III - proceder à anulação** da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

16.2. O objeto deste Pregão será adjudicado ao(s) vencedor(es) do(s) respectivo(s) **GRUPO(S)**.

**17. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PREGOEIRO(A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**17.1.** Caberá(ão) ao(à) Pregoeiro(a) as atribuições dispostas no art. 14 do Decreto nº 11.246/2022 que regulamenta o disposto no art. 8º, §3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**17.2.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

**17.3.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o saneamento da proposta por conta de erros formais ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

<b>18. DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL.</b>
---

**18.1.** Ao **PRESIDENTE DO TRIBUNAL** caberá:

**18.1.1.** Determinar o **retorno dos autos** para **saneamento de irregularidades**;

**18.1.2.** **Adjudicar** o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver interposição de recurso;

**18.1.3.** **Homologar** o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;

**18.1.4.** **Anular** este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sempre que presente ilegalidade insanável;

**18.1.5.** **Revogar** este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

**18.2.** A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados na forma do CAPÍTULO XV da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022;

**18.3.** Nos casos de **anulação** e **revogação**, deverá ser **assegurada a prévia manifestação dos interessados**;

**18.3.1.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

<b>19. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO.</b>
--

**19.1.** Realizados os procedimentos de que trata o item anterior, o Tribunal **convocará** a(s) licitante(s) vencedora(s), durante a validade da sua proposta, para assinatura do **Termo de Contrato - Anexo III, deste Edital, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis**.

**19.1.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no mesmo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**19.2.** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

**19.3.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

**19.4.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a), quando a convocada não assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

**19.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Tribunal.

**19.5.1.** A regra do subitem anterior não se aplica ao se convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

**19.6.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**19.7.** Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto deste contrato em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos termos dos §§ 2º e 4º, Art. 90, Lei 14.133/2021.

<b>20. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AS LICITANTES.</b>
--

**20.1.** Com fundamento no **Artigo 155 da Lei nº 14.133/2002** ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do TRT 8ª, pelo **prazo máximo de até 3 (três) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que:

**20.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**20.1.2.** dar causa à inexecução total do contrato;

**20.1.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**20.1.4.** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**20.1.5.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**20.1.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

licitação sem motivo justificado;

**20.2.** Será declarada a inidoneidade da Licitante para licitar ou contratar com toda Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**, quando incidir nas hipóteses previstas no subitem 20.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e ainda, nas seguintes hipóteses:

**20.2.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**20.2.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**20.2.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**20.2.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**20.2.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**20.3.** A licitante vencedora e as demais licitantes classificadas, encontram-se sujeitas, de igual forma, às sanções previstas no Contrato, decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos.

**20.4.** Sem prejuízo da **penalidade disposta no subitem 20.1**, será aplicada à licitante que cometer quaisquer das infrações dispostas no citado subitem, a penalidade de multa de 10% sobre o valor anual estimado do contrato.

**20.5.** As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

**21. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.**

**21.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para **impugnar** ato convocatório/edital de licitação deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@trt8.jus.br](mailto:cpl@trt8.jus.br), por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133/2021** ou para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo fazê-lo **até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame**.

**21.1.1.** A(s) resposta(s) à(s) impugnação(ões) ou ao(s) pedido(s) de esclarecimento será(ão) divulgada(s) em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame** e disponibilizadas nesse mesmo prazo no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio do link Acesso Livre > Pregões > Agendados para conhecimento dos fornecedores e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

**21.2.** As **impugnações** não possuem efeito suspensivo dos prazos previstos neste Edital.

**21.2.1.** A concessão de efeito suspensivo à **impugnação** é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**21.3.** Acolhida a **impugnação** contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**21.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**22.1.** As despesas da presente licitação estão classificadas como:



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA( ORÇAMENTO, FINANÇAS E PAGAMENTOS) - SEADM**  
ADEQUAÇÃO DE DESPESA 0800032026AD000657  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO

Juntado em 27/

Exercício Orçamentário	2026	
Processo Administrativo	5048/2025	
Programa	167951	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas
Fonte	1000000000	
Elemento de Despesa	3.3.90.40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ
Descrição	FAVORECIDO: A DEFINIR  OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA EM VOZ SOBRE IP (VoIP) EM NUVEM, NA MODALIDADE UNIFIED COMMUNICATIONS AS A SERVICE (UCaaS), BASEADOS NO PROTOCOLO SIP, CONFORME DETALHADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.  TIPO DE EMPENHO: ESTIMATIVO.	
Valor	R\$ 149.457,00	
Saldo		

Itens da Adequação					
Núm.	Descrição	Subitem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE TELEFONIA EM VOZ SOBRE IP (VoIP) EM NUVEM, CHAMADA DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI) E ASSINATURA MENSAL DE NÚMERO 0800, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.	14	7,00	R\$ 20.751,00	R\$ 145.257,00
2	TREINAMENTO PARA OPERAÇÃO DA SOLUÇÃO.	20	3,00	R\$ 1.400,00	R\$ 4.200,00

BELÉM, 27/03/2026

**23. DO REAJUSTAMENTO.**

**23.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**23.2.** Após o intervalo de um ano, e a pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do **Índice de Serviços de Telecomunicações (IST)**, ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal, estando a sua aplicação regida pela legislação em vigor por ele editada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme estabelece a Lei n.º 14.133/2021 em seu artigo 25, §7º, que fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

**23.3.** Nos **reajustes subsequentes ao primeiro**, o interregno mínimo de um ano será contado **a partir dos efeitos financeiros do último reajuste**.

**23.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**23.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**23.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**23.7.** Na **ausência de previsão legal quanto ao índice substituto**, as partes **elegerão novo índice oficial**, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**23.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**23.9.** Recebido o requerimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato, a autoridade competente deste Tribunal decidirá, motivadamente em 30 (trinta) dias.

<b>24. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b>
--------------------------------------

**24.1.** Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração do TRT da 8ª Região.

**24.1.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) pregoeiro(a).

**24.1.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**24.1.3.** O horário de expediente desta Justiça Especializada é de 08:00h às 15:00h.

**24.2.** A participação nesta licitação e a apresentação da proposta implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s), bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

**24.3.** Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

**24.4.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**24.5.** A cotação levada em consideração para efeito de julgamento é de exclusiva responsabilidade da licitante.

**24.6.** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Tribunal porventura julgar necessários.

**24.7.** Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

**24.8.** As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.

**24.9.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.10.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

**24.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s), excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**24.12.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**24.13.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**24.14.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.15.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexo(s)/Apenso(s) ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**24.16.** O T.R.T. da Oitava Região poderá **anular** o certame, por vício de legalidade, ou **revogá-lo**, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, consoante prevê a **Lei nº 14.133/2021**.

**24.17.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**24.18.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**24.19.** O Edital e seu(s) Anexo(s)/Apenso(s) estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e deste Tribunal, e endereço



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

eletrônico [cpl@trt8.jus.br](mailto:cpl@trt8.jus.br).

**24.20.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da **Resolução n°. 07/2005 do CNJ**. A vedação contida na **Resolução n°. 07/2005 do CNJ** não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da **Resolução n°. 229/2016 do CNJ**.

**24.21.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do **Art. 1º e 2º da Resolução n°. 156/2012 do CNJ**.

**24.22.** É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, salvo quando expressamente autorizada pela Administração em casos excepcionais, mediante justificativa técnica e prévia anuência formal.

**24.22.1.** Na hipótese de autorização, a CONTRATADA permanecerá inteiramente responsável pelo cumprimento integral das obrigações assumidas, bem como pela qualidade, continuidade e segurança dos serviços prestados, respondendo solidariamente por eventuais falhas, danos, prejuízos ou descumprimento contratual decorrentes da atuação da subcontratada.

**24.22.2.** Fica igualmente vedada a cessão ou transferência do contrato a terceiros, a qualquer título, sem a anuência formal da Administração.

<b>25. DOS ANEXOS.</b>
------------------------

**25.1.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**
- a.1) **APENSO I - Estudo Técnico Preliminar;**
- a.2) **APENSO II - Análise de Riscos da Contratação;**
- a.3) **APENSO III - Índice de Medição de Resultados;**
- a.4) **APENSO IV - Distribuição de ramais existentes e novas linhas voip - TRT da 8ª Região (PA/AP);**
- a.5) **APENSO V - Relação de Endereços das unidades do TRT8;**
- a.6) **APENSO VI - Condições para realização do Teste de Bancada**
- b) **ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA ESCRITA;**
- c) **ANEXO III - MODELO DE CONTRATO.**

<b>26. DO FORO.</b>
---------------------

**26.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90009/2026**

privilegiado que seja.

Belém, 29 de maio de 2026.

**SILVIA DO SOCORRO NUNES MIRANDA**  
Pregoeiro(a)





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

## **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL**

### **COMAP nº 21/2025**

#### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**


- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia em voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service (UCaaS), baseados no protocolo SIP, com fornecimento de 600 linhas com numeração DID/DDI, permitindo o uso simultâneo de até 5 dispositivos por ramal/licença, incluindo licenças correspondentes, troncos SIP/SBC, portal de administração com controle de permissões e segregação de perfis, monitoramento e relatórios, de acordo com as condições, prazos e requisitos técnicos definidos neste Termo.
  - 1.1.1. Para a fase inicial de implantação, deverá ser assegurada a disponibilização de 450 linhas VoIP devidamente distribuídas entre todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, abrangendo os estados do Pará e do Amapá, incluindo prédio sede, anexos, Fóruns e Varas do Trabalho.
- 1.2. São partes integrantes deste Termo de Referência:
  - 1.2.1. Apenso I - Estudo Técnico Preliminar
  - 1.2.2. Apenso II - Análise de Riscos da Contratação
  - 1.2.3. Apenso III - Índice de Medição de Resultados
  - 1.2.4. Apenso IV - Distribuição de ramais existentes e novas linhas voip - trt da 8ª região (Pa/Ap)
  - 1.2.5. Apenso V - Relação de Endereços das unidades do TRT8
  - 1.2.6. Apenso VI - Condições para realização do Teste de Bancada

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A implantação de serviços de telefonia em Voz sobre IP (VoIP) em nuvem é imprescindível para assegurar a continuidade, qualidade e eficiência das comunicações institucionais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8). Tal modernização substitui uma infraestrutura analógica obsoleta por

 RUAN  
GABRIEL  
ARAÚJO  
FERREIRA  
12/05/2026 11:54

 HERLON  
CARLOS  
RIBEIRO  
PEREIRA  
12/05/2026 12:10

 MULLEK  
GABRIEL  
DA  
SILVA  
MIRANDA  
12/05/2026 12:18

 SAULO  
VALE  
TEIXEIRA  
DA COSTA  
12/05/2026 12:57

 BRUNO  
GONÇALVES  
RODRIGUES  
12/05/2026 13:14



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- uma solução baseada em tecnologia digital escalável, segura e de alta disponibilidade.
- 2.2. A solução proposta proporciona avanços significativos em comparação à telefonia tradicional, incorporando funcionalidades modernas como gravação de chamadas, mobilidade com uso simultâneo de múltiplos dispositivos por usuário e criptografia ponta a ponta baseada em padrões internacionais (AES-256, SRTP), ampliando a segurança, a flexibilidade e a interoperabilidade do sistema.
- 2.3. A contratação se justifica pela necessidade de eliminar as fragilidades técnicas e operacionais do atual sistema PABX analógico, o qual possui altos custos de manutenção, limitações quanto à mobilidade, baixa integração com sistemas atuais e vulnerabilidades de segurança. Além disso, a dispersão contratual entre telefonia fixa, móvel e manutenção compromete a gestão eficiente e econômica dos serviços.
- 2.4. A consolidação contratual em uma única solução de UCaaS também contribui para o fortalecimento da governança em TIC, promovendo padronização, controle centralizado, escalabilidade e eficiência na gestão dos serviços de comunicação institucional.
- 2.5. Dessa forma, considerando a especialização do serviço a ser prestado, a sua essencialidade para garantir a continuidade e modernização das comunicações institucionais, bem como por se tratar de atividade meio, e não haver no quadro de servidores do TRT da 8ª Região pessoal técnico capacitado para o desenvolvimento e a gestão de solução integrada de VoIP, justifica-se plenamente a contratação de empresa especializada.
- 2.6. A presente contratação contempla o fornecimento de solução UCaaS para todas as 34 unidades jurisdicionadas do TRT8, abrangendo tanto áreas administrativas quanto judiciais, em substituição aos contratos atualmente vigentes de telefonia fixa, móvel e manutenção do sistema analógico. A inexistência de solução contratada com estas características consolidadas reforça a urgência e a viabilidade da presente contratação.
- 2.7. Ressalta-se que as atividades previstas neste Termo não podem ser executadas no escopo dos serviços jurisdicionais e administrativos prestados pelos corpo funcional e infraestrutura do Tribunal, enquadrando-se como serviços instrumentais e especializados, passíveis de terceirização nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.507/2018 e das diretrizes da Portaria SEGES/ME nº 443/2018. A contratação indireta de empresa especializada visa garantir eficiência técnica, economicidade e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

aderência às boas práticas da Administração Pública, conforme previsto também na Lei nº 14.133/2021.

- 2.8. A estrutura deste documento baseia-se nas orientações constantes da Lei nº 14.133/2021, bem como na Resolução TRT8 Nº 064/2022 (que institui a Política de Contratações do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região) e Portaria PRESI nº 126/2023 (que institui o processo de contratações do TRT8), sendo amparada no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela equipe técnica da COMAP.
- 2.9. Por se tratar de serviço contínuo, vinculado diretamente ao funcionamento diário da comunicação institucional, a paralisação do serviço poderá acarretar prejuízos severos à operação administrativa e jurisdicional do TRT8. A natureza do objeto, entretanto, não exige dedicação exclusiva de mão de obra, não configurando cessão de mão de obra nem vínculo empregatício, sendo prestado de forma remota e gerenciada pela contratada, nos termos e níveis de serviço estipulados no contrato.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 3.1. A presente contratação destina-se à implantação, ativação, operação e suporte contínuo de solução de telefonia em Voz sobre IP (VoIP) baseada integralmente em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service (UCaaS), com o objetivo principal de substituir a atual infraestrutura analógica por uma plataforma moderna, escalável, segura e economicamente vantajosa, consolidando os diversos contratos vigentes de telefonia fixa, móvel e manutenção do TRT da 8ª Região em uma única solução integrada.
- 3.2. A solução contempla o fornecimento de 600 linhas VoIP com numeração DID/DDI, distribuídas entre as unidades do TRT8, com suporte a comunicação unificada por aparelhos IP (hardphones) padrão SIP e softphones multiplataforma (desktop e mobile), com uso simultâneo de até 5 dispositivos por usuário.
  - 3.2.1. Cada linha deverá estar necessariamente acompanhada do aparato físico correspondente, incluindo, no mínimo:
    - 3.2.1.1. Telefone IP físico (hardphone) padrão SIP, de mesa, com visor, teclado, viva-voz, suporte a PoE e funcionalidades básicas de telefonia corporativa;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 3.2.1.2. Fonte de alimentação ou injetor PoE, quando necessário, de forma a assegurar o funcionamento pleno de cada aparelho;
- 3.2.1.3. Cabo de rede padrão e demais acessórios indispensáveis à instalação e operação do equipamento;

**3.3. Quantitativo de licenças, aparelhos e cronograma de implantação**

- 3.3.1. O quantitativo de licenças e aparelhos será demandado conforme a necessidade do Tribunal e o cronograma de implantação aprovado, observada a disponibilização inicial mínima de 450 linhas/aparelhos VoIP, devidamente distribuídas entre todas as unidades do TRT8 nos estados do Pará e do Amapá (sede, Fóruns, Varas do Trabalho, anexos e demais dependências), acompanhadas dos respectivos hardphones/softphones, licenças UCaaS e funcionalidades previstas neste Termo.
  - 3.3.1.1. A distribuição seguirá a ordem de implantação definida no cronograma de implantação presente neste Termo, e os quantitativos remanescentes até o total contratado de 600 (seiscentas) linhas/aparelhos poderão ser solicitados gradualmente, sob demanda, mediante Ordens de Fornecimento emitidas pela Fiscalização.
- 3.4. Não será exigida capacidade nativa ampliada de videoconferência, evitando sobreposição com as plataformas de colaboração adotadas.
- 3.5. Deverão estar incluídas na contratação funcionalidades como:
  - 3.5.1. URAs programáveis (autoatendimento eletrônico) com menus distintos por horário e feriados e datas específicas, múltiplos níveis e interface web de configuração;
  - 3.5.2. Gravação de chamadas, com armazenamento em nuvem por 30 dias, com filtros de busca e backup automático;
  - 3.5.3. Gerenciamento centralizado via plataforma web, com controle de permissões, grupos de ramais, centros de custo, consumo, e relatórios;
- 3.6. A solução deverá apresentar infraestrutura de datacenters exclusivamente em território brasileiro, incluindo todos os Session Border Controllers (SBC) de voz, respeitando requisitos de soberania e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 3.7. Todo o tráfego de voz entre ramais e com o STFC deverá ser processado exclusivamente no Brasil.
- 3.8. A segurança da solução deverá estar em conformidade com boas práticas internacionais, incluindo criptografia de mídia e sinalização (SRTP e TLS), autenticação multifator (MFA), controle de acessos administrativos, rastreabilidade de alterações e suporte a protocolos de segurança de rede como 802.1x, QoS, VPN e firewall.
- 3.9. A CONTRATADA será responsável pela execução das atividades técnicas e operacionais previstas neste Termo, observando os marcos, prazos e responsabilidades definidos no Cronograma de Implantação, incluindo as etapas de preparação, instalação, configuração, testes, validação, treinamento e entrega dos relatórios e manuais operacionais correspondentes a:
  - 3.9.1. Configuração inicial, ativação e operação do ambiente;
  - 3.9.2. Migração e portabilidade numérica dos números existentes;
  - 3.9.3. Treinamento dos usuários indicados, com entrega de manuais e guias operacionais;
  - 3.9.4. Instalação de equipamentos físicos compatíveis com SIP 2.0 (RFC 3261), homologados pela ANATEL e compatíveis com a solução ofertada.
- 3.10. O serviço deverá apresentar nível de disponibilidade mínimo de 99,5% mensal, com suporte técnico especializado em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7), incluindo feriados, disponibilizando os seguintes canais obrigatórios de atendimento:
  - 3.10.1. E-mail, portal web e canais de emergência.
- 3.11. A contratada deverá implementar plataforma web de gestão operacional, com acesso da fiscalização, contendo recursos para:
  - 3.11.1. Controle de licenças e ramais/linhas;
  - 3.11.2. Ativação e desativação de extensões;
  - 3.11.3. Geração de relatórios e logs operacionais;
  - 3.11.4. Visualização de status de chamadas e gravações;
  - 3.11.5. Integração com diretório institucional e sistemas internos mediante APIs seguras, quando aplicável.
- 3.12. A contratada deverá apresentar relatórios técnicos sempre que ocorrerem falhas, indisponibilidades ou incidentes relevantes, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contendo descrição do incidente, análise de causa raiz, providências adotadas e plano de correção.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 3.13. A aferição da execução será feita por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), apresentado no Apenso III, conforme definido no contrato, que estipulará os indicadores de desempenho, qualidade e funcionalidade.

#### **4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. A solução a ser contratada deverá consistir em um serviço completo de Voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service (UCaaS), incluindo funcionalidades de telefonia, comunicação unificada, mobilidade, gerenciamento, segurança e suporte técnico.

4.1.1. A solução deverá abranger funcionalidades corporativas de telefonia e gestão, incluindo, no mínimo, correio de voz, URA/filas de atendimento, gravação de chamadas, integração de identidade (LDAP/AD/SSO), painéis de gestão e dashboards de qualidade.

4.1.2. Deverá incluir suporte técnico remoto e on-site, atendimento 24x7 para incidentes críticos, mecanismos de abertura e acompanhamento de chamados, portabilidade dos números atuais, conformidade com ANATEL (homologação dos equipamentos e regras aplicáveis), LGPD, e segurança de informação com criptografia TLS/SRTP. Os SBCs/elementos de mídia e o armazenamento de dados/gravações/logs deverão estar hospedados em datacenters no território nacional. O tratamento da sinalização e da mídia pela plataforma VoIP/UCaaS ocorrerá em infraestrutura localizada no Brasil, sem prejuízo do roteamento externo inerente a chamadas LDI pelas operadoras

#### **4.2. REQUISITOS ESSENCIAIS E BOAS PRÁTICAS APLICÁVEIS À CONTRATAÇÃO**

##### **4.2.1. DA CAPACIDADE E COBERTURA**

- 4.2.1.1. A solução de comunicação a ser contratada deverá garantir cobertura integral a todas as unidades organizacionais do TRT da 8ª Região, com robustez suficiente para atender a um elevado número de usuários simultâneos, mantendo estabilidade, desempenho e qualidade nas chamadas de voz.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 4.2.1.2. A contratação deverá obrigatoriamente contemplar as seguintes modalidades de chamadas:
- 4.2.1.2.1. FIXO – FIXO (Local): ligações ilimitadas oriundas da área local da unidade para telefones fixos na mesma área.
  - 4.2.1.2.2. FIXO – MÓVEL (Local): ligações ilimitadas da área local para telefones móveis na mesma área.
  - 4.2.1.2.3. FIXO – FIXO (Longa Distância Nacional): ligações ilimitadas para telefones fixos de outras localidades no território nacional (códigos DDD).
  - 4.2.1.2.4. FIXO – MÓVEL (Longa Distância Nacional): ligações ilimitadas para telefones móveis em outras localidades do território nacional (códigos DDD).
  - 4.2.1.2.5. FIXO – FIXO / FIXO – MÓVEL (Internacional): ligações para telefones fixos e móveis no exterior, disponibilizadas sob demanda, com cobrança exclusivamente pelo uso efetivo, mediante tarifação específica
- 4.2.1.3. As chamadas deverão ser realizadas por meio de troncos SIP, com recepção direta nos ramais da solução contratada.
- 4.2.1.4. A seguir, estão detalhadas as capacidades mínimas obrigatórias que a solução deverá atender:
- a) A solução adotada deverá ser baseada integralmente em nuvem, escalável, redundante e com gestão e manutenção sob responsabilidade integral da CONTRATADA, com capacidade para chamadas simultâneas de entrada e saída, com roteamento inteligente.
  - b) Deverão ser fornecidos 600 (seiscentos) ramais/linhas VoIP com numeração DDI/DID, incluídos os respectivos aparelhos IP (hardphones), periféricos e licenciamento completo do ramal, contemplando o uso de softphone (desktop e aplicativo móvel), permitindo uso simultâneo em até 5 (cinco) dispositivos por ramal/licença, conforme as funcionalidades previstas neste Termo.
    - i) O quantitativo de licenças e aparelhos será demandado conforme a necessidade do Tribunal e o cronograma de implantação, ficando assegurada a disponibilização inicial mínima de 450 linhas/aparelhos, devidamente distribuídas entre todas as unidades do TRT8 nos estados do Pará e do



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

Amapá (sede, fóruns, varas do trabalho, anexos e demais dependências), acompanhadas das licenças UCaaS e funcionalidades associadas.

- c) Chamadas externas ilimitadas nas modalidades VC1 (local), VC2 (longa distância nacional fixa) e VC3 (longa distância nacional móvel), para qualquer operadora do território nacional.
  - i) Chamadas internacionais (VC4) serão cobradas apenas pelo uso efetivo, conforme tabela de tarifas acordada, sem custo adicional de habilitação ou disponibilidade.
- d) Chamadas intragrupo gratuitas (tarifa zero) entre unidades da mesma rede institucional (inclusive por dispositivos móveis conectados), com encaminhamento automático e fallback.
- e) Para ligações entre ramais, não deverá existir limite quanto à quantidade de chamadas simultâneas (canalização ilimitada).
- f) Todas as linhas/ramais fornecidas deverão possuir numeração DDI/DID, conforme plano de numeração adotado pelo TRT8 e regras aplicáveis.
- g) A solução deverá possibilitar a identificação de conexões simultâneas associadas a um mesmo ramal/licença, com visualização dos dispositivos ativos, registro (log) contendo data, horário e identificação do dispositivo, bem como mecanismo de notificação em caso de nova sessão iniciada, assegurando controle, rastreabilidade e mitigação de acessos indevidos.

#### **4.3. EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA**

- 4.3.1. Todos os aparelhos telefônicos IP fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e com garantia de fábrica, acompanhados de manuais originais do fabricante.
  - 4.3.1.1. Fica vedado o fornecimento de equipamentos recondicionados, usados ou reformados, mesmo que em perfeito funcionamento.
  - 4.3.1.2. Cada aparelho deverá ser entregue com todos os acessórios e periféricos necessários à sua plena operação, incluindo suporte de base, cabos e adaptadores de energia, conforme aplicável.
- 4.3.2. A infraestrutura de rede local, compreendendo switches, cabeamento estruturado, pontos de rede e conectividade de Internet, será de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

responsabilidade da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA garantir a compatibilidade integral da solução VoIP/UCaaS com o ambiente de rede existente.

- 4.3.3. Caberá à CONTRATADA realizar, durante a implantação, testes de conectividade e validação de desempenho da rede em cada unidade, comunicando eventuais restrições técnicas à Fiscalização antes da ativação do serviço.

**4.4. MOBILIDADE, SOFTPHONES E MULTIDISPOSITIVOS**

- 4.4.1. A solução deverá assegurar mobilidade plena aos usuários do TRT da 8ª Região, viabilizando o uso contínuo das comunicações institucionais em contextos como home office, deslocamento entre unidades ou atuação externa. Cada usuário deverá ter acesso ao seu ramal institucional por meio de múltiplos dispositivos conectados à internet, com manutenção da identidade do número, das funcionalidades e da qualidade da comunicação.
- 4.4.2. A arquitetura da solução deverá permitir o uso simultâneo de até cinco (5) dispositivos por ramal, incluindo obrigatoriamente aparelhos telefônicos IP físicos, no quantitativo de 600 unidades, conforme especificações deste Termo, softphones e aplicativos móveis, com sincronização em tempo real entre os dispositivos e redirecionamento de chamadas com base em regras configuráveis (Follow-me), como horário, prioridade ou presença.
- 4.4.2.1. A solução deverá contemplar mecanismos que permitam a identificação individual dos dispositivos vinculados a cada ramal, bem como a geração de notificações ou alertas quando da inclusão de novos dispositivos.
- 4.4.2.2. Deverão ser disponibilizados recursos que viabilizem a revogação individualizada de dispositivos, a invalidação de sessões ativas e a reconfiguração do ramal sempre que necessário, especialmente em situações como perda, roubo, substituição de equipamentos ou desligamento do usuário.
- 4.4.2.3. Adicionalmente, a solução deverá garantir a rastreabilidade dos acessos e das chamadas realizadas a partir de cada dispositivo associado ao ramal,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

de forma a permitir adequada responsabilização, auditoria e apuração de eventuais usos indevidos, em conformidade com as boas práticas de segurança da informação e governança de TIC.

- 4.4.3. Cada aparelho IP deverá ser entregue pré-configurado, pronto para uso, com suporte a funcionalidades avançadas, como:
- 4.4.3.1. viva-voz, conferência, transferência, display gráfico, agenda telefônica e histórico de chamadas;
  - 4.4.3.2. alimentação elétrica via PoE (Power over Ethernet), dispensando fontes externas;
  - 4.4.3.3. e compatibilidade com demais periféricos.
  - 4.4.3.4. Os equipamentos deverão ser distribuídos entre as 34 unidades do TRT da 8ª Região, conforme determinação da Fiscalização.
- 4.4.4. Os softphones a serem disponibilizados deverão atender aos seguintes requisitos:
- a) Compatibilidade multiplataforma com sistemas operacionais Windows e macOS, com suporte a headset e discagem rápida.
  - b) Aplicativos móveis para Android e iOS com funcionalidades completas.
  - c) Ramal único por usuário, sincronizado entre hardphones, softphones e apps móveis.

**4.4.5. Diretrizes de Uso Seguro de Softphones e Dispositivos Pessoais**

- 4.4.5.1. A CONTRATADA deverá:
- a) Elaborar e fornecer Manual de Utilização de Softphones, contendo orientações operacionais e requisitos mínimos de segurança aplicáveis ao uso da solução em dispositivos pessoais, incluindo, no mínimo:
    - i) requisitos mínimos de atualização de sistema operacional;
    - ii) exigência de bloqueio de tela e autenticação biométrica ou por senha;
    - iii) vedação de compartilhamento de credenciais;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- iv) boas práticas de uso em redes públicas;
  - v) procedimentos em caso de perda, roubo ou comprometimento do dispositivo;
  - vi) orientações quanto à instalação segura do aplicativo oficial.
- b) Fornecer Termo de Responsabilidade do Usuário, a ser firmado quando autorizado o uso da solução em dispositivo pessoal, contendo deveres, responsabilidades e ciência quanto às boas práticas de segurança.
- c) Submeter o conteúdo do Manual e do Termo de Responsabilidade à validação prévia da CONTRATANTE, não podendo contrariar normas internas, políticas institucionais ou diretrizes de segurança da informação vigentes no TRT8.
- d) Disponibilizar mecanismos que permitam a revogação remota de sessões, invalidação de credenciais e bloqueio de dispositivos vinculados ao ramal, quando necessário.

#### **4.4.6. FUNCIONALIDADES MÍNIMAS POR RAMAL**

4.4.6.1. Todos os ramos fornecidos deverão dispor, no mínimo, das seguintes funcionalidades, assegurando o fornecimento de 600 (seiscentos) aparelhos IP físicos, devidamente distribuídos entre as 34 unidades do TRT da 8ª Região:

- a) Ramal único por usuário, com sincronização completa entre hardphones, softphones e aplicativos móveis, permitindo alternância de dispositivo durante a chamada.
- b) Discagem direta entre ramos, inclusive entre unidades distintas e usuários remotos conectados via VPN ou internet pública.
- c) Desvio de chamadas configurável (incondicional, por ocupado, por não atendimento ou por indisponibilidade), com regras programáveis de horário e prioridade.
- d) Grupos de atendimento (sequencial ou simultâneo) e captura de chamadas entre ramos do mesmo setor ou equipe funcional, permitindo que um usuário atenda, a partir do seu próprio ramal, chamadas destinadas a outro ramal do grupo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- e) Transferência de chamadas (cega, assistida e conferência a três) com preservação da chamada ativa.
- f) Música em espera, função "não perturbe", cadeado eletrônico (códigos de autorização).
- g) Identificação de chamadas (BINA) e bloqueio de número de origem.
- h) Rediscação automática de chamadas perdidas, não atendidas e da última efetuada.
- i) Bloqueios personalizáveis por ramal (LDN, LDI, prefixos, 0800, 0300, 0500).
- j) Correio de voz individual
- k) Relatórios de bilhetagem (CDR) e tarifação consolidada, permitindo acompanhamento de uso e custo por unidade ou centro de custo.
- l) Interface administrativa para gestão de ramais e grupos, com visualização prévia das alterações e alertas sobre impactos de migração de usuários.

#### **4.4.7. PERFIS E LICENCIAMENTO DE RAMAIS E SOFTPHONES**

##### **4.4.7.1. Licenciamento único de Ramais VOIP**

4.4.7.1.1. A solução deverá contemplar um único tipo de licença para ramais VoIP, abrangendo todas as funcionalidades necessárias aos usuários do TRT da 8ª Região. Cada licença de ramal deverá incluir, no mínimo, as seguintes características:

- a) Multidispositivo: uso simultâneo de até cinco (5) dispositivos por ramal, incluindo aparelhos IP (hardphones), softphones e aplicativos móveis.
- b) Toque simultâneo e possibilidade de realizar chamadas a partir de qualquer dispositivo associado.
- c) Conferência de voz em telefones IP com até quinze (15) participantes.
- d) Captura direta de chamadas via código ou atalho configurável para outro ramal do mesmo grupo funcional.
- e) Funcionalidade chefe-secretária, permitindo delegação e redirecionamento de chamadas conforme perfis definidos pela CONTRATANTE.
- f) Música personalizada em espera.
- g) Desvio noturno configurável e redirecionamento automático de chamadas conforme regras de horário, prioridade ou presença (follow-me).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- h) Retorno automático de chamadas não atendidas.
- i) Gravação de chamadas, com ativação e retenção conforme política de privacidade e segurança da CONTRATANTE, observando a LGPD.
- j) Ramal único por usuário, com sincronização plena entre todos os dispositivos vinculados.
- k) Discagem direta entre ramais, inclusive entre unidades distintas e localidades remotas.
- l) Desvio de chamadas condicional e incondicional, aplicável em casos de ocupação, não atendimento ou indisponibilidade do ramal.
- m) Grupos de atendimento e captura de chamadas, com regras de distribuição configuráveis (sequencial, simultânea ou circular).
- n) Transferência de chamadas (cega, assistida e conferência a três participantes).
- o) Correio de voz com notificação por e-mail.
- p) Exibição do número institucional (CLIP) em chamadas externas.
- q) Histórico de chamadas e agenda de contatos, sincronizados entre dispositivos.

#### **4.4.7.2. Licenciamento único de Softphones**

4.4.7.2.1. A solução deverá contemplar licenciamento único para uso de softphone, vinculado aos usuários com licença de ramal VoIP, oferecendo todas as funcionalidades descritas neste Termo e atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- a) Chamadas internas e externas, com compatibilidade total com a plataforma centralizada.
- b) Compatibilidade com Windows 10 ou superior, iOS 16+ e Android 10+, com disponibilização em lojas oficiais (App Store e Google Play).
- c) Controle de presença e possibilidade de alternância de dispositivos durante a ligação, mantendo a chamada ativa.
- d) Protocolos e segurança: suporte obrigatório a SIP sobre TLS (sinalização segura) e SRTP – Secure Real-time Transport Protocol (mídia criptografada).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- e) Codecs de áudio compatíveis: G.711, G.722 e Opus
- f) Funcionalidade chefe-secretária (delegação de chamadas).
- g) Gravação de chamadas, com armazenamento e gestão sob controle da CONTRATANTE, em conformidade com a LGPD.
- h) Suporte a grupos de atendimento e captura de chamadas.

**4.4.8. ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA VIRTUAL)**

- a) A solução deverá incluir módulo de URA Virtual (Unidade de Resposta Audível) nativo da plataforma VoIP/UCaaS, com interface de gerenciamento via portal web, devendo contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
  - i) Mensagem de saudação personalizada, configurável por unidade, com suporte a navegação DTMF (Dual Tone Multi-Frequency) para seleção de opções pelo teclado telefônico;
  - ii) Criação e edição de menus interativos, com no mínimo cinco (5) menus distintos e dois (2) níveis de navegação hierárquica, permitindo fluxos independentes por setor ou horário;
  - iii) estar centralizada via portal Web, possibilitando a edição de menus, associação a ramais e números externos, definição de horários de funcionamento e gravação de mensagens específicas para cada período;
  - iv) Retorno ao menu anterior ou à saudação inicial durante a navegação, mediante seleção de tecla configurável;
  - v) Upload e substituição de áudios diretamente pelo portal.
  - vi) Registro e monitoramento de chamadas atendidas pela URA, com geração de relatórios de desempenho e estatísticas de utilização acessíveis pela Fiscalização.

**4.4.9. LICENÇAS DE GRAVAÇÃO DE CHAMADAS**

- 4.4.9.1. A solução deverá contemplar módulo de gravação nativo ou integrado à plataforma VoIP/UCaaS, com gerenciamento centralizado e controle sob domínio da CONTRATANTE, observando as normas de segurança da



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

informação e privacidade de dados aplicáveis, inclusive a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

4.4.9.2. O módulo deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- a) Gravação automática e contínua de chamadas de voz (entrantes e saintes), com armazenamento mínimo de 30 (trinta) dias, em ambiente seguro e redundante;
- b) Compressão de voz com codec eficiente, assegurando preservação da qualidade e redução do consumo de armazenamento (mínimo G.711 ou superior);
- c) Gerenciamento simultâneo de múltiplas gravações sem degradação de desempenho nem interrupção das chamadas em curso;
- d) Interface web administrativa, com visualização em tempo real do status dos canais, duração das gravações e capacidade de armazenamento;
- e) Backup automático e agendável, com possibilidade de exportação manual mediante autenticação e registro de logs;
- f) Perfis de acesso hierarquizados, com autenticação multifator (MFA) e controle de privilégios conforme o perfil do usuário autorizado;
- g) Filtros avançados de busca, permitindo localização por data/hora, número discado, ramal, agente, origem, destino, duração ou palavras-chave de anotações;
- h) Integração com infraestrutura da CONTRATANTE, permitindo backup externo ou replicação segura para ambiente de armazenamento interno ou institucional (NAS, SAN ou nuvem privada);
- i) Criptografia ponta a ponta das gravações armazenadas e transmitidas, com uso de protocolo seguro (TLS/SRTP), impedindo acesso não autorizado;
- j) Mecanismo de auditoria e rastreabilidade, registrando todas as ações de escuta, download, exclusão e compartilhamento de gravações.

**4.4.9.3. Governança, Perfis e Critérios de Acesso às Gravações**

4.4.9.3.1. A solução deverá assegurar que o acesso às gravações de chamadas seja controlado por meio de permissões





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

configuráveis de forma granular, observando o princípio do privilégio mínimo e da necessidade institucional.

4.4.9.3.2. Os perfis de acesso deverão possuir permissões explicitamente configuráveis quanto às seguintes ações:

- a) escuta/reprodução da gravação;
- b) download/exportação;
- c) compartilhamento;
- d) exclusão;
- e) gestão de retenção.

4.4.9.3.3. A concessão de tais permissões deverá ocorrer apenas quando estritamente necessária ao exercício de atribuições institucionais específicas, devidamente autorizadas pela CONTRATANTE.

**4.4.9.4. Definição de evento auditável**

4.4.9.4.1. Para fins de auditoria, considera-se “ação de escuta” qualquer evento que caracterize acesso ao conteúdo da gravação, incluindo, no mínimo:

- a) reprodução total ou parcial do áudio;
- b) visualização da gravação com acionamento de player;
- c) download ou exportação do arquivo;
- d) compartilhamento com terceiros.

4.4.9.4.2. Cada evento deverá gerar registro individualizado em trilha de auditoria contendo, no mínimo:

- a) Identificação do usuário
- b) Perfil utilizado
- c) Data e hora
- d) Endereço IP ou dispositivo
- e) Ação executada
- f) Identificação da gravação acessada



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**4.4.9.5. Hipóteses de Acesso**

4.4.9.5.1. O acesso às gravações deverá estar condicionado a hipóteses formalmente justificadas, tais como:

- a) demandas de auditoria interna;
- b) apurações administrativas regularmente instauradas;
- c) requisição de autoridade competente;
- d) necessidade operacional devidamente fundamentada.

4.4.9.5.2. A solução deverá permitir registro de justificativa associada ao evento de escuta, quando exigido pela CONTRATANTE.

**4.4.10. TELEFONES IP/HARDPHONES – REQUISITOS**

4.4.10.1. Com o objetivo de assegurar a plena integração da solução VoIP/UCaaS com a infraestrutura física do TRT da 8ª Região, a CONTRATADA deverá fornecer telefones IP (hardphones) totalmente compatíveis com a plataforma ofertada, devidamente homologados, novos e de primeiro uso, em conformidade com as normas técnicas da ANATEL e padrões internacionais aplicáveis (IETF/IEEE).

4.4.10.2. Tais equipamentos serão utilizados como terminais principais de comunicação dos usuários e deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

**a) Quantitativo e Fornecimento:**

- i) Deverão ser fornecidos 600 (seiscentos) aparelhos IP, todos novos, com garantia de fábrica e suporte integral do fabricante.
- ii) O quantitativo de aparelhos será solicitado conforme a necessidade do Tribunal, assegurando-se o fornecimento inicial mínimo obrigatório de 450 (quatrocentos e cinquenta) hardphones IP e respectivas licenças de ramal VoIP, distribuídos entre as 34 unidades do TRT8 (Pará e Amapá), conforme orientação da fiscalização e cronograma de implantação.
- iii) Cada hardphone deverá ser entregue acompanhado dos periféricos e acessórios indispensáveis à instalação e operação regular, incluindo:
  - Base ou suporte de mesa/parede ajustável;
  - Cabos de rede (patch cords) categoria 6 ou superior;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- Fonte de alimentação ou injeção PoE (Power over Ethernet) conforme padrão IEEE 802.3af/at, quando aplicável;
- Manual técnico e guia rápido de instalação.

**b) Requisitos Técnicos Funcionais**

- i) Equipamentos novos, homologados pela ANATEL, plenamente compatíveis com a solução ofertada.
- ii) Áudio em alta definição (HD Voice), com cancelamento de ruído, viva-voz full-duplex e controle automático de ganho (AGC).
- iii) Suporte a recursos avançados de áudio e qualidade de voz, incluindo:
  - AEC (Acoustic Echo Cancellation) – cancelamento de eco acústico;
  - VAD (Voice Activity Detection) – detecção de atividade de voz;
  - CNG (Comfort Noise Generation) – geração de ruído de conforto;
  - BNE/NR (Noise Reduction) – redução de ruído;
  - PLC (Packet Loss Concealment) – compensação de perda de pacotes.
- iv) Tela colorida com no mínimo 2,4” de tamanho e resolução mínima de 320x240 pixels, contendo mínimo de 3 teclas de linha, 4 teclas programáveis e 9 teclas de função.
- v) Capacidade para até 4 linhas SIP simultâneas e realização de conferências locais (no aparelho) com até 6 participantes, sendo que conferências com maior número de participantes deverão ocorrer via plataforma UCaaS, conforme as funcionalidades previstas no licenciamento de ramais.
- vi) Agenda local com capacidade mínima para 500 contatos.
- vii) Compatibilidade com headset com fio e interface EHS (Electronic Hook Switch) para modelos sem fio.
- viii) O telefone IP deverá possuir no mínimo duas (2) portas de rede Ethernet RJ-45 do tipo Gigabit (10/100/1000 Mbps), sendo uma destinada à conexão com a rede local (uplink) e outra para conexão em cascata de estação de trabalho (PC passthrough). As interfaces deverão possuir suporte à alimentação elétrica via Power over Ethernet (PoE), em conformidade com os padrões IEEE 802.3af e/ou IEEE 802.3at, permitindo a energização do



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

equipamento diretamente pela infraestrutura de rede. Não serão aceitos equipamentos que possuam apenas interfaces Fast Ethernet (10/100 Mbps).

- ix) Suporte obrigatório aos protocolos e padrões:
- SIP 2.0 (Session Initiation Protocol);
  - RTP/SRTP (Secure Real-Time Transport Protocol);
  - TLS (Transport Layer Security);
  - STUN (Session Traversal Utilities for NAT);
  - DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol);
  - IPv6;
  - OpenVPN e HTTPS para gerenciamento seguro.

#### **4.5. RECURSOS DE GERENCIAMENTO E FUNCIONALIDADES AVANÇADAS DE COMUNICAÇÃO**

- 4.5.1. A solução deverá disponibilizar um Portal de Gerenciamento Web seguro, responsivo e de interface intuitiva, acessível por navegadores modernos e compatíveis com os principais sistemas operacionais. O acesso deverá possuir autenticação multifator (MFA) e controle de permissões hierarquizado, garantindo a segregação de funções entre administradores, gestores e usuários.
- 4.5.2. O portal deverá permitir a administração centralizada de funcionalidades e recursos de comunicação, contemplando, no mínimo, os seguintes requisitos:

**a) Gerenciamento de Recursos:**

- i) Criação, modificação, desativação e exclusão de ramais e usuários;
- ii) Controle granular de privilégios individuais e por grupo, com definição de papéis administrativos.
- iii) Configuração de URAs (Unidades de Resposta Audível) com múltiplos níveis, roteamento programável e mensagens de áudio personalizáveis, com possibilidade de upload direto via portal.
- iv) Gerenciamento de grupos de atendimento, filas de chamadas e perfis de uso.
- v) Visualização em tempo real do uso de linhas, consumo por ramal e desempenho por unidade.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- vi) Geração de relatórios analíticos e gerenciais, exportáveis nos formatos .CSV, .PDF e .XLSX, com filtros por unidade, setor, centro de custo e período.
- vii) Controle por centro de custo, vinculação por unidade organizacional, setor ou regional;
- viii) Regras de discagem personalizáveis, incluindo:
  - Possibilidade de bloqueio de prefixos nacionais/internacionais;
  - Restrições por horário;
  - Perfis de usuários (administrador, gestor, usuário comum).

**b) Funcionalidades de Comunicação**

- i) Conferência telefônica com até 15 participantes, com gestão de permissões;
- ii) Identificação de chamadas (CLIP – Calling Line Identification Presentation) com exibição de nome e número do contato.
- iii) Transferência de chamadas, nas modalidades assistida e cega, com preservação da chamada ativa.
- iv) Captura de chamadas direta, em grupo ou por zona;
- v) Estacionamento de chamadas com retorno automático ao ramal de origem após tempo configurável.
- vi) Função chefe-secretária com redirecionamento, bloqueio e filtragem de chamadas;
- vii) Programação de desvio noturno e horários diferenciados de atendimento;
- viii) Rechamada automática em caso de número ocupado;
- ix) Modo “não perturbe” configurável por horário ou status de presença;
- x) Encaminhamento de chamadas por critérios definidos;
- xi) Proteção por senha para chamadas externas, com rastreabilidade e registro em CDR (Call Detail Record), garantindo controle e auditoria de uso.

**c) Características Gerais da Plataforma**

- i) **Gerenciamento via Web:** Todo o gerenciamento e operação do sistema deverá ser disponibilizado exclusivamente via interface Web, sem a necessidade de instalação de aplicativos locais.
- ii) **Perfis de Acesso:** A ferramenta de gerenciamento deverá permitir a configuração de, no mínimo, três (03) perfis de usuários com diferentes níveis de acesso, contemplando, no mínimo:
  - Administrador do sistema (controle integral, criação e exclusão de usuários e ramais);





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- Gestor de unidade (gestão de permissões locais, visualização de relatórios e desempenho);
  - Usuário comum (acesso restrito a seu próprio ramal e histórico de chamadas).
- iii) **Painéis de Acompanhamento (Dashboards) em Tempo Real:** A interface deverá incluir painéis de acompanhamento em tempo real (dashboards), contendo:
- Disponibilidade da solução, com registro de eventos, alarmes e histórico de manutenção;
  - Status operacional dos ramais, com visualização codificada por cor (verde/disponível, vermelho/ocupado, cinza/indisponível);
  - Visualização detalhada dos ramais, com número, nome/setor, unidade e data de ativação;
  - Exportação de relatórios e indicadores nos formatos .PDF, .CSV e .XLSX;
  - Monitoramento de chamadas em curso, consumo de minutagem, e relatórios por perfil de tráfego (LDN, LDI, móvel, intragrupo);
- d) **Relatórios de Desempenho:** A solução deverá disponibilizar relatórios automáticos e personalizáveis, com dados analíticos e históricos de desempenho técnico e operacional, observando, no mínimo, os seguintes requisitos:
- i) Disponibilidade do serviço, com detalhamento da disponibilidade mensal global e por ramal/usuário, incluindo períodos de indisponibilidade, degradação de qualidade (latência, jitter e perda de pacotes) e tempo médio de restabelecimento (MTTR – Mean Time To Repair).
  - ii) Métricas de chamadas realizadas e recebidas, discriminando:
    - chamadas atendidas, não atendidas e com falha de conexão;
    - chamadas congestionadas ou interrompidas;
    - indicadores de desempenho (ASR – Answer Seizure Ratio e NER – Network Effectiveness Ratio);
    - consolidação por ramal, unidade e período de referência (diário, semanal, mensal e consolidado).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- iii) Informações de consumo e tarifação por tipo de chamada, incluindo chamadas:
- internas (ramal–ramal),
  - locais (VC1),
  - longa distância nacional (VC2 e VC3), e
  - chamadas móveis e internacionais, apresentando consumo por data, mês e acumulado histórico mínimo de 6 (seis) meses.
- iv) Mapeamento de picos de tráfego, com identificação de horários de maior volume de chamadas (origem e destino), por unidade e por tipo de serviço.
- v) Exportação dos relatórios nos formatos abertos .CSV, .XLSX e .PDF, com possibilidade de geração automática e agendamento periódico via portal de gestão Web.

**e) Vedação técnica:** Fica expressamente vedada a utilização de soluções baseadas em código aberto como Asterisk ou Freeswitch.

#### **4.6. SEGURANÇA OPERACIONAL E INTEGRAÇÃO**

##### **4.6.1. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS:**

- 4.6.1.1. A solução deverá assegurar portabilidade numérica integral de todos os números utilizados pelo TRT da 8ª Região, sem interrupção dos serviços de voz durante o processo de migração, garantindo a continuidade operacional das comunicações institucionais.
- 4.6.1.2. A CONTRATADA deverá realizar a portabilidade numérica de todas as linhas fixas e DIDs (Direct Inward Dialing) atualmente em uso, abrangendo as unidades jurisdicionais e administrativas do TRT8, de modo a preservar a numeração existente em cada localidade e evitar qualquer impacto na prestação dos serviços.
- 4.6.1.3. Nos casos em que a portabilidade não seja tecnicamente viável, a CONTRATADA deverá disponibilizar nova numeração local (DID/DDI), compatível com o município atendido, observando prefixos regionais e padrões de discagem estabelecidos pela Anatel.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 4.6.1.4. Caso não seja possível a portabilidade ou a atribuição de número local, a CONTRATADA deverá fornecer número 0800 corporativo, com redirecionamento automático e transparente para os ramais internos da unidade, sem prejuízo das funcionalidades do sistema VoIP, sem custo adicional de habilitação, ativação ou mensalidade, salvo quando expressamente solicitado pela CONTRATANTE..
- 4.6.1.5. A solução deverá manter compatibilidade com terminais IP baseados em SIP (Session Initiation Protocol), inclusive de outros fabricantes homologados pela Anatel, garantindo interoperabilidade e evitando a obsolescência de ativos existentes.
- 4.6.1.6. Todos os terminais e equipamentos compatíveis deverão seguir as normas técnicas vigentes da Anatel, bem como os padrões internacionais IETF RFC 3261 (SIP) e RFC 2833 (DTMF over RTP), assegurando qualidade, flexibilidade e padronização das comunicações.

**4.6.2. SEGURANÇA E DESEMPENHO**

- 4.6.2.1. A solução deverá assegurar criptografia ponta a ponta de todos os fluxos de voz e sinalização, utilizando, no mínimo, os protocolos SRTP (Secure Real-time Transport Protocol) para o tráfego de mídia, em conformidade com o RFC 3711 e TLS versão 1.2 ou superior (incluindo TLS 1.3 – RFC 8446) para a sinalização SIP.
- 4.6.2.2. O acesso aos serviços deverá contar com mecanismos de autenticação robusta, incluindo:
- i) Autenticação multifator (MFA – Multi-Factor Authentication) para usuários administrativos e de gestão;
  - ii) Expiração programada de sessões inativas, com renovação obrigatória de credenciais;
  - iii) Registro, armazenamento e auditoria de logs de acesso e de eventos de segurança, conforme as políticas da LGPD e boas práticas da ISO/IEC 27001.
- 4.6.2.3. A solução deverá ser compatível com terminais IP-padrão baseados em SIP (Session Initiation Protocol), inclusive de terceiros, desde que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

homologados pela Anatel, e compatíveis com os padrões de segurança SIP 2.0 com SRTP/TLS, assegurando interoperabilidade e integridade das comunicações de voz.

- 4.6.2.4. O SLA (Service Level Agreement) mínimo deverá ser de 99,5% de disponibilidade mensal, abrangendo toda a infraestrutura de comunicação VoIP hospedada em nuvem, com aplicação de penalidades contratuais automáticas em caso de descumprimento dos níveis de serviço pactuados.
- 4.6.2.5. A plataforma deverá disponibilizar APIs abertas (Application Programming Interfaces) para integração segura com sistemas internos corporativos, tais como ERP, CRM e plataformas de workflow, respeitando as políticas de autenticação e segregação de acesso da contratante.
- 4.6.2.6. A solução deverá garantir escalabilidade horizontal e vertical, com continuidade operacional e tolerância a falhas, assegurando alinhamento às diretrizes tecnológicas, de segurança da informação e de integridade das comunicações institucionais do TRT da 8ª Região.

**4.6.2.7. Restrição por Faixa de IP para Registro SIP**

- 4.6.2.7.1. A solução deverá possibilitar a restrição e o controle do registro e da autenticação dos ramais VoIP por faixa de endereços IP previamente autorizados pela CONTRATANTE, especialmente no caso de hardphones institucionais.
- 4.6.2.7.2. Deverá ser possível:
- a) Configurar políticas de autorização por ranges de IP;
  - b) Restringir o registro de determinados dispositivos apenas a redes internas ou redes previamente autorizadas;
  - c) Bloquear automaticamente tentativas de registro originadas de redes não autorizadas;
  - d) Registrar em trilha de auditoria todas as tentativas de autenticação, inclusive as malsucedidas.
- 4.6.2.7.3. Os mecanismos de restrição deverão:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- a) Ser configuráveis por tipo de dispositivo (hardphone, softphone, aplicativo móvel);
- b) Permitir exceções controladas para uso remoto mediante autenticação reforçada ou VPN institucional;
- c) Ser compatíveis com os demais mecanismos de autenticação, rastreabilidade e controle previstos neste Termo de Referência;
- d) Possuir registro auditável das alterações de política.

**4.6.3. SEGURANÇA INSTITUCIONAL E CONFORMIDADE**

- 4.6.3.1. A solução de comunicação contratada deverá adotar mecanismos avançados de segurança cibernética, plenamente compatíveis com os requisitos institucionais do TRT da 8ª Região e as melhores práticas internacionais de segurança da informação.
  - 4.6.3.1.1. Deverá garantir a proteção integral dos dados trafegados e a integridade das comunicações de voz, por meio de criptografia ponta a ponta, autenticação robusta e infraestrutura segura, prevenindo acessos não autorizados, interceptações ou vazamentos de informações sensíveis.
- 4.6.3.2. A solução deverá estar plenamente aderente à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), incluindo:
  - a) Mecanismos que limitem o tratamento de dados ao mínimo necessário para a execução contratual;
  - b) Registro e rastreabilidade das operações de tratamento de dados, com logs de auditoria acessíveis mediante requisição da fiscalização;
  - c) Ferramentas que permitam ao TRT8 elaborar Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), quando aplicável, bem como formalizar responsabilidades contratuais em caso de incidentes de segurança.
- 4.6.3.3. A solução de comunicação deverá ser hospedada integralmente em nuvem por provedor com datacenters localizados em território brasileiro, certificados e auditados internacionalmente, com redundância geográfica e mecanismos automáticos de failover (recuperação instantânea em caso de falhas), garantindo continuidade operacional mesmo em situações



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

críticas. O provedor de hospedagem deverá atender, no mínimo, às seguintes certificações e padrões internacionais de segurança e conformidade:

- ISO/IEC 27001 – Sistema de Gestão da Segurança da Informação;
- ISO/IEC 27017 – Controles de segurança específicos para serviços em nuvem;

4.6.3.4. Todo o tráfego de voz e sinalização SIP (Session Initiation Protocol) entre ramais e entre o sistema VoIP e o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) deverá ser processado e trafegado exclusivamente em datacenters situados no território brasileiro, observando as diretrizes da Anatel e as normas de proteção de dados vigentes.

4.6.3.5. Deverá ser apresentada, junto com a proposta, a comprovação das certificações exigidas e a indicação dos endereços dos datacenters efetivamente utilizados no Brasil, acompanhada dos respectivos certificados de conformidade emitidos por entidade acreditada.

**4.6.4. Session Border Controller**

4.6.4.1. A solução contratada deverá obrigatoriamente incluir o fornecimento, instalação, configuração e manutenção de Session Border Controller (SBC) dedicado à gestão e segurança das sessões de voz sobre IP (VoIP), em conformidade com as seguintes características mínimas:

- a) O SBC deverá ser hospedado na mesma infraestrutura em nuvem da solução principal, localizada em datacenters situados em território brasileiro, observando as mesmas garantias de disponibilidade, segurança, conformidade e certificação exigidas neste Termo.
- b) Não será exigido que o SBC seja do mesmo fabricante da plataforma de voz contratada, desde que seja assegurada plena interoperabilidade, compatibilidade e desempenho conjunto com a solução principal.
- c) O SBC deverá oferecer, no mínimo, suporte às seguintes funcionalidades e padrões consolidados de mercado:
  - i) Suporte a sessões SIP de voz, com controle e roteamento de chamadas.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- ii) Conformidade com o protocolo RFC 3261 (SIP).
  - iii) Proteção contra ataques DoS/DDoS (Denial of Service / Distributed Denial of Service).
  - iv) Buffer de jitter dinâmico.
  - v) Supressão de silêncio e ruído de conforto.
  - vi) Compatibilidade com os codecs de áudio: G.711, G.729A/B, AMR-NB, AMR-WB (G.722.2), SILK-NB/WB e Opus-NB/WB.
  - vii) Criptografia e autenticação por TLS, DTLS, SRTP, HTTPS, SSH, autenticação SIP Digest (cliente/servidor) e RADIUS Digest.
  - viii) Terminação e mediação RTP/SRTP, com transporte seguro via TLS.
  - ix) Suporte aos protocolos IPv4 e IPv6.
  - x) Compatibilidade com VLANs para segmentação e conexão remota.
  - xi) Manipulação de cabeçalho SIP e compatibilidade com SIP trunking (perfil configurável).
  - xii) Roteamento estático configurável e suporte a múltiplas interfaces WAN.
  - xiii) Separação lógica de endereçamento IP entre sinalização e mídia (media anchoring).
  - xiv) Suporte à redundância operacional e failover automático.
  - xv) Regras de firewall configuráveis, com detecção de intrusão (IDS/IPS).
  - xvi) Compatibilidade com protocolos de segurança HTTPS e RTP/SRTP para tráfego de mídia.
- d) A CONTRATADA deverá garantir a atualização regular e segura das plataformas de software e firmware do SBC durante toda a vigência do contrato, sempre com versões estáveis e homologadas.

#### **4.7. SUPORTE TÉCNICO, ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.7.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico contínuo à solução de Voz sobre IP (VoIP), em nuvem, no modelo UCaaS (Unified Communications as a Service), garantindo a estabilidade, a operação e o desempenho pleno do ambiente contratado, conforme os seguintes requisitos mínimos:

- a) Prestar suporte remoto e presencial (on-site), sempre que necessário, para esclarecimento de dúvidas, resolução de falhas de funcionamento, ajustes de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

configuração, incidentes de desempenho ou indisponibilidade da solução de voz, abrangendo exclusivamente os componentes e serviços relacionados ao ambiente VoIP/UCaaS;

- b) O serviço de suporte deverá ser prestado de forma a assegurar o cumprimento integral dos níveis de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo tempos máximos de resposta, diagnóstico, correção e normalização de serviços;
- c) Todos os custos decorrentes de deslocamento, transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas logísticas associadas ao atendimento presencial correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE;
- d) O suporte técnico deverá incluir o acompanhamento pró-ativo do ambiente de voz, com monitoramento remoto e emissão de relatórios técnicos de incidentes, visando à detecção e mitigação preventiva de falhas;
- e) É vedada a cobrança adicional por quaisquer atendimentos de suporte relacionados à solução principal de voz, incluindo licenças, SBC, integrações SIP, troncos e ramais, excetuando-se serviços extraordinários previamente autorizados pela CONTRATANTE.

**4.7.2. CANAIS DE ATENDIMENTO**

- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar múltiplos canais de comunicação para abertura, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos, garantindo redundância operacional e acessibilidade contínua. Deverão ser oferecidos, no mínimo:
  - i) Telefone de suporte gratuito (0800) ou equivalente, disponível em regime 24x7 para chamados de Severidade 1 e Severidade 2;
  - ii) Portal web dedicado (Service Desk), hospedado em domínio seguro (HTTPS) e com autenticação individualizada;
  - iii) Endereço de e-mail corporativo exclusivo para suporte técnico;
  - iv) Chat on-line integrado à plataforma de atendimento, quando aplicável.
- b) Todos os canais deverão permitir a abertura de chamados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive em finais de semana e feriados, em regime contínuo (24x7).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- c) O suporte telefônico com atendimento humano deverá funcionar, no mínimo, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h (horário de Brasília), sendo obrigatória a disponibilização de canal de emergência 0800 (ou equivalente), com atendimento ininterrupto (24x7), para chamados de Severidade 1 e Severidade 2, sem prejuízo da abertura e do acompanhamento de chamados pelos demais canais oficiais em regime contínuo.
- d) Relatórios e Acompanhamento: A CONTRATADA deverá fornecer relatórios mensais de atendimento técnico, contendo, no mínimo:
- i) Número total de chamados abertos e encerrados;
  - ii) Tempo médio de resposta e de solução;
  - iii) Classificação por severidade e status (em andamento, resolvido, pendente);
  - iv) Taxa de cumprimento dos níveis de serviço (SLA).
  - v) Deverá ser disponibilizado sistema web de acompanhamento em tempo real, com número de protocolo, histórico completo de interações, anexos, e métricas de desempenho acessíveis à CONTRATANTE.
- e) Classificação de Severidade dos Chamados:
- i) Todos os chamados deverão ser classificados de acordo com o grau de impacto e criticidade sobre o serviço VoIP/UCaaS, observando-se os tempos máximos de resposta e solução estabelecidos na tabela de SLA deste Termo.
  - ii) As categorias de severidade deverão abranger, no mínimo, os seguintes níveis:
    - Crítico (Severidade 1): interrupção total da comunicação de voz ou falha generalizada no serviço.
    - Alto (Severidade 2): degradação significativa de desempenho ou falha em componente essencial (SBC, tronco SIP, ramal institucional).
    - Médio (Severidade 3): falhas pontuais sem impacto generalizado.
    - Baixo (Severidade 4): solicitações de informação, configuração ou suporte administrativo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

- iii) A tabela abaixo apresenta os níveis de criticidade e os tempos de resposta vinculados à resolução de demandas corretivas:

Criticidade	Conceito	Descrição	Tempo de Resposta Remoto	Tempo de Solução Remoto	Tempo de Resolução on-site
01	CRÍTICO (Severidade 1)	Falha gravíssima que ocasiona a paralisação total do sistema (ex.: 100% dos ramais indisponíveis, 100% dos troncos DDR indisponíveis, 100% da comunicação paralisada). A falha restringe totalmente a utilização do sistema.	1 hora (corrida – 24x7)	4 horas (corridas – 24x7)	12 horas (corridas – 24x7)
02	ALTA (Severidade 2)	Falha grave que ocasiona paralisação parcial significativa do sistema (ex.: ≥30% dos ramais ou troncos SIP indisponíveis; falha em SBC ou componente essencial com impacto relevante). Há restrição importante da utilização do serviço.	2 horas (corridas – 24x7)	8 horas (corridas – 24x7)	18 horas (corridas – 24x7)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

03	MÉDIA (Severidade 3)	Falha em componentes ou módulos isolados que não resultem em restrição substancial de uso (ex.: indisponibilidade pontual de ramal específico, falhas de configuração, inconsistências operacionais sem impacto sistêmico). Inclui reconfigurações corretivas.	4 horas úteis	12 horas úteis	16 horas úteis
04	BAIXA (Severidade 4)	Atendimentos programados para ajustes, melhorias ou atualizações planejadas, sem impacto imediato na operação.	Agendamento	Conforme cronograma acordado	Conforme cronograma acordado

- 4.7.3. A qualidade do serviço prestado pela solução de comunicação em nuvem (VoIP/UCaaS) dependerá, em grande medida, da eficiência, disponibilidade e capacidade de resolução do suporte técnico fornecido pela CONTRATADA.
- 4.7.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar múltiplos canais de atendimento, com tempo de resposta e solução proporcionais à gravidade da ocorrência, devidamente estipulados em Acordo de Nível de Serviço (SLA). O sistema de chamados deverá permitir rastreamento completo das solicitações, com geração de número de protocolo, histórico de interações, priorização por



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

criticidade e métricas de desempenho para avaliação contínua da prestação dos serviços.

**4.7.5. Contagem de Prazos:**

- 4.7.5.1. Para as Severidades 1 e 2, os prazos serão contados em horas corridas (24x7), incluindo finais de semana e feriados.
- 4.7.5.2. Para as Severidades 3 e 4, os prazos serão contados em horas úteis, considerando o horário das 08h às 17h (horário de Brasília), em dias úteis.

**4.7.6. Atendimento On-site:**

- 4.7.6.1. O atendimento presencial será exigível quando a solução não puder ser normalizada remotamente ou quando houver necessidade de intervenção física em hardphones, ativação de infraestrutura ou validação técnica in loco. O prazo de resposta, solução ou resolução on-site será contado a partir do registro do chamado pelos canais oficiais ou da abertura automática detectada pelo monitoramento, observadas as hipóteses de pausa do relógio de SLA previstas neste Termo. A confirmação da necessidade de deslocamento pela CONTRATADA constitui providência interna de execução e não altera o marco inicial de contagem.

**4.7.7. Registro e Auditoria:**

- 4.7.8. Todos os prazos deverão ser automaticamente monitorados pelo sistema de chamados, com registro de data e hora de abertura, início de atendimento, solução e encerramento, para fins de aferição de SLA e eventual aplicação de penalidades.

**4.7.9. Janela de atendimento, regras de medição e comunicação**





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**a) Janela por criticidade.**

- a.1) Crítico (severidade 1): atendimento e solução 24x7 (contagem corrida).
- a.2) Alta (severidade 2): atendimento e solução 24x7 (contagem corrida).
- a.3) Média (severidade 3): contagem em horas úteis, considerando o horário das 08h às 17h (horário de Brasília), em dias úteis.
- a.4) Preventivo (severidade 4): por agendamento, conforme plano aprovado.

**b) Início e pausa do relógio de SLA.**

- b.1) A contagem inicia no registro do chamado pelos canais oficiais ou pela abertura automática detectada pelo monitoramento.
- b.2) O relógio pausa quando houver situações que não dependem da CONTRATADA, como: (i) indisponibilidade de energia ou rede do CONTRATANTE; (ii) atraso na liberação de acesso/janela técnica/ponto de contato; (iii) manutenção programada previamente autorizada; (iv) força maior; (v) dependência de terceiros (operadoras/provedores) devidamente comprovada por evidências com carimbo de data e hora.
- b.3) A metodologia de apuração do Tempo de Indisponibilidade (TI/TIP) e as exclusões aplicáveis obedecerão ao Item 11 – Acordo de Nível de Serviço

**c) Restauração x correção definitiva (RCA).**

- c.1) Considera-se restauração do serviço o momento em que o sistema volta a operar de forma funcional dentro do prazo estabelecido no Acordo de Nível de Serviço (SLA), mesmo que por meio de uma solução temporária que mantenha o funcionamento até a correção completa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

c.2) Após a normalização, a contratada deverá apresentar, em até dois dias úteis, um Relatório de Análise de Causa Raiz (RCA), contendo:

- a descrição da causa real da falha;
- o plano de ações corretivas e preventivas;
- e o cronograma de execução dessas ações, que deverão ser submetidos à aprovação da Fiscalização.

c.3) A restauração provisória não exime a CONTRATADA da obrigação de correção definitiva no prazo acordado no plano de ação aprovado.

**d) Cobertura on-site por localidade.**

d.1) O prazo para atendimento presencial indicado na tabela aplica-se prioritariamente à cidade de Belém e à Região Metropolitana, conforme o cronograma estabelecido.

d.2) Nas unidades localizadas no interior do Pará (PA) e do Amapá (AP), o suporte será prestado prioritariamente de forma remota pela CONTRATADA, sem qualquer intervenção técnica por parte dos servidores da unidade, salvo ações simples de verificação que não exijam manipulação de equipamentos.

d.3) Sempre que o atendimento remoto não for suficiente para restabelecer o serviço, a CONTRATADA deverá realizar a substituição do equipamento ou componente defeituoso mediante envio imediato de unidade reserva, observando os prazos de SLA estabelecidos neste Termo. A CONTRATANTE não será responsável pela instalação, manipulação física, diagnóstico técnico ou configuração dos equipamentos.

d.4) A CONTRATADA manterá estoque mínimo obrigatório de equipamentos de reposição, sob sua inteira responsabilidade, com quantitativo e tipos definidos garantindo reposição rápida e continuidade do serviço em todas as localidades atendidas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**e) Comunicação e escalonamento.**

e.1) Em incidentes Críticos, a CONTRATADA deverá emitir atualizações a cada 1 (uma) hora até a normalização, com matriz de escalonamento disponível à FISCALIZAÇÃO.

e.2) Em incidentes de Severidade 2 (Alta), a atualização mínima será a cada 4 (quatro) horas durante a janela de atendimento.

**5. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

5.1. A aceitabilidade da proposta tem por finalidade verificar se a solução apresentada pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar atende integralmente às especificações técnicas, funcionais, operacionais e de segurança estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2. Nesta etapa, será avaliada:

5.2.1. a conformidade da documentação técnica apresentada, incluindo catálogos, datasheets, declarações e comprovações formais;

5.2.2. a demonstração prática das funcionalidades exigidas, por meio de teste de aceitabilidade técnica, destinado exclusivamente à verificação objetiva do atendimento aos requisitos mínimos previstos neste Termo, vedada qualquer flexibilização ou redefinição de escopo.

5.3. O teste de bancada terá caráter eliminatório e será realizado apenas com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, observando-se critérios objetivos previamente definidos no Apenso correspondente.

5.4. O teste de bancada não implicará em fase de experimentação, customização ou redefinição de requisitos, limitando-se à verificação do pleno atendimento às especificações técnicas já consolidadas neste Termo de Referência.

**5.5. Do Teste de Bancada**

**5.5.1. Obrigatoriedade:** A realização de Teste de Bancada será obrigatória para a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, constituindo condição para a aceitabilidade da proposta e para o prosseguimento do certame.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 5.5.2. Objetivos do Teste de Bancada:** O Teste de Bancada terá por finalidade verificar, de forma objetiva e prática, o atendimento aos requisitos técnicos e funcionais mínimos previstos neste Termo de Referência, não se destinando à experimentação, customização ou redefinição de escopo.
- 5.5.3. O Teste de Bancada será realizado em ambiente controlado e representativo da infraestrutura do TRT da 8ª Região, com o objetivo de validar, na prática, o funcionamento e a aderência da solução aos requisitos críticos estabelecidos neste Termo.
- 5.5.4. O teste deverá:
- a) Comprovar, de forma prática e verificável, o atendimento às funcionalidades essenciais exigidas para a solução UCaaS/VoIP;
  - b) Ser realizado sem ônus para o Tribunal, com disponibilização, pela licitante, de licenças temporárias, equipamentos, ambiente de demonstração e suporte técnico necessários à execução do roteiro de testes;
  - c) Observar rigorosamente o roteiro, os critérios objetivos, as evidências exigidas e os prazos definidos no Apenso específico do Teste de Bancada;
  - d) Ter seus resultados formalizados por meio de relatório técnico circunstanciado e ata de avaliação emitidos pela Fiscalização.
- 5.5.5. Caráter Eliminatório:** O Teste de Bancada terá caráter eliminatório, devendo demonstrar o atendimento integral e inequívoco às especificações técnicas e funcionais estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.5.6. A reprovação no Teste de Bancada implicará a desclassificação da proposta, com convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

**5.6. Da comprovação técnica documental (Matriz de Aderência)**

- 5.6.1. Para fins de avaliação técnica preliminar da proposta, a licitante deverá apresentar Matriz de Aderência ponto a ponto, vinculando cada requisito técnico deste Termo de Referência às respectivas evidências documentais.
- a) As evidências devem ser exclusivamente do fabricante, como:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- catálogos,
  - folders,
  - manuais,
  - datasheets,
  - prints oficiais da solução,
  - páginas de sites oficiais do fabricante (com URL e indicação de página).
- b) As comprovações devem ser claras, verificáveis e rastreáveis, permitindo avaliação objetiva da aderência técnica.
- c) Serão aceitos documentos em português ou inglês, desde que emitidos pelo fabricante.

## **5.7. Do indeferimento da Proposta**

5.7.1. Será considerada inaceitável a proposta que:

- Não atender aos requisitos mínimos deste capítulo;
- Não apresentar Matriz de Aderência ou apresentar comprovação documental insuficiente, inconsistente ou não verificável;
- Não realizar o Teste de Bancada quando convocada;
- Não demonstrar, no Teste de Bancada, o atendimento integral aos requisitos técnicos e funcionais exigidos;
- Apresentar solução que descumpra requisitos de segurança, integridade, rastreabilidade ou conformidade com a LGPD estabelecidos neste Termo de Referência.

## **6. DOS ESTUDOS PRELIMINARES**

- 6.1. O Estudo Técnico Preliminar, parte integrante deste Termo de Referência, foi elaborado nos termos estabelecidos no artigo 18, § 1º, Alíneas I a XIII, da Lei nº 14.133/2021

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**7.1. NÍVEL DE QUALIDADE DO SERVIÇO**

- 7.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apenso III.
- 7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
  - 7.1.2.1. Não produza os resultados acordados, deixe de executar, ou não execute com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.1.2.2. Deixe de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.1.4. Periodicidade e prazos do IMR.**

- 7.1.4.1. O IMR será mensal, com relatório detalhado entregue pela CONTRATADA até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao aferido.

**7.1.5. Integração com o SLA.**

- 7.1.5.1. A metodologia de apuração de Tempo de Indisponibilidade (TI/TIP), as janelas de atendimento por severidade, as exclusões e as regras de pausa do relógio seguem o Item 11 – Acordo de Nível de Serviço

**7.1.6. Evidências e auditoria.**

- 7.1.6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar logs, CDRs, relatórios de monitoramento, trilhas de auditoria e demais evidências que comprovem as medições, facultada à CONTRATANTE a auditoria independente das informações.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

## **7.2. SUBCONTRATAÇÃO**

- 7.2.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, salvo quando expressamente autorizada pela Administração em casos excepcionais, mediante justificativa técnica e prévia anuência formal.
- 7.2.2. Na hipótese de autorização, a CONTRATADA permanecerá inteiramente responsável pelo cumprimento integral das obrigações assumidas, bem como pela qualidade, continuidade e segurança dos serviços prestados, respondendo solidariamente por eventuais falhas, danos, prejuízos ou descumprimento contratual decorrentes da atuação da subcontratada.
- 7.2.3. Fica igualmente vedada a cessão ou transferência do contrato a terceiros, a qualquer título, sem a anuência formal da Administração.

## **7.3. REQUISITOS SOCIAIS**

- 7.3.1. Neste contexto cabe ressaltar que a transparência na administração pública deve ser reconhecida como ação de cunho socioambiental, pois o acesso às informações propiciada à sociedade por meio de ferramentas como os sítios Cadastro de Serviços Terceirizados, Pregão e e-negociospublicos – a exemplo de outros sistemas de apoio à gestão da Administração Pública, facilita o acompanhamento do desempenho das compras governamentais.
- 7.3.2. Observamos que a prática de valores éticos e socioambientais que envolvem a licitação e se estendem na gestão contratual refletem a responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor.
- 7.3.3. Assim devem ser entendidas, por exemplo, a exigência de declarações de que o licitante se encontra regular perante o Ministério do Trabalho, a vedação à contratação de fornecedores imposta em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, etc., assim como exigências relativas ao atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho.
- 7.3.4. Merecem também destaque práticas de gestão no cumprimento das determinações legais que conferem à Administração importante papel na



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

garantia de direitos e conquistas trabalhistas, tais como a observação quanto ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e retenções da Previdência Social, bem como exigências decorrentes de Convenção ou Acordo de Coletivo das categorias profissionais envolvidas na execução dos serviços terceirizados.

- 7.3.5. Ainda, a justa aplicação de sanções administrativas refletem o tratamento a fornecedores com comportamento incompatível com os valores éticos da administração pública.
- 7.3.6. A licitante deve apresentar declaração subscrita por seu representante legal, elaborada em papel timbrado, atestando que:
- 7.3.6.1. Encontra-se em situação regular perante a Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- 7.3.6.2. Cumpre o estabelecido quanto ao disposto no inciso XXX do artigo 7.º da Constituição Federal;
- 7.3.6.3. Não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação, conforme disposto no competente edital;
- 7.3.6.4. Cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- 7.3.6.5. Atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017;
- 7.3.7. A licitante deve apresentar declaração subscrita por representante legal da licitante, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014;
- 7.3.8. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo VII, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

- 7.3.9. A contratada deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas na Resolução CSJT nº 310/2021, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios e práticas de sustentabilidade a serem exigidas nas contratações do Tribunal, bem como observar a Resolução CONAMA nº 401/2008;

#### **7.4. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

- 7.4.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços por meio de equipe técnica própria composta por profissionais especializados e comprovadamente qualificados nas áreas de:

- a) telefonia IP e sistemas de Voz sobre IP (VoIP);
- b) comunicação unificada e colaboração (UCaaS);
- c) administração e monitoramento de plataformas em nuvem; e
- d) suporte técnico e manutenção de equipamentos e softwares relacionados ao ambiente contratado.

- 7.4.2. Os técnicos designados para a execução dos serviços deverão obrigatoriamente:

- 7.4.2.1. Estar formalmente registrados ou contratados pela CONTRATADA, constando no quadro funcional ativo da empresa;
- 7.4.2.2. Possuir treinamento técnico e experiência comprovada na operação, manutenção e suporte de soluções de comunicação unificada em nuvem, com certificações ou cursos emitidos pelo fabricante da solução ofertada ou por entidade reconhecida no mercado de telecomunicações, compatíveis com a plataforma apresentada;
- 7.4.2.3. Em atendimentos presenciais, apresentar-se devidamente uniformizados, identificados com crachá funcional da empresa e com postura profissional compatível com o ambiente institucional do TRT da 8ª Região..



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 7.4.3. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação das certificações, treinamentos ou currículos dos profissionais indicados para execução dos serviços, sem prejuízo das demais exigências contratuais.
- 7.4.4. Os funcionários da CONTRATADA, que prestarão os serviços contratados, devem ter experiência comprovada na operação e suporte de equipamentos e plataformas de comunicação unificada equivalentes aos que serão fornecidos no âmbito desta contratação.

**7.4.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

- 7.4.5.1. Para comprovar sua aptidão técnica e experiência na execução de serviços de natureza semelhante ao objeto desta contratação, a LICITANTE deverá apresentar, no momento da habilitação, os seguintes documentos:

**a) Autorização da ANATEL**

- i) Comprovação de que a LICITANTE possui licença, outorga ou autorização emitida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, válida na data de apresentação da proposta, conforme a regulamentação vigente.
- ii) A exigência de autorização da ANATEL tem por objetivo assegurar que a empresa esteja legalmente habilitada a prover serviços de voz sobre rede pública, garantindo conformidade técnica e regulatória.

**b) Atestados de Capacidade Técnica**

- i) Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória, pela LICITANTE, de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.
- ii) Os atestados deverão evidenciar experiência da LICITANTE, no mínimo, em:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- ii.1) Implantação e operação de solução de Voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade UCaaS (Unified Communications as a Service) ou equivalente, com funcionalidades integradas de comunicação unificada, incluindo, no mínimo: softphone, URA, painel gerencial, relatórios e indicadores de uso;
- ii.2) Atendimento a clientes com abrangência geográfica múltipla, comprovando experiência com operação em diversas localidades físicas;
- iii) A LICITANTE deverá comprovar a execução de serviços equivalentes em porte e complexidade, com atendimento simultâneo de, no mínimo, 300 (trezentas) linhas/ramais ativos, por prazo mínimo de 12 (doze) meses.
- iii.1) Será admitido o somatório de atestados, desde que relativos à execuções concomitantes, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, em que a documentação apresentada permita verificar, de forma objetiva, que a LICITANTE executou serviços compatíveis com o objeto licitado e que atendeu ao quantitativo mínimo e ao prazo mínimo previstos neste Termo de Referência.
- iv) A Administração reserva-se o direito de verificar a autenticidade dos documentos apresentados, mediante diligências ou consultas aos órgãos ou entidades emitentes.

**c) Responsabilidade Técnica**

- i) Em todos os casos, os atestados deverão:
- Estar assinados por responsável legal da entidade emitente;
  - Conter informações suficientes para identificação do objeto e do período de execução
  - Estar acompanhados, quando exigido, da devida comprovação de vínculo do responsável técnico (ART ou documento equivalente).

**d) Responsabilidade Solidária**

- i) O atendimento aos requisitos acima não exime a CONTRATADA da plena responsabilidade pelo cumprimento integral do objeto, pela qualidade dos serviços prestados e pela observância das normas técnicas aplicáveis.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

## 7.5. REQUISITOS LEGAIS: LEGISLAÇÃO QUE REGE A CONTRATAÇÃO

- 7.5.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente a legislação vigente aplicável à prestação de serviços de telecomunicações e tecnologia da informação, em especial no que se refere à disponibilização de serviços de telefonia VoIP em nuvem (UCaaS), bem como atender às exigências técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação e no contrato administrativo.
- 7.5.2. Os serviços de telefonia VoIP objeto desta contratação deverão ser prestados de forma contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com gerenciamento integral pela empresa contratada, em conformidade com as normas legais e regulamentares pertinentes. Incluem-se, entre outras, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 (quando aplicável), a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e o Decreto nº 10.024/2019 (que regulamenta o pregão eletrônico).
- 7.5.3. Os serviços enquadram-se como serviços comuns de tecnologia da informação e comunicação (TIC), passíveis de definição objetiva mediante especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019. Dessa forma, poderão ser licitados na modalidade pregão eletrônico, tipo maior desconto, com adoção de critérios objetivos de desempenho, disponibilidade, segurança e qualidade do serviço.
- 7.5.4. O serviço contratado caracteriza-se como de natureza **continuada**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo possível sua prorrogação por mais de um exercício financeiro, desde que observado o interesse da Administração e os limites legais previstos nos arts. 105 e 106 da referida Lei.
- 7.5.5. Os serviços contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, por constituírem atividades materiais e instrumentais, acessórias à atividade-fim do órgão, passíveis de execução indireta por terceiros especializados.
- 7.5.6. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, observar os requisitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

13.709/2018), garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações trafegadas na solução VoIP, bem como implementar medidas técnicas de segurança da informação em conformidade com as boas práticas do setor.

- 7.5.7. Não se aplica, no caso desta contratação, a exigência de transferência de tecnologia ou de técnicas proprietárias específicas, uma vez que os serviços contratados baseiam-se em padrões amplamente disseminados no mercado, com domínio técnico consolidado pelas empresas especializadas no setor. Todavia, a CONTRATADA deverá assegurar, em eventual transição contratual, a plena portabilidade dos números, a exportação de registros e dados necessários à continuidade do serviço, bem como a adoção de medidas que garantam a integridade e a segurança das informações durante o processo de encerramento contratual

## **8. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 8.1. O prazo de vigência do contrato será de 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 106, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que, em conformidade com o art. 107, da Lei nº 14.133/2021, sejam atestadas as condições estabelecidas e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
- 8.3. O serviço objeto desta contratação enquadra-se como continuado, por atender a necessidade permanente e indispensável ao regular funcionamento do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades institucionais, sendo a vigência plurianual a solução mais vantajosa para a Administração.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Constituem atribuições do CONTRATANTE:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 9.1.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme o instrumento contratual, a proposta vencedora, os requisitos funcionais e os níveis de serviço (SLA) previstos neste Termo de Referência.
- 9.1.2. Exercer a gestão e a fiscalização da execução contratual por meio de servidores formalmente designados, com atuação preventiva e corretiva, emitindo relatórios, pareceres e registros que assegurem a adequada prestação dos serviços.
- 9.1.3. Verificar, no início da execução e ao longo de toda a vigência, a qualificação técnica e as certificações dos profissionais alocados pela CONTRATADA, podendo recusar ou solicitar substituição imediata daqueles que não atendam aos requisitos, especialmente quanto a tecnologias VoIP, redes IP e segurança cibernética.
- 9.1.4. Realizar, antes do início da execução, reunião de alinhamento com a CONTRATADA para leitura conjunta do contrato, esclarecimento de dúvidas e definição da **Matriz de Comunicação** (canais formais, prazos de resposta, níveis de escalonamento e janelas de manutenção).
- 9.1.5. Garantir acompanhamento contínuo e proativo da execução contratual, com foco na estabilidade, disponibilidade, desempenho e integridade dos serviços de telefonia em nuvem, exigindo e avaliando periodicamente o Plano de Continuidade de Negócios (BCP) apresentado pela CONTRATADA para cenários de interrupção ou desastre, o qual deverá contemplar, no mínimo:
  - a) descrição dos mecanismos de redundância, rotinas de backup e estratégias de failover;
  - b) **RTO** e **RPO** máximos por serviço e processos de recuperação;
  - c) canais alternativos de comunicação emergencial, respectivos procedimentos de acionamento e critérios para retorno ao estado normal de operação.
- 9.1.6. Registrar e comunicar à CONTRATADA, pelos canais oficiais, toda falha técnica, indisponibilidade, incidente de segurança ou inconsistência observada, mantendo histórico das ocorrências para controle de SLA e auditoria.
- 9.1.7. Permitir, quando necessário, acesso remoto e/ou local dos técnicos da CONTRATADA às redes, ativos e sistemas do CONTRATANTE,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

observados os procedimentos internos de segurança da informação, controle de acesso, confidencialidade e segregação de ambientes.

- 9.1.8. Assegurar a disponibilidade da infraestrutura mínima sob responsabilidade do CONTRATANTE para integração da solução VoIP, incluindo pontos de rede, endereçamento/IPs, conectividade à internet, energia estabilizada e compatibilidade dos equipamentos corporativos.
- 9.1.9. Facilitar a realização de testes, atualizações e manutenções programadas, **aprovando janelas de mudança** (change windows) e comunicando previamente as áreas impactadas, de modo a reduzir indisponibilidades.
- 9.1.10. Designar responsável(is) técnico(s) para atestar mensalmente a efetiva prestação dos serviços com base nos indicadores de desempenho (SLA) e nas evidências encaminhadas pela CONTRATADA (relatórios, dashboards e registros de chamados).
- 9.1.11. Efetuar os pagamentos devidos apenas após a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e o atesto formal da fiscalização, aplicando **glosas** quando cabíveis, conforme critérios definidos neste Termo de Referência e no contrato.
- 9.1.12. Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer evento adverso relevante durante a execução (ex.: mudanças estruturais de rede, obras, migrações internas) que possa impactar o nível de serviço, informando prazos e condições.
- 9.1.13. Manter atualizadas as informações cadastrais e técnicas necessárias à correta configuração e funcionamento do sistema (endereços IP, roteamentos, domínios, credenciais institucionais de integração e lista de ramais/extensões).
- 9.1.14. Zelar, no âmbito de suas responsabilidades, pela integridade e confidencialidade dos dados trafegados, atuando em conjunto com a CONTRATADA na prevenção de vulnerabilidades e na resposta a incidentes de segurança da informação, **em conformidade com a LGPD** e com as políticas internas vigentes.
- 9.1.15. Manifestar-se formal e tempestivamente nos atos relevantes da execução (aprovação de etapas de implantação, relatórios, alteração de perfis/licenças, portabilidade numérica, planos de numeração e roteamento).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 9.1.16. Fornecer, quando solicitadas e justificadas, as informações técnicas indispensáveis à execução contratual (políticas de firewall, regras de QoS, dados para portabilidade), observados os controles de segurança e confidencialidade.
- 9.1.17. Aplicar as penalidades administrativas e contratuais cabíveis em caso de inexecução parcial ou total, ou de descumprimento de SLA, respeitados o contraditório e a ampla defesa, nos termos definidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual.
- 9.1.18. **Gerir a transição contratual** ao término da vigência, coordenando com a CONTRATADA o cronograma de desmobilização e a continuidade operacional (portabilidade numérica, redirecionamentos temporários e aceite dos artefatos de encerramento).
- 9.1.19. **Preservar e arquivar** os registros relevantes da execução (atas, relatórios, indicadores, incidentes e evidências de SLA), assegurando a rastreabilidade e a transparência da gestão contratual.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os recursos necessários para a execução integral e adequada dos serviços contratados, incluindo mão de obra especializada, plataforma de comunicação em nuvem, licenças, manutenção, suporte técnico, softwares, equipamentos, ferramentas, transporte e demais insumos indispensáveis, de acordo com as especificações técnicas, prazos e condições deste Termo de Referência e da legislação aplicável.
- 10.2. Todos os custos relativos à infraestrutura, insumos, taxas de licenciamento, hospedagem em nuvem, armazenamento, atualizações e demais encargos operacionais devem estar integralmente incluídos nos preços propostos.
- 10.3. A CONTRATADA é integralmente responsável pela segurança das informações trafegadas, armazenadas e processadas na solução, devendo adotar práticas e controles alinhados a padrões internacionalmente reconhecidos (por exemplo, ISO/IEC 27001, NIST Cybersecurity Framework ou equivalentes), garantindo confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

- 10.3.1. Eventuais falhas de segurança que resultem em perda de dados, indisponibilidade ou vazamento são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, na LGPD (Lei nº 13.709/2018) e neste Termo.
- 10.4. Deve ser mantida política atualizada de **gestão de incidentes e resposta a incidentes de segurança da informação**, com classificação de severidade, prazos de resposta, comunicação ao CONTRATANTE e autoridades competentes (quando aplicável pela LGPD), plano de contenção e de lições aprendidas.
- 10.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica capacitada e indicar responsável técnico habilitado como interlocutor direto da fiscalização. Os dados do responsável deverão constar da proposta e ser atualizados a cada substituição.
- 10.6. A CONTRATADA deverá manter disciplina no local de prestação dos serviços, substituindo em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer funcionário cuja conduta seja considerada inconveniente pelo CONTRATANTE.
- 10.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de suporte técnico especializado (help desk/service desk), com registro e controle de todos os chamados, em conformidade com os SLA/ANS pactuados (horário de atendimento, níveis de escalonamento, tempos de resposta e solução por severidade).
- 10.8. Compete à CONTRATADA **monitorar proativamente** a plataforma, adotando medidas preventivas e corretivas para manter a operação estável e **minimizar incidentes**, apresentando **métricas de desempenho e relatórios de monitoramento** periódicos.
- 10.9. É obrigação da CONTRATADA realizar, sem ônus adicional, as atualizações e melhorias que envolvam correções de segurança, patches e releases evolutivos sem perda de funcionalidade, durante toda a vigência, bem como realizar backups regulares das configurações e históricos necessários à operação, observando as diretrizes da LGPD.
- 10.10. A CONTRATADA deve assegurar interoperabilidade conforme especificações técnicas deste Termo, providenciando integrações, testes e documentação técnica.
- 10.11. A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Implantação e Integração, contendo cronograma detalhado de implantação, fases, entregas, prazos, marcos, critérios de aceite, riscos e responsáveis, observando os marcos e prazos definidos no item 20 – Cronograma de Implantação e Integração deste Termo de Referência.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 10.11.1. Após a implantação, a CONTRATADA deverá apresentar plano de manutenção e suporte, contemplando periodicidade de revisões preventivas, janelas de mudança, tempos de resposta a falhas e canais de atendimento.
- 10.11.2. A CONTRATADA deverá garantir a continuidade dos serviços e implementar mecanismos de contingência, redundância geográfica e failover, conforme o Plano de Continuidade de Negócios (BCP), com RTO e RPO definidos por serviço.
- 10.12. Toda comunicação entre CONTRATADA e CONTRATANTE ocorrerá preferencialmente por meios eletrônicos oficiais, com envio de notificações, relatórios, pedidos e correspondências aos canais designados.
- 10.13. A CONTRATADA deverá participar das **reuniões de acompanhamento contratual**, presenciais ou por videoconferência, promovidas pela fiscalização técnica do Tribunal, garantindo o **registro das tratativas**.
- 10.14. Salvo eventos de força maior devidamente justificados, a CONTRATADA deverá assegurar a continuidade dos serviços e observar as penalidades cabíveis em caso de indisponibilidades indevidas.
  - 10.14.1. O cronograma deverá considerar os ambientes físicos e digitais do TRT, e poderá ser ajustado em comum acordo com a fiscalização.
  - 10.14.2. Após a implantação, a CONTRATADA deverá apresentar plano de manutenção e suporte, contendo periodicidade de revisões preventivas, tempo de resposta a falhas e canais de atendimento.
- 10.15. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os equipamentos eventualmente fornecidos estejam conformes com Anatel, Diretiva RoHS e legislação ambiental aplicável, e sejam entregues em embalagens sustentáveis e de volume mínimo.
- 10.16. Em até 7 (sete) dias úteis da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a responsabilidade técnica pela execução dos serviços mediante:
  - 10.16.1. Declaração formal de responsabilidade técnica assinada por profissional qualificado, vinculada à CONTRATADA, com currículo e comprovação de experiência em serviços de telefonia VoIP ou similares.
- 10.17. A CONTRATADA deverá manter sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução, sob pena de suspensão de pagamentos ou rescisão contratual.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

- 10.18. Os serviços deverão observar rigorosamente as **orientações do fabricante** da solução e as **boas práticas de TI e Telecom**, reconhecidas nacional ou internacionalmente.
- 10.19. A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo das informações acessadas no exercício do contrato, comprometendo-se a adotar medidas de controle de acesso, autenticação segura e trilhas de auditoria.
- 10.20. A CONTRATADA deverá comunicar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas sobre quaisquer manutenções programadas que possam impactar o serviço, exceto em casos emergenciais, que deverão ser justificados posteriormente.
- 10.21. A CONTRATADA deverá manter canal de atendimento disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7), para reportes de falhas críticas, garantindo suporte e pronta resposta conforme definido nos SLA.
- 10.22. A CONTRATADA deverá cooperar na transição ao término do contrato, garantindo:
- 10.22.1. **portabilidade dos números** e/ou redirecionamentos temporários necessários;
  - 10.22.2. **exportação de dados** (registros, gravações dentro do prazo contratual, configurações e relatórios) em formatos abertos;
  - 10.22.3. **revogação de acessos**, devolução de bens do CONTRATANTE e **eliminação segura** de dados remanescentes, mediante termo de destruição;
  - 10.22.4. suporte técnico durante o período de transição, nos prazos definidos pela fiscalização.
- 10.23. DA MANUTENÇÃO EVOLUTIVA - DESCRIÇÃO GERAL**
- 10.23.1. A CONTRATAÇÃO deverá contemplar a prestação de serviço continuado de suporte técnico especializado, manutenção corretiva e manutenção evolutiva da solução de Telefonia em Voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service – UCaaS, durante toda a vigência contratual.
- 10.23.2. Entende-se por manutenção evolutiva o conjunto de atividades destinadas à atualização, aprimoramento, ampliação de funcionalidades, adequação tecnológica, aplicação de patches, correções de segurança e evolução



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

continua da plataforma UCaaS, de forma a assegurar sua aderência às melhores práticas de mercado, às normas técnicas vigentes e às necessidades institucionais do TRT8.

**10.23.3. ESCOPO DA MANUTENÇÃO EVOLUTIVA**

10.23.3.1. O serviço de manutenção evolutiva deverá abranger, no mínimo:

I – Atualizações periódicas da plataforma UCaaS, incluindo novas versões de software, melhorias funcionais e correções de vulnerabilidades;

II – Implementação de novas funcionalidades disponibilizadas pelo fabricante/provedor da solução, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

III – Adequações técnicas necessárias para manutenção da compatibilidade com protocolos SIP, equipamentos IP, softphones, sistemas operacionais e navegadores suportados;

IV – Evolução dos mecanismos de segurança, incluindo criptografia, autenticação, controle de acesso, proteção contra fraudes e ataques de negação de serviço;

V – Ajustes e otimizações de desempenho, qualidade de voz, disponibilidade e escalabilidade do serviço;

VI – Atualização e evolução dos painéis de gestão, relatórios operacionais e indicadores de desempenho (SLA).

10.23.4. **Suporte Técnico Associado:** O serviço de manutenção corretiva e evolutiva deverá estar associado a suporte técnico especializado, prestado de forma contínua, compreendendo:

I – Atendimento remoto e, quando necessário, on-site;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

II – Disponibilidade mínima de suporte técnico em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) para incidentes críticos, ou conforme regime definido neste Termo de Referência;

III – Estrutura de monitoramento proativo da solução (NOC ou equivalente), com acompanhamento contínuo da disponibilidade e qualidade dos serviços;

IV – Atendimento conforme Acordo de Nível de Serviço (SLA), com prazos máximos de resposta e solução para incidentes, inclusive aqueles decorrentes de falhas de software ou degradação de serviço.

10.23.5. **Acordo de Nível de Serviço (SLA):** A manutenção evolutiva estará sujeita às métricas e indicadores definidos no SLA, devendo a CONTRATADA:

I – Garantir os níveis mínimos de disponibilidade da plataforma UCaaS;

II – Cumprir os prazos de atendimento e resolução estabelecidos para cada categoria de incidente;

III – Fornecer relatórios mensais detalhados de desempenho, disponibilidade, incidentes atendidos, manutenções executadas e evoluções implementadas;

IV – Estar sujeita à aplicação de glosas e penalidades em caso de descumprimento dos níveis de serviço pactuados.

10.23.6. **Medição, Faturamento e Recebimento:** O serviço de suporte técnico com manutenção corretiva e evolutiva será medido mensalmente, com base na efetiva prestação do serviço e no cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 10.23.6.1. O faturamento será realizado em parcelas mensais, mediante apresentação de relatório técnico e nota fiscal, condicionados ao aceite da CONTRATANTE.
- 10.23.6.2. O não atendimento aos níveis mínimos de SLA poderá ensejar glosas proporcionais, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas na legislação vigente e neste Termo de Referência.
- 10.23.7. **Vigência:** Os serviços de suporte técnico, manutenção corretiva e manutenção evolutiva deverão ser prestados durante todo o período de vigência contratual, garantindo a continuidade operacional, a atualização tecnológica e a evolução permanente da solução UCaaS adotada pelo TRT8.

## **11. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)**

### **11.1. Disposições Gerais**

- 11.1.1. O Acordo de Nível de Serviço (SLA) estabelece os padrões mínimos de disponibilidade, desempenho, atendimento e qualidade da solução VoIP/UCaaS contratada.
- 11.1.2. As métricas previstas serão apuradas mensalmente e integrarão o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Item 7 deste Termo de Referência.
- 11.1.3. A classificação de severidade, janelas de atendimento, regras de pausa do relógio e comunicação obedecerão integralmente ao disposto nos Itens 4.7.2 e 4.7.9.

### **11.2. Disponibilidade da Plataforma**

- 11.2.1. A CONTRATADA deverá assegurar disponibilidade mínima mensal de 99,5% da solução VoIP/UCaaS.
- 11.2.2. O Período de Faturamento Mensal (PFM) será apurado conforme:

$$PFM = NDM \times 1.440$$



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

onde:

- NDM = número de dias do mês
- 1.440 = minutos por dia

11.2.3. A disponibilidade mensal será calculada pela fórmula:

$$Disponibilidade (\%) = [(PFM - TIP)/PFM] \times 100$$

onde:

- TIP = Tempo de Indisponibilidade atribuível à CONTRATADA, em minutos.

**11.3. Tempo de Indisponibilidade (TIP)**

11.3.1. Será considerado TIP o período em que houver:

- indisponibilidade total do serviço;
- degradação mantida por no mínimo 5 (cinco) minutos consecutivos, mediante qualquer dos seguintes parâmetros:
  - Latência (RTT) > 150 ms
  - Jitter > 30 ms
  - Perda de pacotes > 1%
  - MOS < 3,6
  - ASR < 55% ou NER < 90%
  - indisponibilidade de URA, gravação ou portal administrativo que comprometa a operação institucional

11.3.2. Ocorrências sucessivas dentro de intervalo inferior a 24 horas serão tratadas como evento único para fins de apuração.

11.3.3. Não serão computados como TIP:

- indisponibilidade de energia ou conectividade sob responsabilidade do CONTRATANTE;
- falhas em equipamentos de propriedade do CONTRATANTE;
- manutenções previamente autorizadas, realizadas preferencialmente na janela 00h00–06h00 (UTC–3), limitadas a 4 horas mensais;
- hipóteses de força maior devidamente comprovadas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

#### **11.4. Reposição de Equipamentos**

- 11.4.1. Quando a indisponibilidade decorrer de falha de equipamento fornecido pela CONTRATADA, deverão ser observadas, cumulativamente, as seguintes regras:
- 11.4.1.1. os prazos de resposta, solução remota e resolução on-site previstos na tabela de severidade aplicam-se ao restabelecimento funcional do serviço, ainda que por meio de solução de contorno, equipamento reserva, redirecionamento temporário, reconfiguração ou substituição provisória;
- 11.4.1.2. a substituição física definitiva do equipamento defeituoso deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas, para ocorrências de Severidade 1 ou 2, e em até 10 (dez) dias úteis, para ocorrências de Severidade 3 ou 4, sem prejuízo da obrigação de restauração do serviço dentro dos prazos de SLA;
- 11.4.2. em caso de extravio, furto ou roubo, mediante apresentação de Boletim de Ocorrência, o prazo para reposição definitiva será de até 10 (dez) dias úteis;
- 11.4.3. a restauração provisória não exime a CONTRATADA da correção definitiva, da atualização do inventário e do registro completo da ocorrência no sistema de chamados.

#### **11.5. Desativação de Unidade**

- 11.5.1. Em caso de desativação formal de Unidade:
- 11.5.1.1. cessarão as cobranças pró-rata;
- 11.5.1.2. a retirada dos equipamentos ocorrerá em até:
- a) 5 dias úteis (Belém e Região Metropolitana);
  - b) 10 dias úteis (interior PA/AP);
  - c) 15 dias úteis (localidades remotas);





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 11.5.1.3. deverá ser emitido Termo de Retirada e declaração de eliminação de dados, quando aplicável.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1. Comete infração, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a contratada que:
- 12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 12.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 12.1.5. Não mantiver a proposta.
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:
- 12.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - 12.2.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias com relação ao cronograma firmado autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato.
  - 12.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
  - 12.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;
- 12.3. As sanções previstas anteriormente poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

12.4. Para efeito de aplicação de multa, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor relativo ao valor da parcela inadimplida do serviço afetado
2	0,4% ao dia sobre o valor relativo ao valor da parcela inadimplida do serviço afetado
3	0,8% ao dia sobre o valor relativo ao valor da parcela inadimplida do serviço afetado
4	1,6% ao dia sobre o valor relativo ao valor da parcela inadimplida do serviço afetado

TABELA 2		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	4
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado, por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço, por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante, por empregado e por dia;	3
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, seus Apensos e Termo de Contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Fiscalização, por item e por ocorrência;	3
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência	2



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	1
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos ou Profissional Responsável Técnico previstos no edital/contrato;	1
10	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada.	1

- 12.5. Em caso de atraso nos itens das Tabela 1 e 2, é limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 12.5.1. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor relativo aos itens das Tabela 1 e 2, quando se aplicar, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
- 12.5.2. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor relativo aos itens das Tabela 1 e 2, quando se aplicar, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- 12.5.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidas dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.8. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**13. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

- 13.1. A CONTRATADA declara conhecer e cumprir todas as leis vigentes envolvendo proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, comprometendo-se, assim, a limitar a utilização dos dados pessoais a que tiver acesso apenas para execução dos serviços do Contrato, abstendo-se de utilizá-los em proveito próprio ou alheio, para fins comerciais ou quaisquer outros.
- 13.2. O TRT8 e a CONTRATADA reconhecem que, como parte da execução do Contrato, armazenam, coletam, tratam ou de qualquer outra forma processam dados pessoais na categoria de Controlador para Operador. No sentido dado pela legislação vigente aplicável, sendo o TRT8 considerado “Controlador de Dados”, e a CONTRATADA “Operadora”, e ambos se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- 13.2.1. o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- 13.2.2. o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- 13.2.3. encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo TRT8, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 13.3. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRT8-Resolução TRT nº 56/2020, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
- 13.4. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato.
- 13.5. O “Encarregado” ou “DPO” da CONTRATADA fica ciente do dever de manter contato formal com o Encarregado do TRT8, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 13.6. A critério do Encarregado de Dados do TRT8, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto do contrato, no tocante a dados pessoais.
- 13.7. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

**14. DO NÃO ENQUADRAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 14.1. A contratação que se pretende não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 4º, do Decreto 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, uma vez que foi possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 15.1. A CONTRATADA, na execução dos serviços de telefonia em nuvem (VoIP/UCaaS), deverá adotar boas práticas de sustentabilidade, com foco na eficiência energética, otimização de recursos computacionais, redução da geração de resíduos eletrônicos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

e promoção de soluções tecnológicas mais limpas, em consonância com os princípios da Administração Pública sustentável.

- 15.2. Deverá, ainda, observar, no que couber, as disposições estabelecidas na Resolução CSJT nº 310/2021, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, no Decreto nº 7.746/2012 e demais normas correlatas, especialmente aquelas que tratam de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação.
- 15.3. Entre as práticas sustentáveis esperadas, destacam-se:
  - 15.3.1. Adoção de soluções tecnológicas baseadas em computação em nuvem, com uso otimizado de data centers energeticamente eficientes, que priorizem a consolidação de recursos e a virtualização de serviços, reduzindo o impacto ambiental.
  - 15.3.2. Minimização do consumo de energia elétrica local, mediante redução da necessidade de equipamentos físicos instalados nas dependências do Tribunal.
  - 15.3.3. Eliminação ou redução significativa de equipamentos que exijam resfriamento intensivo, como PABX físicos ou centrais telefônicas legadas, contribuindo para menor carga térmica nas edificações.
  - 15.3.4. Utilização de equipamentos de rede com selo de eficiência energética, conforme certificações reconhecidas nacional ou internacionalmente, quando aplicável.
  - 15.3.5. Evitar, sempre que possível, o uso de materiais ou componentes que contenham substâncias nocivas à saúde humana ou ao meio ambiente, observando o disposto na Resolução CONAMA nº 401/2008.
  - 15.3.6. Gerenciamento responsável do ciclo de vida dos ativos físicos fornecidos ou substituídos, com logística reversa, descarte ambientalmente adequado e, quando possível, destinação para reciclagem, nos termos do Decreto nº 10.936/2022.
  - 15.3.7. Vedação à utilização de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO), abrangidas pelo Protocolo de Montreal, em quaisquer equipamentos utilizados na prestação dos serviços.
  - 15.3.8. Treinamento interno e contínuo dos empregados e técnicos da CONTRATADA sobre práticas sustentáveis na prestação de serviços de





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

TIC, incluindo o uso racional de energia e recursos computacionais, conforme as normas ambientais vigentes.

- 15.4. A CONTRATADA também deverá apresentar, quando solicitado, comprovação das práticas de sustentabilidade adotadas, inclusive com eventuais relatórios de indicadores de consumo, descarte de resíduos e eficiência operacional, compatíveis com o objeto contratado e alinhados às metas do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRT da 8ª Região.

**16. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- 16.1. A contratação deverá contar com garantia de execução, conforme estabelecido no artigo 96, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O valor da garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato (art. 98, da Lei nº 14.133) .
- 16.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, para verificação do total adimplemento do contratado e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, conforme estabelecido no art. 97, da Lei nº 14.133.
- 16.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 16.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.
- 16.6. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 16.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 16.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.
- 16.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, conforme disposição decorrente do art. 1º, inciso IV, do Decreto-Lei 1.737, de 1979.
- 16.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 16.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 16.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 16.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 16.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 16.15. Caso haja necessidade de acionamento da garantia, recomenda-se promover a notificação do contratado e da seguradora ou da entidade bancária dentro do prazo de vigência da garantia, sem prejuízo da cobrança dentro do prazo prescricional.
- 16.16. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 16.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 16.18. O CONTRATADO deverá autorizar o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**17. VISTORIA**

- 17.1. Na presente licitação, a realização de vistoria será FACULTATIVA, e o licitante PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:
- 17.2. Pelo objeto da presente licitação se tratar de serviços comum com características comuns ao mercado, não se verifica a necessidade de vistoria obrigatória.
- 17.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 17.4. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência. Caso deseje realizar a visita, o prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 17.5. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 17.6. O agendamento para a vistoria poderá ser realizado através do e-mail: [comap@trt8.jus.br](mailto:comap@trt8.jus.br). Deverá ser indicado os locais que serão vistoriados e os horários desejados para a visita.

**18. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 18.1. A execução do objeto ocorrerá de forma remota e presencial (ou telepresencial), conforme a complexidade da demanda e a criticidade do serviço afetado, abrangendo implantação, migração, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento contínuo, suporte técnico e eventual ampliação dos serviços contratados.
- 18.2. A execução formal dos serviços terá início com a emissão da Ordem de Serviço, observados os marcos, prazos e fases definidos no item 20 – Cronograma de Implantação e Integração. O Plano de Implantação e Integração da solução deverá



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

ser apresentado e aprovado nos prazos estabelecidos no referido cronograma. Nesse período deverá apresentar, para validação da fiscalização, o Plano de Implantação e Integração da solução, contendo, no mínimo:

- 18.2.1. **Cronograma detalhado, EAP** (estrutura analítica do projeto), marcos, **critérios de aceite**, riscos, janelas de mudança, dependências e responsáveis;
  - 18.2.2. **Matriz de comunicação e escalonamento** (contatos 24x7, NOC, gerência técnica e gerência de conta);
  - 18.2.3. Plano de migração (numeração, portabilidade/rotas, estratégia de corte e plano de reversão);
  - 18.2.4. **Matriz RACI** mínima entre CONTRATADA e CONTRATANTE;
  - 18.2.5. Procedimentos de segurança da informação e de proteção de dados (LGPD) aplicáveis à implantação
- 18.3. A prestação dos serviços observará, no mínimo, os seguintes **componentes técnicos**:
- 18.3.1. Configuração inicial da plataforma de comunicação em nuvem;
  - 18.3.2. Migração de linhas e ramais atuais para a nova plataforma, incluindo portabilidade numérica, testes de roteamento (local, DDD e, quando aplicável, DDI) e validação de URA/gravações;
  - 18.3.3. Provisionamento de ramais, perfis e usuários, com perfis de permissão e políticas de segurança;
  - 18.3.4. Capacitação técnica de servidores indicados pelo CONTRATANTE (administração, operação e atendimento), com registros de presença e materiais didáticos;
    - 18.3.4.1. Cada evento de capacitação para operação da solução deverá corresponder a treinamento completo, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, podendo ser realizado de forma presencial, telepresencial ou remota, conforme definido pela CONTRATANTE.
    - 18.3.4.2. O conteúdo programático deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização e abranger, no mínimo, administração da plataforma, operação de ramais e perfis, uso do painel gerencial, abertura e acompanhamento de chamados, regras de portabilidade, relatórios, gravações, filas/URA, rotinas básicas de diagnóstico e demais funcionalidades relevantes da solução implantada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 18.3.4.3. O treinamento somente será considerado concluído após a realização integral da carga horária prevista, entrega do material didático, registro de presença e emissão de certificado contendo, no mínimo, identificação do treinamento, período de realização, participantes e respectiva carga horária.
- 18.3.5. Testes de aceitação (piloto e produção), evidências de conformidade e termos de aceite por etapa;
- 18.3.6. Documentação técnica: diagramas lógicos, inventário de ativos/numeração, procedimentos operacionais e de contingência.
- 18.4. O monitoramento proativo do sistema de comunicação em nuvem deverá ser 24x7, com geração de relatórios mensais contendo, no mínimo, métricas de disponibilidade (SLA), TIP apurado, incidentes por severidade, mudanças programadas, capacidade/utilização, qualidade de voz (latência, jitter, perda, MOS) e glosas/créditos aplicáveis.
  - 18.4.1. O CONTRATANTE terá acesso em tempo real ao painel de monitoramento e aos registros exportáveis (CSV/JSON).
  - 18.4.2. Incidentes de alto impacto (Sev1) deverão ser notificados imediatamente aos canais acordados, com atualização até a normalização.
- 18.5. A manutenção preventiva e corretiva deverá atender aos seguintes parâmetros:
  - 18.5.1. Manutenção preventiva: realizada de forma programada, com registro de logs do sistema, análise de desempenho e conformidade com a janela e limites de manutenção programada definidos (aviso  $\geq$  72h, janela preferencial 00:00–06:00, limite de 4 h/mês);
  - 18.5.2. Manutenção corretiva: realizada mediante abertura de chamado por e-mail, portal web ou telefone, conforme canais disponibilizados pela CONTRATADA, com registro completo do ticket;
  - 18.5.3. Gestão de mudanças: toda alteração planejada seguirá processo de Change Management (plano, janela, testes, critério de sucesso, plano de reversão); mudanças emergenciais deverão ser justificadas e registradas em ata com evidências.
- 18.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE os seguintes recursos de acompanhamento e suporte:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 18.6.1. Portal de autoatendimento com painel de controle para gestão de ramais, relatórios, configuração de recursos, abertura e acompanhamento de chamados;
- 18.6.2. Canais de suporte (telefone e e-mail) com funcionamento no mínimo das 08h às 18h em dias úteis para demandas Sev3, com escalonamento 24x7 para Sev1/Sev2;
- 18.6.3. Registro eletrônico de cada intervenção (preventiva ou corretiva), contendo: data/hora de abertura e fechamento, tempo de inatividade, descrição da ocorrência, providências adotadas, substituições realizadas, identificação do técnico responsável e status do serviço;
- 18.6.4. Catálogo de serviços (tipos de chamado, prazos e janelas) e matriz de escalonamento atualizados e acessíveis no portal.
- 18.7. A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO, no prazo de até 30 (trinta) dias após o início da execução, Laudo Técnico de Funcionamento da solução instalada, contendo:
  - 18.7.1. Relatório de conformidade da implantação;
  - 18.7.2. Ajustes realizados e pendências remanescentes com prazos;
  - 18.7.3. Plano de ação para problemas identificados (quando aplicável);
  - 18.7.4. Baseline de configuração, diagrama lógico atualizado e inventário (ativos, numeração, integrações).
- 18.8. Ao final da vigência contratual, a CONTRATADA deverá, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, apresentar Relatório Técnico de Desligamento, contendo informações sobre o estado da solução, registros históricos de incidentes, ativos eventualmente transferidos, exportação de dados (CDRs, gravações no prazo contratual e configurações), revogação de credenciais, termo de eliminação de dados (LGPD) e demais dados necessários à continuidade dos serviços por novo contratado, se for o caso.
- 18.9. A CONTRATADA deve garantir que todas as funcionalidades contratadas estejam operacionais e disponíveis durante a vigência do contrato, incluindo, quando previstas: chamadas internas/locais/DDD (e DDI, se contratado), ramais IP, transferência e conferência de chamadas, correio de voz, URA, gravação de chamadas (quando prevista), relatórios, conferências e gestão via painel web, em conformidade com os níveis de serviço estabelecidos no SLA.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**19. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 19.1. A execução do contrato observará o modelo no qual o CONTRATANTE é responsável pela gestão do contrato e pelo atesto dos resultados esperados e dos níveis de serviço, e a CONTRATADA é responsável pela gestão e execução dos serviços, incluindo a provisão de todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários, bem como o dimensionamento, organização e gerenciamento do quantitativo de profissionais indispensáveis ao cumprimento do objeto, em conformidade com este Termo de Referência e seus Apenso.
- 19.2. Serviços eventualmente realizados fora do horário de expediente, bem como aos sábados, domingos e feriados, no ambiente da CONTRATADA ou do CONTRATANTE, não implicarão acréscimo de preços, quando decorrentes do cumprimento das obrigações deste Termo (ex.: atendimento a incidentes Sev1/Sev2, janelas de manutenção programada autorizadas e atividades previstas no Plano de Implantação). Atividades extraordinárias por solicitação específica do CONTRATANTE, não previstas no escopo contratual, deverão ser formalmente aprovadas e precificadas quando cabível.
- 19.3. Na contagem de prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não houver disposição em sentido diverso, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento.
- 19.4. Para a execução de serviços de instalação, manutenção e configuração da solução contratada, a CONTRATADA deverá deslocar profissionais às suas expensas, incluindo deslocamento, transporte, diárias, alimentação, hospedagem e quaisquer outros custos necessários, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.
- 19.5. A prestação dos serviços terá início na data ou prazo fixados em Ordem de Serviço (OS), contado do recebimento da OS pela CONTRATADA.
- 19.6. Em caso de rescisão contratual, insolvência, não renovação ou qualquer situação que demonstre a incapacidade da CONTRATADA em dar continuidade à prestação, deverão ser assegurados, até a transição para nova fornecedora ou solução:
- 19.6.1. **Continuidade mínima** dos serviços essenciais de voz, conforme **BCP/DR**, sem ônus adicional além do preço contratual;
- 19.6.2. Portabilidade e/ou redirecionamento temporário de números, conforme necessidade do CONTRATANTE;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 19.6.3. Exportação de dados e registros (CDRs, configurações e, quando aplicável, gravações dentro do prazo contratual), em formatos abertos;
  - 19.6.4. Revogação de credenciais, eliminação segura de dados remanescentes e entrega do Termo de Eliminação de Dados, nos termos da LGPD;
  - 19.6.5. Retirada dos equipamentos de propriedade da CONTRATADA ou devolução conforme regras de desativação/suspensão, com emissão de Termo de Retirada;
  - 19.6.6. Cooperação técnica durante o período de transição, nos prazos definidos pela fiscalização.
- 19.7. Durante o período previsto no subitem 19.6, os pagamentos serão devidos e realizados conforme as condições contratuais, sem ônus adicional, observando-se eventuais glosas/créditos apurados pelo SLA.
- 19.8. Local da prestação dos serviços**
- 19.8.1. Os serviços serão prestados nas Unidades do TRT da 8ª Região (PA/AP), cujos endereços constam do Apenso V – Endereços das Unidades do TRT8, e, quando aplicável, nas dependências da CONTRATADA para operações remotas, monitoramento e suporte.

**20. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E INTEGRAÇÃO**

- 20.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e gestão de solução de comunicação em nuvem baseada em tecnologia VoIP (Voz sobre IP), na modalidade Unified Communications as a Service (UCaaS), visando assegurar a plena disponibilidade, qualidade e confiabilidade da infraestrutura de telefonia corporativa do TRT da 8ª Região
- 20.2. As tabelas abaixo apresentam o Cronograma de Implantação e Integração da solução UCaaS/VoIP do TRT8, com fases, marcos, prazos e responsáveis, a partir de D<sub>0</sub> (data de assinatura do contrato). A execução formal dos serviços terá início com a emissão da Ordem de Serviço (OS), correspondente ao marco D<sub>1</sub>.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**20.2.1. FASE DE PLANEJAMENTO**

20.2.1.1. Para a fase de Planejamento, deve-se levar em consideração que:

- a) Todos os prazos estão expressos em dias úteis, contados a partir do  $D_0$  (data de assinatura do contrato), conforme o calendário oficial do TRT8.
- b) A coluna “Dia (D)” representa o marco temporal relativo de cada etapa, enquanto as expressões entre parênteses ( $D_x + Y = D_n$ ) indicam a relação entre o marco de origem ( $D_x$ ), o intervalo de dias úteis (+Y) e o marco resultante ( $D_n$ ).
- c) A execução de cada fase subsequente está condicionada à conclusão e ao aceite formal da etapa anterior, especialmente à aprovação do Plano de Implantação e Integração pela CONTRATANTE (item 1.4 da Tabela).
- d) Caso a emissão da Ordem de Serviço (item 1.1) ocorra após o prazo previsto, os demais marcos terão seus D's recontados, mediante registro formal no cronograma aprovado, preservando o intervalo entre as etapas e o cronograma global do projeto.
- e) A fase de Planejamento constitui a linha de base inicial do contrato, devendo ser atualizada apenas mediante acordo formal entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.
- f) Todos os eventos deverão ser formalizados documentalmente, por meio de atas, relatórios ou comunicações oficiais, assegurando rastreabilidade e integridade das informações.

FASE DE PLANEJAMENTO				
Seq	Dia	Marco	Prazo	Responsável
1.0	D0	Assinatura do Contrato (AC)	—	CONTRATANTE e CONTRATADA
1.1	D1	Emissão da Ordem de Serviço (OS)	Após a AC ( $D_0 + 1 = D_1$ )	CONTRATANTE
1.2	D6	Reunião inicial (kickoff)	Até 5 dias úteis após a OS ( $D_1 + 5 = D_6$ )	CONTRATANTE e CONTRATADA



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

1.3	D16	Apresentação, pela CONTRATADA, do Plano de Implantação e Integração (EAP, cronograma, RACI, riscos, comunicação, estratégia de implantação por blocos, plano de portabilidade, janelas técnicas e plano de reversão)	Até 10 dias úteis após o kickoff (D6 + 10 = D16)	CONTRATADA
1.4	D21	Aprovação do Plano de Implantação e Integração pela CONTRATANTE, com validação técnica da área de TI, incluindo estratégia de implantação por blocos, portabilidade, janelas técnicas, plano de reversão e critérios de aceite	Até 5 dias úteis após 1.3 (D16 + 5 = D21)	CONTRATANTE

- g) A fase de planejamento terá duração total estimada de 21 (vinte e um) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato (D<sub>0</sub>), abrangendo as etapas de emissão da Ordem de Serviço, realização da reunião de kickoff, elaboração e aprovação do Plano de Implantação e Integração.
- h) O Plano de Implantação e Integração deverá contemplar, além da EAP (Estrutura Analítica do Projeto), cronograma, RACI, riscos e comunicação, a estratégia de implantação por blocos, o plano de portabilidade numérica, as janelas técnicas de cutover, os critérios de validação e o respectivo plano de reversão.
- i) A conclusão desta fase encerra o planejamento contratual e estabelece a linha de base técnica e cronológica para o início da implantação da solução VoIP/UCaaS, servindo como referência formal de acompanhamento e controle das etapas subsequentes.

**20.2.2. FASE DE PREPARAÇÃO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

20.2.2.1. Para a fase de preparação, deve-se levar em consideração que:

- a) Esta fase tem duração estimada de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da conclusão do Planejamento (D<sub>21</sub>), e compreende as atividades preparatórias necessárias à implantação da solução, incluindo a preparação e configuração prévia dos aparelhos, a ativação do núcleo UCaaS, do SBC e dos troncos SIP, bem como a consolidação do plano executivo de implantação e de portabilidade por blocos geográficos.
- b) A conclusão desta etapa consolida as condições técnicas e operacionais para o início da implantação em campo, assegurando que os recursos, licenças, troncos SIP, parâmetros de rede, procedimentos de contingência, janelas técnicas e plano de reversão estejam devidamente testados, validados e aptos ao comissionamento da solução VoIP/UCaaS.
- c) Nesta fase, a portabilidade numérica será apenas planejada e organizada por blocos, não constituindo condição prévia para o início da instalação física dos aparelhos nas unidades.
- d) A efetivação da portabilidade deverá ocorrer posteriormente, por blocos geográficos, somente após a instalação, o provisionamento e a validação local da solução nas respectivas unidades, em janelas técnicas previamente aprovadas pela Fiscalização.
- e) Para fins de organização operacional da implantação, deverão ser considerados, no mínimo, os seguintes blocos geográficos:
  - i) **Bloco 1** – Belém e Ananindeua;
  - ii) **Bloco 2** – Abaetetuba, Castanhal, Santa Izabel, Capanema e Paragominas;
  - iii) **Bloco 3** – Altamira, Breves, Itaituba, Óbidos e Santarém;
  - iv) **Bloco 4** – Marabá, Parauapebas, Redenção, São Félix do Xingu, Tucuruí e Xinguara;
  - v) **Bloco 5** – Macapá e a unidade Monte Dourado/Laranjal do Jari.
- f) A conclusão desta fase encerra a preparação técnica e estabelece as condições necessárias ao início da implantação física da solução, servindo como referência formal para a execução das etapas subsequentes.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

FASE DE PREPARAÇÃO				
Seq	Dia	Marco	Prazo	Responsável
2.	D22	Preparação e configuração prévia dos 450 aparelhos (instalação de imagem, criptografia, etiquetagem, inventário e associação preliminar aos blocos de implantação)	$D_{22} \rightarrow D_{31}$ (10 dias úteis)	CONTRATADA
2.1	D32	Ativação do Core UCaaS, SBC, troncos SIP e testes iniciais de funcionamento (interno/DDD; DDI se aplicável), com validação dos parâmetros mínimos de conectividade e segurança	$D_{32} \rightarrow D_{33}$ (2 dias úteis)	CONTRATADA
2.2	D34	Consolidação do plano executivo de implantação e portabilidade por blocos geográficos, com definição de janelas técnicas, sequência de cutover, critérios de validação, comunicação às unidades e plano	$D_{34} \rightarrow D_{36}$ (3 dias úteis)	CONTRATADA





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

		de reversão		
--	--	-------------	--	--

### 20.2.3. FASE DE IMPLANTAÇÃO

20.2.3.1. Para a fase de implantação, deve-se levar em consideração que:

- Esta fase terá duração total estimada de 56 (cinquenta e seis) dias úteis, contados a partir do término da fase de Preparação (D<sub>36</sub>), iniciando-se em D<sub>37</sub>, e compreende as etapas de instalação física dos aparelhos VoIP nas unidades do TRT8, configuração final em campo, validação local da rede e dos terminais, portabilidade numérica por blocos geográficos, testes integrados de comunicação, operação assistida e homologação técnica parcial da solução UCaaS.
- A instalação física dos equipamentos será realizada de forma gradual e sequencial, por blocos geográficos priorizados, observando logística, disponibilidade de infraestrutura local, criticidade operacional e critérios técnicos definidos no Plano de Implantação e Integração aprovado.
- O Bloco 1, composto por Belém e Ananindeua, terá prioridade máxima de implantação, devendo os demais blocos serem executados gradualmente na ordem definida neste cronograma.
- A portabilidade numérica não constitui condição prévia para o início da implantação física em campo, devendo ser executada somente após a conclusão da instalação, do provisionamento e da validação local dos aparelhos e serviços nas unidades contempladas, em janelas técnicas previamente aprovadas pela Fiscalização, com observância do plano de reversão.
  - A execução da portabilidade numérica deverá observar integralmente os prazos máximos estabelecidos na regulamentação vigente da Anatel, especialmente aqueles previstos na Resolução Anatel nº 777, de 28 de abril de 2025, conforme transcrito a seguir:

*Resolução ANATEL N° 777, de 28 de Abril de 2025*

*(...)*

*Subseção XVI*

*Dos Prazos*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

*Art. 103. Devem ser observados os seguintes prazos máximos relacionados à portabilidade:*

*I - para a duração do Processo de Portabilidade, até 3 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação;*

*(...)*

*II - no período estabelecido no art. 103, I, em nenhum caso, a efetivação da portabilidade deve se dar em mais de 5 (cinco) dias úteis.*

- e) A conclusão desta fase consolida a efetiva implantação da solução de telefonia em nuvem no TRT8, assegurando que as unidades contempladas na fase inicial estejam integradas ao ambiente corporativo UCaaS, com infraestrutura validada, desempenho testado, estabilidade operacional aferida e conformidade técnica homologada pela área responsável.
- f) Após a homologação técnica parcial, a eventual expansão de novas linhas e ramais ocorrerá sob demanda, conforme emissão de Ordens de Fornecimento pela Fiscalização, nos termos previstos neste Termo de Referência.

FASE DE IMPLANTAÇÃO				
Seq	Dia	Marco	Prazo	Responsável
3.1	-	Instalação física/presencial dos 450 aparelhos VoIP nas unidades do TRT8, por blocos geográficos priorizados	Até 25 dias úteis após D <sub>36</sub> (D <sub>37</sub> → D <sub>61</sub> )	CONTRATADA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

3.1.1	D37	<b>Implantação no Bloco 1 – Belém e Ananindeua (Prédio Sede, Anexos, Depósito Manoel Evaristo e Fórum Trabalhista de Ananindeua/Arquivo),</b> compreendendo montagem e fixação dos aparelhos VoIP, conexão à rede lógica, registro e provisionamento remoto na plataforma UCaaS, etiquetagem patrimonial, atualização de inventário e validação inicial de parâmetros de QoS e conectividade. Deverão ser contemplados manuais, orientações operacionais e os ajustes necessários à disponibilização dos equipamentos aos usuários finais.	D37 → D46 (10 dias úteis)	CONTRATADA
3.1.2	D47	<b>Implantação no Bloco 2 – Abaetetuba, Castanhal, Santa Izabel, Capanema e Paragominas,</b> compreendendo montagem e fixação dos aparelhos VoIP, conexão à rede lógica, registro e provisionamento remoto na plataforma UCaaS, etiquetagem patrimonial, atualização de inventário e validação inicial de parâmetros de QoS e conectividade.	D47 → D50 (4 dias úteis)	CONTRATADA
3.1.3	D51	<b>Implantação no Bloco 3 – Altamira, Breves, Itaituba, Óbidos e Santarém,</b> compreendendo montagem e fixação dos aparelhos VoIP, conexão à rede lógica, registro e provisionamento remoto na plataforma UCaaS, etiquetagem patrimonial, atualização de inventário e validação inicial de parâmetros de QoS e conectividade.	D51 → D54 (4 dias úteis)	CONTRATADA
3.1.4	D55	<b>Implantação no Bloco 4 – Marabá, Parauapebas, Redenção, São Félix do Xingu, Tucuruí e Xinguara,</b> compreendendo montagem e fixação dos aparelhos VoIP, conexão à rede lógica, registro e provisionamento remoto na plataforma UCaaS, etiquetagem patrimonial, atualização de inventário e validação inicial de parâmetros de QoS e	D55 → D58 (4 dias úteis)	CONTRATADA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

		conectividade.		
3.1.5	D59	<b>Implantação no Bloco 5 – Macapá e Monte Dourado/Laranjal do Jari</b> , compreendendo montagem e fixação dos aparelhos VoIP, conexão à rede lógica, registro e provisionamento remoto na plataforma UCaaS, etiquetagem patrimonial, atualização de inventário e validação inicial de parâmetros de QoS e conectividade, observada a transição operacional da unidade Monte Dourado/Laranjal do Jari.	D59 → D61 (3 dias úteis)	
A conclusão das atividades de instalação física em todas as unidades contempladas marca o encerramento do ciclo de implantação em campo e o início da fase de validação final e preparação para a portabilidade numérica da solução UCaaS.				
3.2	D62	Conclusão da instalação física, configuração final e validação local dos 450 aparelhos, incluindo testes de conectividade intra e interunidades, validação de rede e atualização final do inventário.	D62 → D66 (5 dias úteis)	CONTRATADA
3.3	D67	Execução da portabilidade numérica por blocos geográficos, em ondas sucessivas, observadas janelas técnicas previamente aprovadas pela Fiscalização, plano de reversão formalizado, comunicação prévia às unidades impactadas e os prazos regulamentares aplicáveis. A execução de cada bloco ficará condicionada à confirmação da efetivação e à validação mínima de funcionamento do bloco imediatamente anterior.	D67 → D77 (11 dias úteis)	CONTRATADA
3.3.1	D67	<b>Portabilidade do Bloco 1 – Belém e Ananindeua</b> , por concentrar o maior volume de linhas e a maior criticidade operacional.	D67 → D69 (3 dias úteis)	CONTRATADA
3.3.2	D70	<b>Portabilidade do Bloco 2 – Abaetetuba, Castanhal, Santa Izabel, Capanema e Paragominas.</b>	D70 → D71 (2 dias úteis)	CONTRATADA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

3.3.3	D72	<b>Portabilidade do Bloco 3</b> – Altamira, Breves, Itaituba, Óbidos e Santarém.	D72 → D73 (2 dias úteis)	CONTRATADA
3.3.4	D74	<b>Portabilidade do Bloco 4</b> – Marabá, Parauapebas, Redenção, São Félix do Xingu, Tucuruí e Xinguara.	D74 → D75 (2 dias úteis)	CONTRATADA
3.3.5	D76	<b>Portabilidade do Bloco 5</b> – Macapá e Monte Dourado/Laranjal do Jari, observada a situação operacional da unidade em transição.	D76 → D77 (2 dias úteis)	CONTRATADA
3.4	D78	Execução dos testes integrados pós-portabilidade, com emissão de relatório técnico de desempenho e qualidade da comunicação.	D78 → D82 (5 dias úteis)	CONTRATADA
3.5	D83	Operação assistida, com acompanhamento técnico intensivo após a ativação, monitoramento de desempenho, correção de incidentes e estabilização da plataforma UCaaS.	D83 → D87 (5 dias úteis)	CONTRATADA
3.6	D88	Aceite Técnico Parcial: homologação da implantação das 450 linhas VoIP, com base em relatório de conformidade funcional e validação da performance de rede pela área técnica.	D88 → D92 (5 dias úteis)	CONTRATANTE
3.7	-	Expansão Gradual (sob demanda): fornecimento e ativação das 150 linhas e aparelhos remanescentes, conforme emissão de Ordens de Fornecimento pela Fiscalização.	Sob demanda	CONTRATADA

#### 20.2.4. Fase de Encerramento da Implantação

20.2.4.1. Para a fase de encerramento da implantação, deve-se levar em consideração que:

- a) Esta fase tem por objetivo consolidar formalmente o encerramento técnico da implantação da solução UCaaS, por meio da elaboração e entrega do Laudo Técnico



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

de Funcionamento, contendo o registro consolidado de desempenho da solução, a baseline final de configuração, o inventário patrimonial atualizado e as demais evidências que comprovem a regularidade, a estabilidade operacional e a conformidade técnica da implantação executada.

- b) A entrega e a validação do Laudo Técnico de Funcionamento formalizam o encerramento da fase de implantação, complementando o Aceite Técnico Parcial e atestando que a solução encontra-se operacional, estável e aderente aos parâmetros de desempenho, qualidade de serviço (QoS), integridade de rede e requisitos funcionais definidos neste Termo de Referência.
- c) O encerramento desta fase representa a consolidação documental da implantação e constitui o marco de transição para a fase de operação ordinária da solução contratada.

ENCERRAMENTO DA IMPLANTAÇÃO				
Seq	Dia	Marco	Prazo	Responsável
4.	D93	Elaboração e entrega do Laudo Técnico de Funcionamento, contendo o registro consolidado de desempenho e estabilidade da solução, baseline final de configuração, inventário patrimonial atualizado e demais evidências técnicas que comprovem a conclusão, a regularidade e a conformidade da implantação executada, para fins de encerramento formal da fase.	D <sub>93</sub> → D <sub>97</sub> (5 dias úteis)	CONTRATADA (com atesto do CONTRATADA NTE)

#### 20.2.5. FASE DE OPERAÇÃO

20.2.5.1. Para a fase de operação, deve-se levar em consideração que:

- a) Esta fase terá início após o encerramento formal da implantação e a validação do Laudo Técnico de Funcionamento, correspondente à consolidação técnica da solução implantada, iniciando-se a partir de D<sub>98</sub>, e compreenderá a execução continuada dos serviços de operação, monitoramento, manutenção, suporte técnico e evolução da plataforma UCaaS implantada.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- b) A CONTRATADA deverá assegurar a continuidade operacional da solução, incluindo monitoramento proativo 24x7, atendimento e gestão de incidentes conforme os níveis de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência, aplicação de correções, atualizações e melhorias evolutivas, bem como análise periódica de desempenho e emissão de relatórios mensais de disponibilidade, TIP apurado, incidentes por severidade e indicadores de qualidade de serviço (QoS).
- c) A fase de Operação estender-se-á por toda a vigência contratual, constituindo a etapa ordinária de execução do contrato, sujeita à medição mensal, à verificação do cumprimento dos SLA, ao IMR e à aplicação de glosas ou penalidades, quando cabíveis.
- d) Eventuais ampliações de ramais, aparelhos, licenças ou funcionalidades previstas no escopo contratual poderão ocorrer, durante esta fase, sob demanda da CONTRATANTE, mediante emissão das correspondentes Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço, sem prejuízo da continuidade e estabilidade da solução já implantada.

## **21. ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

- 21.1. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da OS, Plano de Manutenção Preventiva, contemplando rotinas semanais, mensais, trimestrais e anuais, contendo, no mínimo:
- a) Verificação de latência, jitter e perda de pacotes (QoS) e análise de tendência/capacidade;
  - b) Testes de conectividade com SIP/SBC e troncos, incluindo autenticação e rotas;
  - c) Validação de QoS de ponta a ponta (marcação DSCP/CoS, filas e priorização de voz);
  - d) Atualização de firmware/patches de dispositivos conectados e componentes de plataforma
  - e) Revisão de configurações de gateways, roteadores e políticas de segurança;
  - f) Simulação de chamadas e aferição de MOS, com amostras representativas;
  - g) Testes de contingência: mecanismos de fallback, redundância/failover e rotas alternativas;;
  - h) Limpeza/rotação de logs e caches dos servidores/serviços da solução;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- i) Backup e restauração de configurações (teste), conforme políticas de RPO e retenção;
  - j) Conferência de inventário (aparelhos/softphones/licenças) e auditoria de acessos;
  - k) Relatório de manutenção com evidências, pendências e plano de ação.
- 21.2. O plano de manutenção será aprovado pela Fiscalização e atualizado anualmente ou sempre que houver alteração relevante na infraestrutura/arquitetura da solução

**21.3. Intervenções preventivas:**

- a) Intervenções sem impacto aos usuários poderão ser realizadas em horário comercial (08h30–18h00);
- b) Intervenções com potencial impacto deverão observar as janelas de manutenção definidas no Acordo de Nível de Serviço (SLA), com aviso prévio mínimo de 72 horas, execução preferencial entre 00h00 e 06h00, e limite máximo de 4 (quatro) horas por mês, salvo situações emergenciais devidamente justificadas.

**21.4. Intervenções Corretivas**

- 21.4.1. As intervenções corretivas deverão observar integralmente os níveis de severidade, tempos de resposta e tempos de resolução estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA).
  - 21.4.1.1. Terão prioridade máxima as falhas que comprometam a comunicação institucional, tais como indisponibilidade total da solução, falha generalizada de troncos SIP, indisponibilidade de URA ou queda sistêmica do ambiente UCaaS.
- 21.4.2. Ocorrências recorrentes dentro do intervalo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento serão tratadas como mesma ocorrência para fins de análise de causa-raiz e medição de indisponibilidade, em conformidade com o item 11.
- 21.4.3. Todo componente físico retirado para reparo externo dependerá de autorização prévia da Fiscalização e deverá retornar acompanhado de laudo técnico.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 21.4.4. Antes da substituição de qualquer componente ou software com impacto na operação, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa técnica e obter ciência da fiscalização.
- 21.4.5. A CONTRATADA deverá manter registros eletrônicos de todos os chamados e intervenções, contendo, no mínimo:
- 21.4.5.1. Identificação do local e ramal/serviço afetado;
- 21.4.5.2. Data/hora de abertura e de fechamento do chamado;
- 21.4.5.3. Descrição da falha/solicitação;
- 21.4.5.4. Procedimentos adotados e peças substituídas (quando aplicável);
- 21.4.5.5. Nome e identificação do técnico responsável..
- 21.4.6. Durante o período de garantia dos equipamentos ou da plataforma, a CONTRATADA deverá zelar pela observância às cláusulas de garantia do fornecedor/fabricante. Caso realize intervenções indevidas que resultem na perda da garantia, responderá integralmente pelos custos de reparação.
- 21.4.7. A CONTRATADA deverá manter equipe técnica qualificada, com experiência comprovada em VoIP/UCaaS (protocolos SIP/RTP, controle de QoS, segurança aplicada à telefonia IP, VLAN de voz, SBC e integração com serviços em nuvem), assegurando cobertura 24x7 para incidentes críticos.
- 21.4.8. A CONTRATADA será responsável pelo treinamento operacional da equipe designada pelo TRT8, incluindo instruções sobre uso de ramais, painéis de controle, discagem externa, transferências, gravações, filas/URA, conferência e uso de ramal em dispositivos móveis (quando aplicável), com materiais e atas de presença.
- 21.4.9. O serviço deverá manter disponibilidade mínima de 99,5% ao mês. O descumprimento de TTR e/ou da meta de disponibilidade sujeita a CONTRATADA às glosas/penalidades previstas.
- 21.4.10. A CONTRATADA deverá manter ambiente de testes (sandbox) para simulação e validação de alterações antes da aplicação em produção, especialmente para atualizações críticas ou mudanças relevantes na topologia/configuração.
- 21.4.11. Ao final do contrato, a CONTRATADA emitirá Relatório de Encerramento, contendo: condições da solução, pendências, status das configurações, histórico de chamados, lições aprendidas e Plano de Transição (quando



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

aplicável), contemplando exportação de dados, revogação de acessos e eliminação segura de dados, em conformidade com a LGPD.

## **22. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

22.1. Para a perfeita execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá fornecer, em caráter integral, todos os materiais, equipamentos, insumos, ferramentas, licenças de software, meios de conectividade e recursos técnicos indispensáveis à implantação, operação, suporte e manutenção da solução de telefonia em nuvem baseada em tecnologia VoIP (Voice over IP) e/ou UCaaS (Comunicação Unificada como Serviço).

22.1.1. Os itens deverão ser novos, certificados e homologados pelos órgãos competentes (como a ANATEL, quando aplicável) e entregues em condições plenas de funcionamento.

22.1.2. A substituição de qualquer material deverá ocorrer sempre que necessário, de modo a garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

22.2. **Responsabilidades da Contratada:** A CONTRATADA assumirá total responsabilidade e ônus pelo fornecimento, manutenção e substituição, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE, dos seguintes itens:

- a) Equipamentos em comodato, quando aplicável, incluindo:
  - Aparelhos telefônicos IP (hardphones), terminais e adaptadores ATA (Analog Telephone Adapter) e demais periféricos especificados neste Termo;
  - Roteadores, gateways, controladores de borda (SBC – Session Border Controller) e respectivas fontes de alimentação.
- b) Licenças de software e acesso à plataforma de gerenciamento e monitoramento da solução VoIP/UCaaS;
- c) Peças de reposição e componentes eletrônicos com falha ou desgaste, incluindo acessórios, cabos e periféricos;
- d) Materiais de consumo, ferramentas e insumos necessários às rotinas de manutenção preventiva e corretiva.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 22.3. **Fornecimento inicial:** todos os materiais, peças e componentes deverão ser novos, originais, certificados, homologados pela Anatel (quando aplicável) e compatíveis com a solução implantada, vedado o uso de peças usadas, recondicionadas de procedência duvidosa ou sem documentação. Poderão ser exigidas, pela fiscalização, notas fiscais, certificados de conformidade técnica e/ou declaração de atendimento a RoHS e normas ambientais.
- 22.4. **Estoque mínimo de contingência:** A CONTRATADA deverá manter estoque mínimo de contingência, contendo os itens de maior rotatividade, incluindo:
- Aparelhos IP, Fontes, cabos de rede, terminais, ATAs, conectores, placas e dispositivos de backup.
- 22.4.1. Esse estoque deverá garantir pronta resposta às ocorrências, em qualquer unidade coberta pelo contrato.
- 22.4.2. Em caso de consumo do estoque por atendimento, a reposição ao nível mínimo acordado deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis.
- 22.4.3. Quando houver indisponibilidade de peças no mercado, o fornecimento emergencial deverá ser regularizado em até 48 (quarenta e oito) horas, com apresentação de justificativa formal e cronograma de entrega
- 22.5. **Substituição e reparo (troca avançada).**
- 22.5.1. Detectado defeito que impacte a operação, a CONTRATADA deverá realizar troca avançada imediata, substituindo o item defeituoso por unidade igual ou superior, configurada e testada, dentro do tempo de resolução (TTR) definido no Acordo de Nível de Serviço (SLA), sem interrupção do serviço.
- 22.5.2. O reparo externo do item avariado ocorrerá após a troca avançada e não suspenderá a contagem de TTR nem a apuração de TIP; o item retornado deverá recompor o estoque de contingência, acompanhado de laudo técnico.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 22.5.3. Todos os custos logísticos (retirada, transporte, armazenamento, seguro e instalação) são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 22.6. O laudo técnico sobre defeitos/falhas deverá ser apresentado à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, indicando causa provável, itens substituídos e prazo de recomposição do estoque. A recomposição definitiva/RMA deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis; comprovada a indisponibilidade do item no mercado, a CONTRATADA apresentará documento oficial do fabricante justificando novo prazo, sujeito à aprovação da fiscalização.
- 22.7. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização amostras e/ou documentação dos equipamentos e materiais a serem utilizados, para verificação de conformidade. Poderá haver rejeição parcial ou total dos itens entregues, sendo obrigatória sua substituição, sem ônus à CONTRATANTE, no prazo estipulado.
- 22.8. A CONTRATADA será responsável por todas as etapas de logística, transporte, armazenamento e instalação dos materiais, garantindo a integridade física e funcional dos itens durante o processo, com rastreabilidade (nº de série/MAC/OS) e comprovação de entrega.
- 22.9. As atualizações de software/firmware e patches de segurança deverão ser fornecidos e aplicados sem custos adicionais durante toda a vigência contratual, observando as janelas de manutenção programada do SLA (aviso ≥ 72h; janela 00:00–06:00; limite 4h/mês, com registro técnico da intervenção e ciência da fiscalização).

## **23. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

- 23.1. A CONTRATADA deverá atender prontamente a todo e qualquer chamado realizado pela CONTRATANTE, executando os serviços técnicos necessários à correção de falhas e degradações de desempenho nos serviços de comunicação, com a devida presteza e eficiência, independentemente das rotinas de monitoramento e manutenção preventiva, observando os prazos de resposta e solução definidos no SLA.
- 23.2. O acionamento da equipe técnica da CONTRATADA poderá ser realizado pela FISCALIZAÇÃO por meio de canais previamente definidos: central telefônica, e-mail, sistema de chamados (helpdesk/ticket) e plataforma de





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

gerenciamento/monitoramento com dashboards em tempo real. A CONTRATADA manterá matriz de comunicação e escalonamento 24x7 (NOC, gerência técnica e gerência de conta).

- 23.3. Além das rotinas previstas no Plano de Manutenção, a CONTRATADA deverá observar as recomendações dos fabricantes dos hardwares e softwares utilizados, bem como as boas práticas de mercado e as normas técnicas pertinentes à tecnologia VoIP/UCaaS, com vistas à qualidade da comunicação e à disponibilidade do serviço.
- 23.4. A CONTRATADA deverá garantir a integridade da infraestrutura sob sua responsabilidade, realizando ações de prevenção contra falhas críticas, substituição de componentes desgastados, aplicação de atualizações de segurança, reconfigurações de rede e gestão de segurança cibernética, sempre que necessário à continuidade operacional da solução, observadas as janelas de manutenção.
- 23.5. Quando houver atuação presencial, a CONTRATADA proverá equipe uniformizada, com crachá de identificação, EPIs e ferramental adequado, garantindo execução segura e eficiente dos serviços contratados, em conformidade com as normas de segurança do trabalho vigentes.
- 23.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo vedada qualquer relação que configure subordinação direta ou pessoalidade. Ressalta-se que o objeto refere-se à prestação de serviço especializado, conforme art. 3º e 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 5/2017.
- 23.7. É vedado à Administração ou a seus servidores praticar atos de ingerência na gestão interna da CONTRATADA, nos termos do art. 5º da IN SEGES/ME nº 5/2017, devendo a interlocução ocorrer exclusivamente com o preposto designado.
- 23.8. Compete à CONTRATADA a organização e execução dos serviços contratados, cabendo à Administração Pública apenas emitir Ordens de Serviço ou solicitações técnicas relacionadas diretamente à entrega contratual, por intermédio do fiscal do contrato e do preposto da empresa.
- 23.9. É dever do fiscal do contrato e do preposto da empresa prevenir e coibir qualquer conduta que possa caracterizar ingerência administrativa ou vínculo trabalhista indevido, observando as disposições legais aplicáveis à execução contratual.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**23.10. Do Atendimento do princípio da padronização:**

- 23.10.1. Ressalta-se que as especificações técnicas dos serviços e dos componentes da solução seguiram a padronização de requisitos mínimos adotados pelo Tribunal para contratações de serviços especializados em tecnologia da informação e comunicação (TIC), com foco em disponibilidade, segurança e interoperabilidade.

**24. DOS RELATÓRIOS**

- 24.1. Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá realizar vistoria técnica completa da infraestrutura de rede, pontos de acesso e equipamentos já existentes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço (D1), conforme cronograma do Item 20. Nessa oportunidade, deverão ser avaliados, no mínimo:
- 24.1.1. Condições físicas e lógicas dos pontos de rede utilizados para telefonia VoIP (Voz sobre IP), com verificação de cabeamento estruturado, “switches”, roteadores, VLANs (redes virtuais locais) e largura de banda disponível.
- 24.1.2. Compatibilidade da infraestrutura existente com os requisitos mínimos da solução ofertada, incluindo capacidade de alimentação elétrica, PoE (quando aplicável) e acesso à internet (quando necessário para recursos em nuvem);
- 24.1.3. Adequação dos sistemas de segurança de informação que possam impactar a estabilidade e segurança da comunicação, como firewalls, NATs, proxies e políticas de rede;
- 24.1.4. Identificação de riscos à qualidade de chamada (QoS – Qualidade de Serviço), com medições amostrais de jitter (variação de atraso), latência (atraso), perda de pacotes, ruído e MOS (nota média de opinião para qualidade de voz).
- 24.1.5. Verificação dos requisitos de integração com sistemas internos do CONTRATANTE (por exemplo: PABX legado, gravação de chamadas, CRM, central de atendimento/ITSM), quando houver.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 24.2. Em razão dessa vistoria, a CONTRATADA deverá elaborar Relatório Técnico Inicial, a ser entregue à FISCALIZAÇÃO, contendo:
- 24.2.1. Descrição detalhada da infraestrutura de rede analisada (topologia, dispositivos de rede críticos, largura de banda contratada, locais atendidos e mapeamento dos pontos físicos);
  - 24.2.2. Metodologia empregada para avaliação de QoS e critérios de amostragem;
  - 24.2.3. Resultados da vistoria: situação da infraestrutura, riscos, limitações, parâmetros técnicos observados (MOS, jitter, delay, perda de pacotes, etc.), evidências e registros coletados;
  - 24.2.4. Recomendações técnicas (ajustes na infraestrutura, políticas de rede e segurança) e plano de adequações para garantir a plena operação do sistema VoIP;
  - 24.2.5. Checklist de conformidades e pendências com plano de ação proposto (responsáveis e prazos).
- 24.3. O Relatório Técnico Inicial subsidiará a elaboração do Plano de Manutenção Preventiva e Operacional do Sistema VoIP, indicando rotinas de atualização, testes, segurança e backup.
- 24.4. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO o Relatório Técnico Consolidado dos Serviços Executados, contendo, no mínimo (entrega até o 5º dia útil do mês subsequente):
- 24.4.1. Registro dos chamados abertos no mês (nº do ticket, localidade/serviço, descrição, providências, data/hora de abertura e fechamento, tempos de resposta e de solução), com categorização (incidente, solicitação, mudança, problema);
  - 24.4.2. Indicadores de desempenho (SLA) pactuados: disponibilidade mensal, TIP apurado, TTR por severidade (Sev1/Sev2/Sev3), métricas de QoS (latência, jitter, perda, MOS), utilização/capacidade (canais simultâneos, tráfego de chamadas), manutenções programadas (janela/impacto) e glosas/créditos eventualmente devidos;
  - 24.4.3. Mudanças aplicadas (Change Management): objetivo, janela, risco, plano de reversão, resultado e evidências;
  - 24.4.4. Inventário atualizado (aparelhos/ATAs/SBCs/licenças), movimentações, substituições (troca avançada) e estado do estoque de contingência;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 24.4.5. Sugestões de melhoria contínua (técnicas e operacionais), com priorização e impactos estimados;
- 24.4.6. Exportação de dados em formato aberto (CSV/JSON) dos principais indicadores e CDRs (resguardados os limites da LGPD), além de prints ou links para dashboards/painéis de monitoramento.
- 24.5. Anualmente, a CONTRATADA deverá apresentar o Relatório de Inspeção Técnica Anual (RIA), que incluirá nova análise completa da infraestrutura, estabilidade da solução, indicadores de desempenho acumulados, eficácia da manutenção e reavaliação de riscos. O relatório deverá:
  - 24.5.1. Ser entregue com mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência ao final de cada período contratual anual, para subsidiar renovação ou revisão contratual;
  - 24.5.2. Estar assinado por profissional legalmente habilitado e acompanhado, quando necessário, de documentação fotográfica, topológica, logs dos serviços e evidências de testes;
  - 24.5.3. Apresentar plano de melhorias de médio prazo (capacidade, segurança, continuidade), com estimativa de esforço e benefícios.
  - 24.5.4. O RIA não substitui os relatórios mensais, constituindo instrumento adicional de avaliação estratégica da solução e subsídio à renovação contratual.

**25. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 25.1. A gestão do contrato deve seguir o estabelecido no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do TRT 8ª Região, aprovado pela Portaria PRESI nº 636/2018.
- 25.2. O gerenciamento e a fiscalização do contrato serão exercidos por meio de representantes formalmente designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem acerca da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 25.3. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas aos serviços.
- 25.4. Durante a execução dos serviços, fica reservada à Equipe de Gerenciamento do Contrato a autonomia para decidir sobre quaisquer casos que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste Termo de Referência, ou, ainda, nas disposições do decorrente Instrumento Contratual;
- 25.5. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a seu critério, realizar inspeções periódicas com o fim de verificar o cumprimento das especificações constantes do presente Termo de Referência;
- 25.6. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços não reduz nem exime as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o TRT8 ou terceiros;
- 25.7. Qualquer tolerância por parte da Equipe de Gerenciamento do Contrato em relação ao estabelecido no contrato não implicará em alteração de cláusulas ou condições pactuadas;
- 25.8. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá exigir que a CONTRATADA estabeleça novos procedimentos administrativos, visando aprimoramento de controles e melhoria da rotina e da qualidade dos serviços;
- 25.9. Definição de papéis e responsabilidades da equipe de Gerenciamento do Contrato:

<b>PAPEL</b>	<b>RESPONSABILIDADES</b>
Fiscal Técnico	Fiscalizar a execução física do Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução, acompanhando a execução física do Contrato e seus aspectos funcionais, inclusive, a prestação de serviços relativos à garantia técnica;
	Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
	Representar o TRT8 nas questões técnicas e operacionais do Contrato;
	Prestar informações técnicas ao Gestor, para possibilitar a análise administrativa e financeira do Contrato;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

	Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, informando a data e o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos;
	Relatar, por escrito, ao Gestor qualquer fato que gere atraso ou impossibilidade de cumprimento do Contrato.
Gestor do Contrato	Representar a Unidade Demandante do TRT8 acompanhando toda a execução do Contrato;
	Gerenciar a execução do Contrato;
	Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
	Representar o TRT8 nas questões administrativas e financeiras;
	Prestar informações técnicas necessárias à análise administrativa e financeira do Contrato.
Preposto	Representar a empresa contratada;
	Acompanhar a execução do Contrato e atuar como principal interlocutor junto ao TRT8, participando, inclusive, das reuniões para as quais for convocado;
	Receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas no curso da execução contratual.

- 25.10. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 25.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 25.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 25.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

**26. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**26.1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

- 26.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apenso III, parte integrante deste Termo de Referência.
- 26.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) Não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 26.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 26.1.4. A CONTRATADA deverá se cadastrar no site SIGEO, por meio do site: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>, uma vez que os pagamentos somente poderão ser realizados após o cadastro da nota fiscal no referido sistema, para o devido ateste pela fiscalização do contrato.

**26.2. RECEBIMENTO**

- 26.2.1. Para efeito de recebimento dos serviços, ao final de cada período de faturamento, o FISCAL TÉCNICO do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 26.2.2. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento dos serviços.
- 26.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento dos serviços.
- 26.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 26.2.5. O GESTOR DO CONTRATO deverá realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 26.2.6. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 26.2.7. O GESTOR DO CONTRATO deverá Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 26.2.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 26.2.9. O recebimento dos serviços não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**26.3. LIQUIDAÇÃO**

- 26.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

26.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

26.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

26.3.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

26.3.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 26.3.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 26.3.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 26.3.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**26.4. PAGAMENTO**

- 26.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022 .
- 26.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- 26.4.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 26.4.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 26.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 26.4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 26.4.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 , não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**26.5. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS (RECORRENTES)**

- 26.5.1. O recebimento dos serviços e fornecimentos compreendidos na fase de implantação, incluídos os equipamentos, licenças, ativações, portabilidade, testes e demais entregas previstas, ocorrerá mediante comprovação, pela CONTRATADA, do cumprimento integral dos requisitos e marcos estabelecidos no cronograma definido no item 20 deste Termo de Referência, com atestação pelos fiscais contratuais competentes.
- 26.5.2. O recebimento dos serviços continuados (recorrentes), próprios da fase de operação, somente ocorrerá após transcorrido o primeiro ciclo de 30 (trinta) dias, contado do encerramento formal da fase de implantação, caracterizado pela conclusão dos marcos de aceite técnico parcial e de entrega do Laudo Técnico de Funcionamento previstos no cronograma do item 20 deste Termo de Referência.
- 26.5.3. O pagamento será efetuado após a atestação pelos fiscais contratuais competentes, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura e disponibilização, pela CONTRATADA, dos registros e evidências dos serviços prestados no período de referência, inclusive por meio do painel de gerenciamento, dashboard operacional, sistema de chamados e demais relatórios exigidos neste Termo de Referência.
- 26.5.4. Eventuais descumprimentos relativos às entregas da fase de implantação e ao desempenho dos serviços na fase de operação serão apurados na forma do Apenso III – Instrumento de Medição de Resultados (IMR), sem prejuízo da aplicação de glosas, retenções e penalidades cabíveis por inexecução parcial ou total, nos termos deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

**27. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 27.1. A seleção do fornecedor para o grupo/Lote 1, formada pelos itens 1 a 4 da planilha demonstrativa da estimativa de custos, será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

julgamento pelo maior desconto linear para o conjunto da solução, considerando o atendimento integral às especificações técnicas e funcionais exigidas neste Termo de Referência, conforme os preceitos da Lei nº 14.133/2021 e suas regulamentações.

- 27.1.1. O julgamento considerará o atendimento integral às especificações técnicas e funcionais previstas neste Termo de Referência, abrangendo todas as fases do serviço (implantação, operação, suporte técnico e manutenção).
- 27.2. A escolha pelo critério de maior desconto justifica-se pelo agrupamento dos itens que compõem o Grupo/Lote 1, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar:
- 27.2.1. Prestação de serviços de telefonia em voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service - UCaaS ("Comunicações Unificadas como Serviço"), baseados em protocolo SIP ((Session Initiation Protocol ou Protocolo de Iniciação de Sessão), com fornecimento de linhas VoIP, com numeração DDI/DID, possibilitando o uso simultâneo de até 05 (cinco) dispositivos por linha, incluindo licenças de uso simultâneo para múltiplos dispositivos por ramal (telefones IP e Softphones), conforme os diferentes perfis/tipos funcionais;
- 27.2.2. Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originada em terminal fixo destinada a qualquer país/região para fixo ou móvel;
- 27.2.3. Assinatura Mensal do número 0800 de abrangência nacional com recebimento de ligações ilimitadas de fixos e móveis;
- 27.2.4. Treinamento para operação da solução.
- 27.3. Para fins de aceitabilidade da proposta vencedora, os valores máximos admissíveis serão aqueles definidos na estimativa de preços constante do item correspondente deste Termo de Referência, conforme metodologia prevista na IN SEGES/ME nº 65/2021.
- 27.4. **DA PROPOSTA COMERCIAL**
- 27.4.1. A proposta deverá conter os dados identificadores da proponente exigidos no edital.
- 27.4.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar proposta comercial conforme modelo constante do edital.
- 27.4.3. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, ainda, como requisito da proposta comercial:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 27.4.3.1. Planilha de preços unitários e totais dos serviços ofertados, contemplando os itens que compõem o objeto da contratação, conforme modelo definido no edital e no Termo de Referência.
- 27.4.4. A proposta comercial deverá considerar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, custos operacionais, logística, suporte técnico, manutenção e quaisquer outros necessários ao pleno atendimento das obrigações contratuais.

**27.5. Da Seleção do Fornecedor - Critério de Julgamento das Propostas - Maior Desconto - Desconto linear sobre os itens do Grupo/Lote I**

- 27.5.1. Para fins de julgamento da proposta, a licitante deverá apresentar desconto linear único, expresso em percentual, a ser aplicado sobre o valor de referência da contratação definido na planilha de estimativa de custos constante deste Termo de Referência.
- 27.5.2. O percentual de desconto ofertado será aplicado de forma uniforme sobre os valores unitários e totais estimados dos itens que compõem a solução, resultando nos valores unitários e totais finais apresentados na proposta comercial.
- 27.5.3. A licitante deverá apresentar planilha detalhada contendo:
  - 27.5.3.1. valor unitário de referência de cada item da contratação;
  - 27.5.3.2. percentual de desconto linear ofertado;
  - 27.5.3.3. valor unitário resultante após a aplicação do desconto;
  - 27.5.3.4. valor total mensal e anual da proposta.
- 27.5.4. O desconto linear ofertado deverá incidir sobre todos os itens do Lote/Grupo I que compõem a planilha de estimativa de custos da solução, vedada a aplicação de percentuais distintos entre os itens.
- 27.5.5. O valor global da proposta será obtido mediante a aplicação do desconto linear sobre o valor de referência da contratação constante deste Termo de Referência.
- 27.5.6. Modelo de proposta contemplando os valores de referência e os valores resultantes após a aplicação do desconto linear ofertado:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

PROPOSTA COMERCIAL						
LOTE/GRUPO I						
DESCONTO PERCENTUAL OFERTADO: XX %						
Item	Serviço	Qtd.	Unidade	Valores da Proposta com aplicação do desconto percentual em relação aos valores estimados da contratação		
				Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Serviços de telefonia em voz sobre IP (VoIP) em nuvem	600	ramais			
2	Chamada de Longa Distância Internacional (LDI)	30	minutos			
3	Assinatura Mensal de número 0800	1	assinatura			
4	Treinamento solução	3	eventos			
TOTAL DO GRUPO/LOTE I DA PROPOSTA COMERCIAL (com aplicação do desconto percentual em relação ao valor estimado da contratação)						

- 27.5.7. O desconto linear ofertado deverá incidir uniformemente sobre todos os itens da planilha, vedada a aplicação de percentuais distintos entre os itens.
- 27.5.8. O item 4 corresponde ao valor estimado total do treinamento para fins de composição da proposta global, podendo sua execução ocorrer durante a implantação inicial ou, conforme necessidade administrativa, em exercícios subsequentes durante a vigência contratual, sem compor a despesa anual recorrente da contratação.
- 27.6. Da motivação sobre o momento da Divulgação do Orçamento da Licitação
- 27.6.1. O orçamento não terá caráter sigiloso, podendo ser divulgado juntamente com o Edital.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**28. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

- 28.1. Para a contratação dos serviços de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia em Voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service (UCaaS), utilizou-se como referência os métodos de pesquisa de preços definidos na IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme detalhado na NOTA TÉCNICA – PESQUISA DE PREÇOS e no MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS que instruem o presente processo.
- 28.2. Para fins de estimativa orçamentária desta contratação, adotou-se a composição de itens abaixo, em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência:
- 28.2.1. **Item 1 – Serviço UCaaS/VoIP em nuvem** (remuneração por ramal ativo/mês): Prestação continuada baseada em protocolo SIP, contemplando 600 ramais com numeração DID/DDI, licenciamento por ramal (com suporte a até 5 dispositivos por usuário), painel de gestão web, suporte técnico 24x7, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento, relatórios operacionais/SLA e recursos necessários à plena prestação do serviço de voz.
- 28.2.1.1. **Valor anual estimado: R\$ 208.800,00.**
- 28.2.2. **Item 2 – Chamada de Longa Distância Internacional (LDI):** franquia estimada para chamadas originadas em terminal fixo do Tribunal, sob demanda.
- 28.2.2.1. **Valor anual estimado: R\$ 900,00**
- 28.2.3. **Item 3 – Número 0800 de abrangência nacional:** assinatura mensal de um número 0800 para recebimento de ligações ilimitadas de fixos e móveis, com roteamento para a solução contratada.
- 28.2.3.1. **Valor anual estimado: R\$ 44.712,00.**
- 28.2.4. **Item 4 – Treinamento para operação da solução:** o item refere-se à realização de até 3 (três) eventos de capacitação para operação da solução, observando-se que cada evento deverá possuir carga horária



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

mínima de 20 (vinte) horas, conforme definido neste Termo de Referência. Considerando a dinâmica de implantação da solução, os treinamentos poderão ocorrer durante a implementação inicial ou, conforme necessidade administrativa, em exercícios subsequentes durante a vigência contratual.

**28.2.4.1. Valor estimado do item: R\$ 4.200,00.**

**28.3. Planilha Demonstrativa da Estimativa de Custos**

LOTE/GRUPO I						
Item	Serviço	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia em voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service - UCaaS ("Comunicações Unificadas como Serviço"), baseados em protocolo SIP ((Session Initiation Protocol ou Protocolo de Iniciação de Sessão), com fornecimento de linhas VoIP, com numeração DDI/DID, possibilitando o uso simultâneo de até 05 (cinco) dispositivos por linha, incluindo licenças de uso simultâneo para múltiplos dispositivos por ramal (telefones IP e Softphones), conforme os diferentes perfis/tipos funcionais, de acordo com as condições, prazos e requisitos técnicos definidos neste Termo	600	ramais	29,00	17.400,00	208.800,00
2	Chamada de Longa Distância Internacional (LDI) originada em terminal fixo destinada a qualquer país/região para fixo ou móvel	30	minutos (sob demanda)	2,50	75,00	900,00
3	Assinatura Mensal de número 0800 de abrangência nacional com recebimento de ligações	1	assinatura	3.726,00	3.726,00	44.712,00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

	ilimitadas de fixos e móveis					
4	Treinamento para operação da solução	3	eventos	1.400,00	-	-
TOTAL DO GRUPO/LOTE I						254.412,00

28.4. O memorial de cálculo da estimativa, a pesquisa de preços, as ponderações aplicadas e a análise crítica dos valores encontram-se detalhados na Nota Técnica que instrui este processo, a qual integra o presente Termo de Referência.

28.5. Os valores unitários e totais constantes do quadro acima são os máximos aceitáveis para o certame.

28.5.1. O item 4 (Treinamento para operação da solução) possui natureza não continuada e execução sob demanda, razão pela qual não compõe o total anual recorrente do Grupo/Lote I, sendo considerado apenas para fins de composição do valor global estimado da contratação.

28.6. Considerando a vigência contratual prevista de 60 (sessenta) meses, o valor global estimado da contratação corresponde a R\$ 1.276.260,00 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta reais), conforme demonstrado no quadro consolidado de estimativa.

## 29. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.1. Contratação de um item que consta no plano de aquisições.

ORIGEM DO RECURSO	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR DA CONTRATAÇÃO
APLICA	Item PCA 137 - SERVIÇOS DE TELEFONIA EM VOZ SOBRE IP (VoIP) EM NUVEM.	R\$ 254.412,00

## 30. INDICAÇÃO DE FISCAIS E GESTORES DO CONTRATO



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 30.1. O servidor SAULO VALE TEIXEIRA DA COSTA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Chefe da Divisão de Instalação e Manutenção Predial (DIMIP), deverá exercer o encargo de GESTOR DO CONTRATO e, na sua ausência, o servidor HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA, Analista Judiciário, Área Administrativa, Coordenador de Manutenção e Projetos (COMAP).
- 30.2. Os servidores, Técnico Judiciário, Área Administrativa, BRUNO GONÇALVES RODRIGUES, lotado na Coordenadoria de Manutenção e Projetos (COMAP) e IEDINALDO VALERIO CARDOSO, Agente de Polícia Judiciária, Apoio Especializado - Elétrica, lotado na Divisão de Instalação e Manutenção Predial (DIMIP), deverão exercer os encargos de FISCAIS TÉCNICOS DO CONTRATO e, nas suas ausências, o servidor MANOEL DE JESUS MORAES MONTEIRO, Técnico Judiciário, Apoio Especializado - Elétrica;
- 30.3. O servidor JÂNIO LUIZ MARQUES TRINDADE JUNIOR, Analista Judiciário, Área Administrativa, lotado da Coordenadoria de Manutenção e Projetos - (COMAP), deverá exercer o encargo de FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO

Belém, 12 de maio de 2026

**BRUNO GONÇALVES RODRIGUES**

Técnico Judiciário - Área Administrativa

**RUAN GABRIEL ARAUJO FERREIRA**

Analista Judiciário - SeTel

**MULLER GABRIEL DA SILVA MIRANDA**

Analista Judiciário - DiSEG





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**SAULO VALE TEIXEIRA DA COSTA**

Chefe da DIMIP

**HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA**

Coordenador de Manutenção e Projetos

Responsável pela Unidade Demandante



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

SAULO  
VALE  
TEIXEIRA  
DA COSTA  
11/05/2026 09:09

HERLON  
CARLOS  
RIBEIRO  
PEREIRA  
11/05/2026 09:36

BRUNO  
GONÇALVES  
RODRIGUES  
11/05/2026 09:46

## APENSO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, artigo 18, § 1º, Alíneas I a XIII, e Instrução Normativa  
SEGES/ME nº 58/2022)

nº COMAP 05/2026

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

Unidade requisitante:	Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais, de Obras e Projetos de Engenharia – COMAP
Titular da unidade:	HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA
Responsável pela elaboração do ETP:	BRUNO GONÇALVES RODRIGUES
Representante da Unidade Técnica	SAULO VALE TEIXEIRA DA COSTA

### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

- 2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia em voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service (UCaaS), baseados no protocolo SIP, com fornecimento de 600 linhas com numeração DID/DDI, permitindo o uso simultâneo de até 5 dispositivos por ramal/licença, incluindo licenças correspondentes, troncos SIP/SBC, portal de administração com controle de permissões e segregação de perfis, monitoramento e relatórios, de acordo com as condições, prazos e requisitos técnicos definidos neste Termo.
- 2.1.1. Para a fase inicial de implantação, deverá ser assegurada a disponibilização de 450 linhas VoIP devidamente distribuídas entre todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, abrangendo os estados do Pará e do Amapá, incluindo prédio sede, anexos, Fóruns e Varas do Trabalho.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

### **3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação visa à modernização da infraestrutura de comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8). Isso se dará por meio da substituição de um sistema PABX analógico obsoleto e da consolidação de múltiplos contratos de serviços de telefonia fixa e móvel em uma solução unificada de telefonia em Voz sobre IP (VoIP) em nuvem. Esta mudança é necessária para garantir a eficiência operacional, a economicidade, a escalabilidade, a segurança e a adequação tecnológica do TRT da 8ª Região às demandas atuais e futuras de comunicação do ambiente de trabalho.

#### **3.2. Situação Atual:**

3.2.1. O TRT da 8ª Região, com jurisdição nos Estados do Pará e Amapá, opera atualmente com um sistema PABX analógico. As necessidades de comunicação são atendidas por um conjunto de contratos de telefonia que, somados, demandam 500 linhas e 100 extensões, distribuídas em 32 imóveis no Estado do Pará (Fóruns e Varas únicas) e 2 imóveis no Estado do Amapá (um Fórum e uma Vara), totalizando 34 localidades.

3.2.2. Os contratos a serem substituídos pela nova solução são:

- a) **CONTRATO TRT Nº 021/2020:** Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade local e longa distância, para atender às necessidades de telecomunicações dos órgãos integrantes da Justiça do Trabalho da 8ª Região em Belém (PA).
- b) **CONTRATO TRT Nº 045/2022:** Prestação de serviços de telefonia fixa com chip, para ligações locais (VC1) e de longa distância nacional (VC2 e VC3), com característica de serviço pós-pago, tarifado por minuto. Inclui tarifa zero intragrupo e fornecimento de aparelhos em regime de comodato para unidades judiciárias e administrativas da sede e fora da sede, no Estado do Pará, além de ferramenta de gerenciamento de consumo.
- c) **CONTRATO 44/2020:** Serviços de manutenção preventiva e corretiva no Sistema de Comunicação Telefônica Interna (PABX analógico) e manutenção corretiva de aparelhos telefônicos (analógicos e digitais) de diversas marcas e modelos, instalados no Complexo Sede e no Depósito da Manoel Evaristo, em Belém (PA).

3.3. O custo total anual das contratações a serem substituídas é de R\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**3.4. Problemas e Deficiências da Situação Atual:**

3.4.1. A infraestrutura e os contratos de telefonia vigentes apresentam deficiências significativas que impactam a eficiência, a segurança e a economicidade do Tribunal:

- a) **Tecnologia Obsoleta e Custos Elevados de Manutenção:** O sistema PABX analógico é uma tecnologia legada, com ciclo de vida em declínio, o que se traduz em:
  - i) **Dificuldade de Escalabilidade:** Ampliações ou reduções no número de linhas e extensões exigem investimentos significativos em hardware e infraestrutura física.
  - ii) **Manutenção Cara e Complexa:** O Contrato 44/2020 é um reflexo dos altos custos com manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças de difícil acesso e dependência de mão de obra especializada cada vez mais escassa no mercado.
  - iii) **Consumo de Recursos Físicos:** O PABX ocupa espaço físico e consome energia, gerando custos indiretos.
- b) **Fragmentação e Ineficiência na Gestão de Contratos:** A multiplicidade de contratos para diferentes serviços de telefonia (fixa comutada, fixa com chip, móvel, manutenção de PABX) resulta em:
  - i) **Complexidade Administrativa:** Maior burocracia na gestão de contratos, faturas e aditivos.
  - ii) **Dificuldade na Gestão Unificada de Custos:** Dispersão de informações financeiras, dificultando o controle preciso dos gastos com telefonia, a identificação de padrões de uso e a implementação de medidas de economicidade.
  - iii) **Perda de Poder de Negociação:** A contratação pulverizada impede a obtenção de melhores condições comerciais e descontos por volume.
- c) **Falta de Mobilidade e Flexibilidade Operacional:** O sistema atual restringe a comunicação primariamente ao ambiente físico das unidades, limitando drasticamente:
  - i) **Capacidade de Trabalho Remoto:** Dificulta a extensão do acesso à rede telefônica do Tribunal para magistrados e servidores em regime de teletrabalho.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- ii) Atendimento a Plantões Judiciários e Atividades Externas: Prejudica a comunicação eficaz de magistrados e servidores em deslocamento ou em regime de plantão, afetando a agilidade da resposta do Tribunal.
  - iii) Produtividade e Acessibilidade: A ausência de um número único (ramal) acessível de qualquer dispositivo (computador, smartphone) reduz a eficiência e a disponibilidade dos membros do TRT da 8ª Região.
- d) Limitação de Recursos e Dificuldade de Colaboração: O PABX analógico não oferece funcionalidades avançadas de comunicação e colaboração presentes nas soluções VoIP em nuvem, tais como:
- i) Gravação de Chamadas Avançada: Dificuldade na gravação, armazenamento e recuperação de chamadas para fins de auditoria, treinamento ou monitoramento.
  - ii) Unidade de Resposta Audível (URA) Inteligente e Personalizável: Limita a capacidade de atendimento automático e direcionamento de chamadas de forma eficiente.
  - iii) Unificação de Caixa Postal com E-mail: Dificulta o acesso e a gestão de mensagens de voz.
- e) Gerenciamento de Custos Ineficiente: A ausência de uma ferramenta unificada de gerenciamento para todas as linhas e extensões dificulta o controle preciso dos gastos com telefonia, a identificação de padrões de uso e a implementação de medidas de economicidade.
- f) Vulnerabilidades de Segurança: Sistemas analógicos são, em geral, menos seguros contra fraudes e interceptações do que as soluções VoIP modernas, que oferecem camadas adicionais de criptografia e autenticação, essenciais para a proteção das informações do Tribunal.

#### **4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E DEMONSTRAÇÃO DE PREVISÃO NO PCA**

##### **4.1. Alinhamento estratégico**

- 4.1.1. O Plano Estratégico do TRT8 para o período de 2021 a 2026 pretende comunicar, de forma simples e direta, aos públicos interno e externo, os principais objetivos da instituição e suas respectivas metas e iniciativas estratégicas. Ele assegura à Justiça do Trabalho da 8ª Região direção e continuidade administrativa conforme a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

Estratégia Nacional do Poder Judiciário e do segmento da Justiça do Trabalho, sem prejuízo da identificação das especificidades do Regional em prol de uma prestação jurisdicional cada vez mais ágil e efetiva.

- 4.1.2. De acordo com a Resolução TRT8 n° 49/2021, que aprovou o Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região para o sexênio 2021-2026, verifica-se que a demanda em avaliação neste Estudo encontra-se em conformidade com os seguintes parâmetros estabelecidos neste planejamento:

- 4.1.2.1. Missão do TRT8ª: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania;
- 4.1.2.2. Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira: assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento;
- 4.1.2.3. Meta 13: alcançar, anualmente, 99% de execução orçamentária, até dezembro de 2026;

4.1.3. **INICIATIVAS ESTRATÉGICAS**

- 4.1.3.1. Plano Anual de Contratações: Elaborar e gerenciar Plano Anual de Contratações integrado ao Sistema de Gestão Orçamentária da JT (SIGEO) e demais sistemas auxiliares, a partir dos objetivos estratégicos e iniciativas a eles vinculadas, contemplando os Planos de Obras, de Capacitação de Magistrados e de Servidores, de Logística Sustentável, de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como outros planos institucionais que tenham impacto orçamentário, incluindo o desenvolvimento de painéis de Business Intelligence (BI) para acompanhamento, em tempo real, da execução orçamentária e financeira na página de Transparência e Prestação de Contas do TRT8.
- 4.1.4. Além disso, deve ser considerada, como direcionamento estratégico a ser alcançado pelo atendimento dessa demanda, a alinhamento à Resolução CSJT n° 365/2023, que estabelece a Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, que, dentre seus objetivos, determina:
  - 4.1.4.1. Garantir a conservação dos imóveis, instalações e equipamentos, visando prolongar a vida útil e o valor patrimonial;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 4.1.4.2. Proporcionar um ambiente de trabalho seguro, confortável e funcional, contribuindo para o bem-estar e a produtividade dos ocupantes dos imóveis;
- 4.1.4.3. Proporcionar o aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira da Justiça do Trabalho, em alinhamento ao macrodesafio de “aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira”, estabelecido na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021- 2026, instituída pela Resolução CNJ n.º 325, de 29 de junho de 2020.

**4.2. DEMONSTRAÇÃO DE PREVISÃO NO PCA**

- 4.2.1. Considerando o Mapa Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região para o período de 2021-2026, temos que uma das suas estratégias é aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira: assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento.
- 4.2.2. Esta aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, item 137 - SERVIÇOS DE TELEFONIA EM VOZ SOBRE IP (VoIP) EM NUVEM.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. A solução proposta é a contratação de Serviços de Telefonia em Voz sobre IP (VoIP) em nuvem (Unified Communications as a Service - UCaaS), totalmente gerenciada pelo fornecedor. O escopo compreende o fornecimento de 600 linhas, com todas as funcionalidades e infraestrutura necessárias para atender às demandas do TRT da 8ª Região, eliminando a dependência de PABX físico e consolidando os serviços de telefonia.
- 5.2. No início da implantação, a CONTRATADA deverá disponibilizar 450 (quatrocentas e cinquenta) linhas ativas, devidamente configuradas e distribuídas entre todas as unidades do TRT da 8ª Região, garantindo o funcionamento integral do serviço de telefonia em nuvem desde o início da operação.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**5.3. Requisitos Essenciais (Obrigatórios):**

5.3.1. A solução deve, impreterivelmente, atender aos seguintes requisitos:

- a) **Serviço de Voz sobre IP (VoIP) em Nuvem (UCaaS):** Solução completa, escalável e redundante, baseada em nuvem, eliminando a necessidade de PABX físico no ambiente do Tribunal, com gerenciamento e manutenção a cargo do fornecedor.
- b) **Modalidades de chamadas:** a contratação deverá contemplar chamadas locais e de longa distância nacional para telefones fixos e móveis, além de chamadas internacionais sob demanda, com tarifação segregada, conforme regras do TR e do plano contratado.
- c) **Capacidade e Cobertura:**
  - i) **600 linhas telefônicas VoIP:** Com numeração DDI (Discagem Direta Internacional) e DID (Direct Inward Dialing), para chamadas de entrada e saída, distribuídas flexivelmente nas 34 unidades do TRT da 8ª Região.
  - ii) **Fornecimento obrigatório de Telefones IP (hardphones) em Comodato:** A solução deverá contemplar o fornecimento de aparelhos telefônicos IP físicos (hardphones), em regime de disponibilização pela contratada, vinculados à contratação da solução, em quantitativo compatível com as linhas/ramais previstos, observada a disponibilização inicial mínima de 450 (quatrocentos e cinquenta) linhas/aparelhos na fase inicial de implantação e o quantitativo total de até 600 (seiscentos) aparelhos, conforme necessidade da Administração e cronograma de implantação. Os equipamentos deverão ser novos, compatíveis com a plataforma ofertada e acompanhados dos acessórios indispensáveis à sua plena operação.
  - iii) **Chamadas locais (VC1), de longa distância nacional (VC2 e VC3) e internacionais:** Para telefones fixos e móveis de qualquer operadora, em todo o território nacional.
  - iv) **Chamadas intragrupo com tarifa zero:** Ligações entre ramais e linhas do TRT da 8ª Região, otimizando a comunicação interna.
- d) **Mobilidade e Acessibilidade:**
  - i) **Funcionalidade de Softphone (aplicativo de software):** Compatível com sistemas operacionais Windows e macOS, permitindo que os usuários realizem e recebam chamadas de seus computadores, utilizando fones de ouvido.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- ii) **Aplicativos móveis (APP):** Para smartphones (iOS e Android), que transformem o dispositivo em uma extensão do ramal do Tribunal, com capacidade de realizar e receber chamadas e acesso à agenda corporativa, garantindo a mobilidade e o trabalho remoto.
  - iii) **Manutenção do número de ramal único:** Independentemente da localização física ou do dispositivo utilizado pelo usuário (softphone, hardphone, aplicativo móvel).
  - iv) **Funcionalidade "Siga-me":** Para redirecionamento de chamadas para outro número ou ramal, assegurando que o usuário seja sempre contatado.
- e) **Recursos de Gerenciamento e Controle:**
- i) **Plataforma de Gerenciamento Web (Portal):** Interface intuitiva e segura para administradores do TRT da 8ª Região, permitindo:
    - Provisão e desprovisão ágil de linhas, extensões e usuários.
    - Controle e monitoramento do consumo de cada linha/extensão em tempo real.
    - Acesso a relatórios detalhados de chamadas (origem, destino, duração, custo, tipo de chamada).
    - Gerenciamento de grupos de atendimento, filas de chamadas e permissões de uso.
    - Configuração de regras de discagem e bloqueios, conforme políticas do Tribunal.
  - ii) **Relatórios Gerenciais:** Geração de relatórios que permitam a análise de gastos por centro de custo, usuário, período, tipo de chamada, etc., subsidiando a tomada de decisões e a economicidade.
- f) **Funcionalidades de Comunicação:**
- i) **Unidade de Resposta Audível (URA):** Sistema de atendimento automático e programável, com múltiplas opções de menu, para direcionamento de chamadas e mensagens informativas.
  - ii) **Conferência:** Capacidade de realizar chamadas em conferência com múltiplos participantes (áudio).
  - iii) **Identificador de Chamadas:** Exibição do número de origem das chamadas recebidas.
  - iv) **Caixa Postal:** Serviço de caixa postal com notificação por e-mail (com anexo do áudio da mensagem), facilitando o acesso às mensagens.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- v) **Recursos Essenciais de PABX Virtual:** Transferência de chamadas, captura de chamadas e estacionamento de chamadas.
- g) **Integração e Compatibilidade:**
  - i) **Portabilidade Numérica:** Capacidade de portar os números telefônicos atuais do TRT da 8ª Região, garantindo a continuidade do serviço sem alteração para o público externo. Para fins de planejamento da contratação, deverá ser considerada a obrigação de conclusão do processo de portabilidade em até 3 (três) dias úteis contados da solicitação, conforme legislação vigente da Anatel e, em nenhuma hipótese, sua efetivação em prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, admitida interrupção apenas no período de transição, o qual deverá observar os limites normativos aplicáveis.
  - ii) **Compatibilidade com telefones IP baseados em SIP (Session Initiation Protocol):** A solução deverá ser compatível com aparelhos IP padrão SIP, sem prejuízo da obrigatoriedade de fornecimento, pela contratada, dos hardphones previstos na contratação, em conformidade com as especificações técnicas a serem definidas no Termo de Referência.
- h) **Segurança e Confiabilidade:**
  - i) **Comunicações Criptografadas:** Criptografia de voz e sinalização (SRTP/TLS) para garantir a segurança e a privacidade das comunicações.
  - ii) **Mecanismos de autenticação robustos:** Como MFA (Multi-Factor Authentication) para acesso à plataforma e aos serviços, prevenindo acessos não autorizados.
  - iii) **Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):** Garantia de que a solução e o tratamento de dados pessoais estejam em conformidade com a legislação brasileira.
  - iv) **Disponibilidade (SLA):** Garantia de um Nível de Serviço (SLA) mínimo de 99,5% para a disponibilidade do serviço de voz, assegurando a continuidade das comunicações.
  - v) **Infraestrutura redundante e geograficamente distribuída:** Para alta resiliência e recuperação de desastres.
- i) **Suporte Técnico:**
  - i) **Suporte técnico especializado 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7):** Para atendimento de incidentes e dúvidas, incluindo feriados.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- ii) **Canais de atendimento definidos:** Telefone, e-mail, portal de chamados online, com prazos claros para o registro e acompanhamento das solicitações.
- iii) **Tempos de resposta e tempos de solução para incidentes definidos em SLA:** Com categorização por criticidade (ex: crítico, alto, médio, baixo), para garantir a agilidade no restabelecimento dos serviços.
- iv) **Monitoramento Proativo:** Sistema de monitoramento proativo da performance da rede e dos serviços para identificar e resolver potenciais problemas antes que afetem a experiência dos usuários.

**5.4. Requisitos Complementares:**

- a) **Gravação de Chamadas:** Funcionalidade nativa de gravação de chamadas (entrada e saída), com armazenamento seguro, opções de pesquisa e acesso facilitado para fins de auditoria, treinamento e monitoramento, em conformidade com a legislação vigente e com a capacidade de definir regras de gravação.
- b) **Recursos Avançados de BI e Análise:** Ferramentas mais robustas para análise de dados de consumo, identificação de tendências, otimização contínua de custos e planejamento de capacidade.
- c) **Treinamento e Capacitação:** disponibilização, pela CONTRATADA, de treinamento para usuários finais e administradores do sistema, em caráter não continuado e sob demanda, conforme necessidade da Administração, visando à plena utilização da solução e à maximização dos benefícios operacionais da contratação.

**6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E ESTIMATIVA DE PREÇOS**

**6.1. Quantitativos Estimados:**

- 6.1.1. Número de linhas VoIP: 600 linhas
- 6.1.2. Unidades a serem atendidas: 34 (trinta e quatro) – 32 no Pará e 2 no Amapá.

<b>Quantitativo de Ramais Existentes e Novas Linhas VOIP – TRT8 (PA/AP)</b>
---

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

Localidade	Unidades (Varas/Anexos)	Ramais Existentes	Tecnologia Atual	Novas linhas VOIP a implantar
<b>ESTADO DO PARÁ</b>				
Belém	22	500	STFC	400
Abaetetuba	2	3	FIXA + Movel	8
Ananindeua	4	14	STFC	19
Altamira	1	3	FIXA + Movel	3
Breves	1	3	FIXA + Movel	3
Capanema	1	3	FIXA + Movel	3
Castanhal	1	3	FIXA + Movel	3
Itaituba	1	3	FIXA + Movel	3
Marabá	4	7	FIXA + Movel	16
Monte Dourado/Laranjal do Jari (ver item 6.1.3)	1	3	FIXA + Movel	3
Óbidos	1	3	FIXA + Movel	3
Paragominas	1	3	FIXA + Movel	3
Parauapebas	4	7	FIXA + Movel	16
Redenção	1	3	FIXA + Movel	3
Santa Izabel	1	3	FIXA + Movel	3
Santarém	2	7	FIXA + Movel	10
São Félix do Xingu	1	3	FIXA + Movel	3
Tucuruí	1	3	FIXA + Movel	3
Xinguara	1	3	FIXA + Movel	3
<b>ESTADO DO AMAPÁ</b>				
Macapá	8	16	STFC	42
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>593</b>	<b>-</b>	<b>600</b>

6.1.3. Atualmente, a unidade em funcionamento do TRT da 8ª Região correspondente à localidade de Monte Dourado/PA terá seu endereço operacional futuramente transferido para o Município de Laranjal do Jari/AP, conforme planejamento institucional.

6.1.3.1. Nessa hipótese, a alteração do endereço operacional não afastará a obrigação da CONTRATADA de implantar, manter ou remanejar a solução no novo local, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, desde



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

que preservados o escopo funcional da unidade e os quantitativos contratados.

**6.2. Estimativa de Preços:**

- 6.2.1. A estimativa de preços será balizada pela análise da proposta de Empresa Pública (Doc.2), e complementada por pesquisa de mercado mais abrangente, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021.
- a) **Custo Atual Anual das Contratações Substituídas:** R\$280.000,00.
- b) **Custo Anual Aproximado da Proposta Preliminar da Empresa Pública:** R\$612.552,00.
- c) **Diferença a ser Complementada:** R\$332.552,00 (R\$612.552,00 - R\$280.000,00).
- 6.2.2. **Indicação de Recursos Adicionais:** A necessidade de contratação de recursos adicionais anuais na importância de R\$332.552,00 deverá ser devidamente justificada orçamentariamente e analisada em face dos benefícios qualitativos da solução, bem como da economicidade comparada com o mercado.
- 6.2.3. **Análise de Preços:** A proposta da Empresa Pública será analisada para extrair os custos unitários e totais dos serviços de telefonia VoIP/UCaaS (desconsiderando os serviços em duplicidade com o Google Workspace). É fundamental solicitar da Empresa Pública um detalhamento dos valores por item de serviço para que a estimativa seja precisa e comparável.

**6.3. Pesquisa de Mercado Ampla (Etapa Posterior):**

- 6.3.1. A estimativa de preços será robustecida com base em propostas de outros fornecedores de soluções de UCaaS para o setor público, buscando-se no mínimo 3 (três) orçamentos válidos e comparáveis.
- 6.3.2. Serão consultados valores de contratos similares celebrados por outros órgãos públicos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a fim de subsidiar a comparação de preços e a verificação da economicidade, **especialmente considerando que levantamentos preliminares no PNCP já indicaram contratações similares com preços mais vantajosos que os apresentados pela Empresa Pública.**
- 6.3.3. Pesquisas em plataformas de referência de mercado (e.g., painel de preços, comprasnet).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 6.4. A estimativa final do custo da contratação será consolidada a partir da conclusão da pesquisa de mercado e da definição dos valores de referência dos itens que compõem a solução, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração por meio de **licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto linear incidente sobre o valor estimado do Grupo/Lote I.**

**7. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

- 7.1. O levantamento de mercado foi iniciado com a análise de uma proposta comercial de Empresa Pública atuante no ramo de telefonia, obtida após reuniões prévias e estudo da situação do Tribunal. Esta proposta servirá como um dos referenciais para a prospecção de mercado.

**7.2. Análise Preliminar da Proposta da Empresa Pública (doc. 2):**

- 7.2.1. A proposta da Empresa Pública, datada de 19/02/2025 (Documento N°: 751976-7568), apresenta uma solução de "Serviço de Valor Adicionado de UCaaS", que em seu escopo, busca atender à necessidade de telefonia VoIP em nuvem.

**7.2.2. Pontos Positivos da Proposta:**

- a) Apresenta uma solução de Comunicações Unificadas como Serviço, que pode oferecer um leque mais amplo de funcionalidades de comunicação.
- b) A empresa em questão, de característica estatal, pode oferecer maior estabilidade e segurança jurídica à contratação.
- c) A proposta foi elaborada após reuniões com o Tribunal, o que indica um esforço para compreender as necessidades específicas.

**7.2.3. Pontos de Atenção e Necessidade de Adequação:**

- a) **Duplicidade de Serviços:** A proposta da Empresa Pública contém itens como armazenamento e compartilhamento de documentos em nuvem (Google Drive), chats, Google Meet, Agenda e Tarefas. Estes serviços já são integralmente cobertos pela solução Google Workspace, já contratada e em uso pelo TRT da 8ª Região. A contratação desses itens em duplicidade seria uma despesa desnecessária e ineficiente para a Administração Pública, configurando inadequação ao princípio da economicidade. Será fundamental, na próxima fase, que o Termo de Referência restrinja o escopo aos serviços de telefonia VoIP em nuvem e a funcionalidades de





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

UCaaS que efetivamente complementem as necessidades do Tribunal, sem redundância com as ferramentas já existentes.

- i) Assim, a solução pretendida deverá permanecer restrita aos serviços de telefonia em voz sobre IP em nuvem, com funcionalidades de UCaaS estritamente relacionadas à operação, gestão, mobilidade, segurança e suporte do serviço de voz, afastando-se a contratação de recursos redundantes ou alheios ao escopo principal, em observância aos princípios da economicidade, da eficiência e do planejamento da contratação.
- b) **Custo Anual Elevado:** O custo anual aproximado da proposta da Empresa Pública é de **R\$ 612.552,00 (seiscentos e doze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais)**, o que representa um aumento de **R\$ 332.552,00 (trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais)** em relação ao custo anual atual das contratações a serem substituídas (R\$ 280.000,00). Esta diferença requer uma análise aprofundada e justificativa orçamentária robusta para a indicação de recursos adicionais.
- c) **Comparativo de Mercado Desfavorável:** Em levantamento preliminar realizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), verificaram-se contratações similares por outros órgãos públicos com preços mais vantajosos que o apresentado pela Empresa Pública. Este é um fator crítico que demanda uma avaliação cuidadosa da economicidade da proposta mencionada, e indica que a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo maior desconto linear sobre o valor estimado do Grupo/Lote I, mostra-se a alternativa mais adequada para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da verificação do atendimento integral às especificações técnicas e funcionais da solução.

### **7.3. Prospecção Adicional de Mercado:**

- 7.3.1. Para garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, a fase de Planejamento da Contratação incluirá uma prospecção de mercado abrangente, envolvendo:
  - a) **Identificação de Fornecedores:** Pesquisa e identificação de outros provedores de serviços de telefonia VoIP em nuvem/UCaaS com experiência comprovada no setor público e capacidade técnica para atender às demandas do TRT da 8ª Região.
  - b) **Solicitação de Propostas Preliminares:** Convite a múltiplos fornecedores para apresentar suas soluções e orçamentos preliminares, com base nos requisitos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

detalhados no item 2 deste ETP, para subsidiar a estimativa de preços e a comparação com a proposta da Empresa Pública.

- c) **Análise Comparativa:** Comparação rigorosa das propostas obtidas, considerando não apenas o custo total, mas também a conformidade técnica, a qualidade dos serviços, os níveis de serviço (SLA), a experiência do fornecedor, a capacidade de suporte técnico e a flexibilidade da solução. A análise deverá, obrigatoriamente, ponderar a relação custo-benefício de todas as soluções, em face da proposta da Empresa Pública e dos dados do PNCP.
- d) **Benchmarking:** Consulta a outros órgãos da administração pública (Tribunais, demais órgãos do Poder Judiciário, Ministérios, etc.) que já implementaram soluções similares, buscando identificar lições aprendidas, boas práticas e desafios, com foco nos preços praticados.
- e) **Participação em Eventos do Setor:** Acompanhamento das tendências tecnológicas e de mercado em eventos e feiras especializadas para identificar inovações e novos fornecedores.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA A SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

8.1. A escolha pela contratação de serviços de telefonia em VoIP em nuvem (UCaaS) é a solução mais adequada e vantajosa para o TRT da 8ª Região, considerando os seguintes aspectos:

- 8.1.1. **Modernização Tecnológica e Inovação:** A adoção de uma solução em nuvem posiciona o TRT da 8ª Região na vanguarda tecnológica, proporcionando uma infraestrutura de comunicação ágil, escalável e resiliente, pronta para futuras expansões e integrações, sem a necessidade de investimentos em hardware ou grandes projetos de infraestrutura interna.
- 8.1.2. **Eficiência Operacional e Produtividade:** A mobilidade intrínseca à solução VoIP em nuvem (softphones, aplicativos móveis) permite que magistrados e servidores atuem de qualquer local, mantendo a comunicação plena com o Tribunal. As funcionalidades de comunicação unificada aprimoram a colaboração entre as equipes e a eficiência no atendimento ao público, impactando positivamente a prestação jurisdicional.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

- 8.1.3. **Flexibilidade e Escalabilidade:** A natureza da computação em nuvem permite que o Tribunal adapte o número de linhas e extensões de forma rápida e flexível, acompanhando o crescimento ou a redução de suas necessidades, sem a necessidade de novos investimentos em hardware ou a realização de novas contratações para cada alteração.
- 8.1.4. **Segurança e Continuidade dos Serviços:** Provedores de serviços em nuvem de ponta investem pesadamente em infraestrutura de segurança e redundância, garantindo alta disponibilidade (SLA) e proteção das comunicações contra falhas e ameaças cibernéticas, em conformidade com as melhores práticas de segurança da informação.
- 8.1.5. **Gestão Simplificada:** A plataforma de gerenciamento unificada simplifica a administração dos serviços de telefonia, liberando recursos da área de TI para atividades mais estratégicas do Tribunal, ao invés da manutenção de sistemas legados.
- 8.1.6. **Sustentabilidade:** A eliminação de hardware físico (PABX, aparelhos analógicos) e a otimização de recursos contribuem para a redução do consumo de energia e da geração de resíduos eletrônicos, alinhando-se às políticas de sustentabilidade da Administração Pública e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.
- 8.2. Embora a proposta preliminar da Empresa Pública tenha um custo anual superior ao despendido atualmente, os benefícios inerentes à modernização, escalabilidade, mobilidade, maior segurança e eficiência operacional da solução em nuvem voltada aos serviços de voz justificam a busca por esta tecnologia. **A viabilidade econômica e a compatibilidade do preço com o mercado serão rigorosamente aferidas por meio do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento pelo maior desconto linear sobre o valor estimado do Grupo/Lote I, para garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.**

## 9. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Para a contratação dos serviços de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia em Voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

Communications as a Service (UCaaS), utilizou-se como referência os métodos de pesquisa de preços definidos na IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme detalhado na NOTA TÉCNICA – PESQUISA DE PREÇOS e no MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS que instruem o presente processo.

9.2. Para fins de estimativa orçamentária desta contratação, adotou-se a composição de itens abaixo, em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência:

9.3. **Item 1 – Serviço UCaaS/VoIP** em nuvem (remuneração por ramal ativo/mês): Prestação continuada baseada em protocolo SIP, contemplando 600 ramais com numeração DID/DDI, licenciamento por ramal (com suporte a até 5 dispositivos por usuário), painel de gestão web, suporte técnico 24x7, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento, relatórios operacionais/SLA e recursos necessários à plena prestação do serviço de voz.

**9.3.1. Valor anual estimado: R\$ 208.800,00.**

9.4. **Item 2 – Chamada de Longa Distância Internacional (LDI):** franquia estimada para chamadas originadas em terminal fixo do Tribunal, sob demanda.

**9.4.1. Valor anual estimado: R\$ 900,00**

9.5. **Item 3 – Número 0800 de abrangência nacional:** assinatura mensal de um número 0800 para recebimento de ligações ilimitadas de fixos e móveis, com roteamento para a solução contratada.

**9.5.1. Valor anual estimado: R\$ 44.712,00.**

9.6. **Item 4 – Treinamento para operação da solução:** capacitação de usuários/equipe técnica conforme conteúdo programático e carga horária definidos neste TR.

**9.6.1. Valor estimado: R\$ 4.200,00.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 9.7. O valor anual estimado recorrente da contratação, correspondente aos itens 1 a 3, totaliza R\$ 254.412,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e doze reais).
- 9.8. O item 4 (treinamento) possui natureza não continuada, com execução sob demanda, razão pela qual não compõe o total anual recorrente, sendo considerado apenas para fins de composição do valor global estimado da contratação.
- 9.9. **Considerando a vigência contratual prevista de 60 (sessenta) meses, o valor global estimado da contratação, incluído o item de treinamento, corresponde a R\$ 1.276.260,00 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta reais).**

**10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

- 10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes diretas para a execução dos serviços de telefonia VoIP em nuvem que necessitem de novas contratações específicas. A presente contratação visa substituir e consolidar os contratos existentes de telefonia fixa e móvel e manutenção do PABX analógico.
- 10.2. No entanto, é fundamental que o TRT da 8ª Região mantenha uma infraestrutura de rede de dados (LAN/WAN) robusta e com conectividade à internet de alta qualidade em todas as unidades para garantir o bom funcionamento da solução VoIP em nuvem. Este já é um requisito intrínseco à operação atual e futura do Tribunal. A qualidade da infraestrutura de rede interna do Tribunal é de responsabilidade da própria Instituição e é um fator crítico para a performance e a qualidade da solução VoIP a ser contratada.

**11. RESULTADOS PRETENDIDOS**

- 11.1. Redução da complexidade de gestão e otimização dos custos operacionais com telefonia, buscando a maior economicidade possível em face dos benefícios da solução em nuvem.
- 11.2. Modernização completa da infraestrutura de comunicação, com tecnologia de ponta e recursos de comunicação unificada, alinhada às melhores práticas de mercado.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 11.3. Aumento da produtividade e eficiência da comunicação interna e externa do Tribunal, em todas as 34 unidades jurisdicionadas, aprimorando a prestação de serviços judiciais.
- 11.4. Garantia de mobilidade e flexibilidade para o corpo funcional do Tribunal (magistrados e servidores), abrangendo os Estados do Pará e Amapá, permitindo o trabalho em regime híbrido e remoto com plena capacidade de comunicação.
- 11.5. Melhora substancial da qualidade e da disponibilidade dos serviços de telefonia (SLA mínimo de 99,5%), minimizando interrupções e falhas.
- 11.6. Centralização e otimização da gestão dos serviços de telecomunicações, com maior transparência e controle de gastos, facilitando a auditoria e o planejamento orçamentário.
- 11.7. Fortalecimento da segurança da comunicação do TRT da 8ª Região, com comunicações criptografadas e mecanismos de autenticação robustos, protegendo informações sensíveis.
- 11.8. Alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública, através da eliminação de equipamentos obsoletos e otimização do consumo de recursos.

**12. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

- 12.1. A solução de telefonia em nuvem (VoIP/UCaaS) requerida caracteriza-se como um serviço integrado e contínuo, cujo correto funcionamento depende da disponibilização conjunta de recursos de conectividade, licenciamento, suporte técnico, segurança da informação, portabilidade numérica e ferramentas de gestão.
- 12.2. O parcelamento da contratação em lotes distintos, por exemplo, separando fornecimento de linhas, licenças de softphones, suporte técnico ou plataforma de gerenciamento, não se mostra viável, pois comprometeria a interoperabilidade, a rastreabilidade das responsabilidades contratuais e a garantia de desempenho global da solução. A fragmentação poderia gerar riscos de incompatibilidade entre sistemas de voz, falhas de integração entre aplicativos móveis e softphones, perda de eficiência na gestão dos ramais e dificuldades na apuração de indicadores de nível de serviço (SLA e IMR).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 12.3. Assim, a contratação deve ocorrer de forma global, abrangendo todos os componentes técnicos e operacionais em um único pacote, a cargo de uma mesma contratada. Esse modelo garante:
- 12.3.1. Unidade tecnológica e operacional: a solução deve ser integralmente gerida pelo fornecedor, com infraestrutura em nuvem, redundância, suporte 24x7 e centralização das rotinas de provisionamento e manutenção.
- 12.3.2. Responsabilidade única: facilita a fiscalização e a aplicação de glosas/penalidades, evitando discussões sobre a origem de falhas entre diferentes fornecedores.
- 12.3.3. Segurança e conformidade legal: apenas a contratação unificada assegura o cumprimento integral das exigências de criptografia, LGPD, hospedagem em datacenters certificados no Brasil e continuidade operacional.
- 12.3.4. Economicidade: a contratação integrada elimina custos adicionais com integrações de múltiplos fornecedores, simplifica o gerenciamento administrativo e reduz a burocracia contratual.
- 12.4. Dessa forma, conclui-se pela não adoção do parcelamento, sendo mais vantajosa a contratação de um único fornecedor para o fornecimento completo da solução de VoIP em nuvem, em consonância com o princípio da economicidade, da eficiência e da busca por elevados níveis de qualidade na prestação do serviço público.
- 12.5. Em razão dessa integração funcional, técnica e econômica entre os itens que compõem a solução, mostra-se adequada a adoção de critério de julgamento pelo maior desconto linear sobre o valor estimado do Grupo/Lote I, preservando-se a contratação conjunta da solução e a uniformidade da formação da proposta comercial.
- 12.6. DA NÃO EXCLUSIVIDADE PARA PARTICIPAÇÃO E NÃO DELIMITAÇÃO DE COTA PARA EPP OU MICROEMPRESA**
- 12.6.1. Considerando o valor estimado do objeto não se demonstra aplicável a adoção da exclusividade para participação de empresas de pequeno porte ou microempresa, do objeto, a impossibilidade de parcelamento do objeto, o limite estabelecido no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 .
- 12.6.2. Acrescenta-se que pela impossibilidade de parcelamento do objeto, bem como por se tratar de contratação de serviços, não se aplica o estabelecimento de cotas para





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

participação de empresas de pequeno porte ou microempresa como previsto no Decreto nº 8.538,2015.

**13. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

- 13.1. Não há necessidade de adequação de ambiente, uma vez que a solução a ser contratada é inteiramente baseada em nuvem (VoIP/UCaaS), não demandando a instalação de equipamentos de PABX físico, servidores dedicados ou infraestrutura adicional no âmbito do TRT da 8ª Região.
- 13.2. A rede de dados do Tribunal já dispõe de infraestrutura adequada para suportar a comunicação em VoIP, incluindo switches gerenciáveis, cabeamento estruturado e conectividade com acesso à Internet em todas as unidades. A responsabilidade pela hospedagem da plataforma, pela redundância de datacenters e pela gestão da solução será integralmente da contratada, nos termos do Termo de Referência.
- 13.3. Eventuais necessidades de ajustes localizados, como provisionamento de ramais, configuração de terminais IP compatíveis, instalação de softphones e aplicativos móveis em dispositivos institucionais, bem como o treinamento dos usuários e administradores, a ser prestado em caráter não continuado e sob demanda, durante a fase de implantação inicial ou em outros momentos da vigência contratual, conforme necessidade da Administração, serão providos pela contratada, não implicando em obras civis, reforços de infraestrutura ou investimentos adicionais por parte do órgão contratante.
- 13.4. Assim, a contratação garante a imediata integração ao ambiente tecnológico do TRT da 8ª Região, aproveitando a infraestrutura já existente e assegurando a continuidade operacional sem custos de adequação física ou lógica para a Administração.

**14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

- 14.1. A contratação da solução de Telefonia em Voz sobre IP (VoIP/UCaaS), por ser baseada integralmente em serviços em nuvem e não demandar a instalação de PABX físico ou servidores dedicados nas dependências do TRT da 8ª Região, não gera impactos ambientais diretos significativos associados a obras civis, ocupação de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

espaço físico, geração de resíduos de construção ou consumo de materiais de grande porte.

14.2. Entre os impactos positivos, destaca-se:

- 14.2.1. Redução do consumo de energia elétrica: a eliminação de PABX físico e de equipamentos locais de grande porte contribui para menor demanda de energia e climatização nas salas técnicas.
- 14.2.2. Diminuição da geração de resíduos eletroeletrônicos: ao consolidar a infraestrutura em nuvem e prolongar o ciclo de vida de terminais compatíveis, reduz-se a necessidade de aquisição de novos equipamentos e, conseqüentemente, a produção de sucata tecnológica.
- 14.2.3. Menor emissão de gases de efeito estufa: pela substituição de múltiplas infraestruturas físicas por serviços em nuvem de alta eficiência energética, em datacenters certificados.
- 14.3. Como possíveis impactos indiretos a considerar, ainda que de baixa relevância:
  - 14.3.1. Consumo energético em datacenters externos: a operação em nuvem depende de servidores de grande porte em datacenters da contratada, cujo consumo energético, embora superior em escala, é compensado por políticas de eficiência e certificações internacionais exigidas no Termo de Referência (ex.: ISO 27001, TIER III).
  - 14.3.2. Geração de resíduos eletroeletrônicos: restrita à eventual substituição de aparelhos telefônicos IP ou dispositivos de acesso, devendo ser mitigada pela exigência de descarte ambientalmente adequado e observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- 14.4. Assim, a solução apresenta baixo potencial de impacto ambiental negativo e, ao contrário, contribui para a modernização sustentável da comunicação institucional, em alinhamento às diretrizes de economicidade, eficiência energética e responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

## **15. PRAZO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO**

- 15.1. O prazo estimado para a conclusão do processo de contratação, a partir da aprovação deste ETP, é de **6 (seis) meses**. Este prazo considera as etapas de planejamento, pesquisa de mercado, elaboração do Termo de Referência, fase licitatória (Pregão Eletrônico), e celebração do contrato.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

- 16.1. Com base na análise das necessidades do Tribunal, dos problemas atuais, das soluções tecnológicas disponíveis no mercado e dos benefícios esperados, **DECLARA-SE VIÁVEL A CONTRATAÇÃO** de serviços de telefonia em Voz sobre IP (VoIP) em nuvem (UCaaS) para o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.
- 16.2. A solução proposta apresenta um claro alinhamento com os princípios da Lei nº 14.133/2021, em especial a busca pela eficiência, economicidade, inovação e sustentabilidade na gestão pública. A migração para uma solução em nuvem representa um avanço tecnológico fundamental para o TRT da 8ª Região, modernizando suas comunicações e otimizando seus recursos.
- 16.3. A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto linear sobre o valor estimado, por ser a melhor alternativa para garantir a economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Esta decisão se justifica em face dos levantamentos preliminares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que indicaram a existência de contratações similares com preços mais vantajosos que o da proposta inicialmente analisada da Empresa Pública. A eventual necessidade de suplementação orçamentária será devidamente justificada e aprovada pelos órgãos competentes, sempre buscando a otimização dos recursos públicos.

**17. GRAU E PRAZO DE SIGILO**

- 17.1. A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar não se enquadra em nenhuma das hipóteses de sigilo previstas na Lei nº 12.527/2011.

**18. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO**

- 18.1. O documento foi desenvolvido na DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS do TRT8, pelo servidor: **BRUNO GONÇALVES RODRIGUES** – Técnico Judiciário - Área Administrativa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

Belém, 23 de março de 2026

**BRUNO GONÇALVES RODRIGUES**

Técnico Judiciário - Área Administrativa

**SAULO VALE TEIXEIRA DA COSTA**

Chefe da DIMIP

**HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA**

Coordenador de Manutenção e Projetos

Responsável pela Unidade Demandante



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

BRUNO GONÇALVES RODRIGUES  
11/05/2026 09:51

**APENSO II - ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO - TELEFONIA VOIP**

1. A avaliação dos riscos relativos à contratação e à gestão do contrato inclui as ações para mitigar os riscos identificados e tem por base a metodologia adotada no Plano de Tratamento de Riscos do TRT8ª Região, estabelecida pela Portaria PRESI nº 289, de 21 de março de 2017.
2. A presente Análise de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e tratar os eventos que possam comprometer o planejamento, a seleção do fornecedor e a execução contratual da solução de telefonia em nuvem (VoIP/UCaaS). Foram considerados riscos de natureza técnica, operacional e de continuidade do serviço, com a definição de medidas preventivas, mitigatórias e de contingência, bem como a indicação das áreas responsáveis pelo monitoramento e controle. A matriz a seguir consolida os principais riscos mapeados, em consonância com as boas práticas de governança e gestão de contratações públicas.
3. **RISCOS DA CONTRATAÇÃO (Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor)**

IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS À AQUISIÇÃO							
Se (causa)	Riscos identificados	Então (consequência)	Prob.	Impacto	medida risco	Controle do risco	Responsável
RISCO 01							
A não elaboração do Termo de Referência em tempo hábil para a ocorrência da licitação no corrente ano.	Ausência da equipe de apoio técnico capacitada para elaboração do Termo de	Impossibilidade de contratação no exercício, com risco de paralisação dos serviços de comunicação e	Baixa	Alto	Médio	Encaminhar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) com antecedência suficiente para análise e aprovação pelas áreas competentes, permitindo a elaboração do Termo	COMAP



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

	Referência ou de outras planilhas e estudos vinculados ao Termo de Referência.	impacto financeiro em contratação emergencial				de Referência e demais documentos do planejamento da contratação dentro do cronograma.	
Ação de Contingência:		Solicitar prorrogação emergencial da contratação vigente.					COMAP
RISCO 02							
Ausência de empresa licitante especializada em telefonia VoIP/UCaaS ou de subcontratação necessária para atender às demandas.	Inexistência de fornecedor habilitado no certame, resultando em licitação deserta ou fracassada.	Impossibilidade de contratação dos serviços em tempo hábil, comprometendo a continuidade das comunicações institucionais e exigindo medidas emergenciais.	Baixa	Alto	Médio	Realizar ampla prospecção de mercado, buscando empresas qualificadas; exigir nos documentos de habilitação atestados técnicos que comprovem experiência em projetos de porte equivalente (mínimo de 500 ramais VoIP/UCaaS); incluir requisitos claros no Termo de Referência para evitar subcontratações indevidas.	COMAP / DIMIP
Ação de Contingência:		Submeter à autoridade superior análise de eventual contratação direta, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente justificada;				Responsável	COMAP;
RISCO 03							
Especificações técnicas restritivas ou mal redigidas; exigências de habilitação desproporcionais; estimativa de preços desalinhada ao mercado; prazos de publicidade insuficientes; modo de disputa/critério de julgamento inadequado; divulgação insuficiente	Desclassificação em massa ou ausência de propostas válidas, resultando em licitação deserta ou fracassada.	Atraso na contratação e risco de descontinuidade dos serviços de comunicação do Tribunal, com possível necessidade de medidas emergenciais e aumento de custos.	Média	Alto	Alto	- Revisar ETP/TR com base em pesquisa de mercado multi-fonte (IN SEGES/ME 65/2021) e matriz de conformidade objetiva.  - Perguntas & Respostas/consulta ao mercado antes da publicação; ampla divulgação no PNCP e em canais institucionais.	COMAP;COLIC;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

no PNCP.						<div>- Exigir capacidade técnica proporcional ao objeto (atestados compatíveis), admitir equivalências técnicas (sem indicação de marcas) e prazos realistas.</div> <div>- Avaliar segmentação em itens/lotes (licenças, hardphones, serviços) para ampliar competitividade, quando couber.</div> <div>- Ajustar modo de disputa/critério (ex.: pregão eletrônico, menor preço global com planilhas) coerente com o objeto.</div>	
Ação de Contingência:		Realizar análise de causas, ajustar edital (requisitos, prazos, estimativa) e republicar com novo cronograma.				Responsável	COMAP
RISCO 04							
Não fornecimento de insumos no tempo aplicado, trazendo como consequência o comprometimento das atividades dos diversos setores do Tribunal.	A empresa não possuir estoque e quantidade de mão de obra e insumos necessários para a execução do contrato, ou demorar no fornecimento.	Prestação do serviço com baixa qualidade ou inexecução parcial.	Média	Alto	Médio	Exigir no Termo de Referência a quantidade e qualificação de mão de obra e insumos suficientes para atendimento do serviço contratado, com previsão de prazos máximos para atendimento e resolução de incidentes. Determinar penalidades em caso de descumprimento.	COMAP
Ação de Contingência:		Na assinatura do contrato, a contratada deverá comprovar que atende às exigências contratuais de recursos (mão de obra e insumos).				Responsável	COLIC/COMAP





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

RISCO 05

Fornecedor não possuir infraestrutura, equipe técnica qualificada ou processos de gestão de incidentes adequados para cumprir os SLAs estabelecidos.	Prestação de serviço em desacordo com os níveis de disponibilidade, desempenho e tempo de resposta definidos em contrato.	Indisponibilidade ou degradação do serviço de comunicação VoIP/UCaaS, comprometendo a continuidade das atividades administrativas e judiciais do Tribunal, com risco de necessidade de medidas emergenciais e impacto na imagem institucional.	Média	Alto	Alto	Definir SLAs claros no TR (uptime, tempo de resposta, tempo de solução, jitter, perda de pacotes).  Exigir que a contratada disponibilize ferramenta de monitoramento contínuo (dashboard e relatórios mensais).  Prever multas e glosas proporcionais ao descumprimento dos SLAs.  Estabelecer auditorias técnicas periódicas com participação da área de TI.	COMAP/SETIN
Ação de Contingência:		Aplicação de penalidades contratuais e, em caso de recorrência, abertura de processo de rescisão contratual e nova contratação emergencial.				Responsável	COMAP/COLIC

RISCO 06

Problemas de segurança da informação e privacidade de dados.	Ocorrência de vazamento de dados, interceptação de comunicações, ataques cibernéticos ou acesso indevido à plataforma de VoIP.	Comprometimento da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações do Tribunal, risco de sanções legais (LGPD) e dano à imagem institucional.	Média	Alto	Alto	Exigir da Contratada a conformidade com a LGPD e a adoção de boas práticas de segurança da informação (ex: criptografia de voz e sinalização, mecanismos de autenticação robustos, certificações de segurança). Prever auditorias de segurança e cláusulas de responsabilidade em caso de incidentes.	COMAP
Ação de Contingência:		Acionamento imediato da Contratada para correção, notificação às autoridades competentes				Responsável	COMAP



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

		(se aplicável) e implementação de planos de resposta a incidentes.					
RISCO 07							
Custos excessivos ou não compatíveis com o mercado.	A contratação ser realizada por preço superior ao de mercado, gerando prejuízo ao erário.	Ineficiência na aplicação de recursos públicos e potencial questionamento por órgãos de controle.	Baixo	Alto	Médio	Realizar pesquisa de preços robusta e abrangente, incluindo no mínimo 3 orçamentos, Painel de Preços, PNCP e contratos similares. Justificar adequadamente o preço de referência no Termo de Referência e no processo licitatório.	COMAP
Ação de Contingência:		Recusa da proposta ou desclassificação da empresa com preço excessivo; revisão da pesquisa de mercado para uma nova licitação ou contratação, se necessário.			Responsável		COMAP

LEGENDA:

ITEM	DESCRIÇÃO
Probabilidade	Probabilidade do evento de risco ocorrer.  Preencher com: 1 (Baixa); 2 (Média); 3 (Alta); (4) Muito Alta.
Impacto	Impacto causado no resultado pretendido, caso o evento de risco ocorra (se materialize).  Preencher com: 1 (Baixo); 2 (Médio); 3 (Alto); (4) Muito Alto.
Medida do risco	Resultado da multiplicação entre o impacto e a probabilidade de ocorrência do risco.  Preencher com:  resultado de 1 a 3 – baixo risco;  resultado de 4 a 5 – médio risco;  resultado de 6 a 9 – alto risco;  resultado de 10 a 16 – muito alto risco.
Controle do risco	Descrever o tratamento (a ação) usado (a) para mitigar/eliminar/evitar o risco identificado.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**4. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO**

- 4.1. O documento foi desenvolvido na DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS do TRT8, pelo servidor: **BRUNO GONÇALVES RODRIGUES** – Técnico Judiciário - Área Administrativa.

Belém, 11 de maio de 2026

**BRUNO GONÇALVES RODRIGUES**

Técnico Judiciário - Área Administrativa



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

BRUNO  
GONÇALVES  
RODRIGUES  
11/05/2026 11:16

## APENSO III - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR define, em bases objetivas e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento.
- 1.2. **Objetivo a atingir:** prestação do serviço UCaaS/VoIP em elevados níveis de disponibilidade, estabilidade, qualidade técnica e eficiência de atendimento.
- 1.3. **Forma de avaliação:** apuração mensal por indicadores e metas, com cálculo de Nota Mensal de Avaliação (NMA) e, quando cabível, glosa proporcional ao resultado.
- 1.4. A aplicação de glosa decorrente do IMR constitui mecanismo de ajuste financeiro vinculado ao desempenho mensal, não se confundindo com penalidades administrativas. Eventual aplicação de penalidades contratuais dependerá de processo administrativo próprio, observado o contraditório e a ampla defesa.
- 1.5. **Integração com SLA:** a apuração de indisponibilidades, exclusões, pausas de relógio e tempos por severidade observará as definições e metodologias estabelecidas no SLA do Termo de Referência, que prevalecerá para todos os fins de medição.

### 2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. O IMR será utilizado para acompanhamento e avaliação dos serviços da CONTRATADA, com base em indicadores mensais definidos neste Apenso.
- 2.2. Os resultados do IMR poderão ensejar glosas financeiras proporcionais ao desempenho apurado. A eventual aplicação de penalidades contratuais seguirá rito próprio, nos termos da legislação vigente.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 2.3. Para recebimento integral do valor faturado, a CONTRATADA deverá cumprir as obrigações e metas deste Apenso.
- 2.4. A apuração ocorrerá:
- 2.4.1. Durante as fases de Planejamento e Implantação: por evento/entrega (IEPI).
  - 2.4.2. Durante a operação assistida e regime permanente: mensal (ID e NMA).
- 2.5. Prazos do ciclo IMR:
- 2.5.1. Entrega do Relatório IMR: até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente;
  - 2.5.2. Homologação pela FISCALIZAÇÃO: até 10 (dez) dias úteis após o recebimento;
  - 2.5.3. Contestações da CONTRATADA: até 5 (cinco) dias úteis da ciência, com evidências técnicas;
  - 2.5.4. A emissão da fatura mensal fica condicionada à informação do valor de glosa, quando aplicável.
- 2.6. Os relatórios mensais devem conter indicadores, metas atingidas, recomendações técnicas e registros/evidências que suportem as medições.
- 2.7. Em havendo glosa, seguem-se os prazos de contestação acima. Persistindo divergência, aplica-se o valor homologado pela FISCALIZAÇÃO, sem prejuízo de auditoria.
- 2.8. Aplicam-se as metodologias e regras de medição descritas a seguir.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

### **3. ÍNDICES**

#### **3.1. IEPI – Índice de Entrega das Atividades das Fases de Planejamento e Implantação**

- 3.1.1. Aplicação: até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 3.1.2. Finalidade: Mensurar atraso na entrega das atividades previstas no cronograma aprovado.
- 3.1.3. Cálculo:  $IEPI = \text{Somatório dos dias úteis de atraso apurados para cada entrega prevista no cronograma aprovado.}$
- 3.1.4. Considera-se atraso a diferença entre a data efetiva de entrega e a data prevista no cronograma aprovado.
- 3.1.5. Faixas de Ajuste:

<b>Dias úteis de Atraso</b>	<b>Redução sobre o pagamento do respectivo produto/etapa</b>
1 dia	1%
2 dias	2%
3 dias	4%
≥ 4 dias	1% adicional por dia
Limite máximo	20%

- 3.1.6. A redução incidirá sobre o pagamento vinculado à entrega do produto/etapa correspondente.
- 3.1.7. A partir do 4º dia útil de atraso, será aplicado acréscimo de 1% por dia adicional, limitado ao máximo de 20% sobre o valor da respectiva etapa.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

### 3.2. ID – Índice de Disponibilidade Mensal

3.2.1. **Finalidade:** Mensurar a disponibilidade mensal da solução, conforme meta prevista no TR.

3.2.2. **Meta:** Disponibilidade mensal  $\geq 99,5\%$

3.2.3. **Fórmula:**

$$ID = [(PFM - TIP) / PFM] \times 100$$

3.2.3.1. Onde:

- PFM = Período de Funcionamento Mensal (minutos do mês)
- TIP = Somatório dos minutos de indisponibilidade no período de faturamento

3.2.3.2. Não serão considerados como indisponibilidade:

- Manutenções programadas previamente acordadas com a fiscalização;
- Interrupções decorrentes de falhas comprovadamente atribuíveis à infraestrutura da CONTRATANTE;
- Eventos de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

3.2.4. **Faixas de Ajuste**

ID apurado	Redução sobre a fatura mensal
$\geq 99,5\%$	0%
99,0% a 99,49%	2%
98,0% a 98,99%	4%
97,0% a 97,99%	6%
$< 97\%$	8%





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

### 3.3. NMA – Nota Mensal de Avaliação Operacional

3.3.1. **Finalidade:** Avaliar o desempenho operacional da CONTRATADA quanto ao cumprimento de SLA, obrigações técnicas e entrega de relatórios.

3.3.2. **Cálculo:**  $NMA = 10 - \Sigma$  (Pontos perdidos no mês)

3.3.3. Os pontos perdidos serão apurados com base na Tabela de Ocorrências Operacionais.

#### 3.3.4. Tabela de Ocorrências Operacionais:

Item	Ocorrência	Forma de Aferição	Pontos
1	Não atendimento remoto dentro do prazo de SLA	Sistema de chamados	0,5
2	Não restauração de incidente crítico no prazo de SLA	Registro de restauração/normalização do serviço no sistema de chamados	1,0
3	Reincidência do mesmo incidente no mês	Histórico de chamados	0,3
4	Classificação indevida de severidade	Auditoria da fiscalização	0,2
5	Falta de entrega de relatório mensal obrigatório	Verificação documental	0,5
6	Entrega de Relatório com inconsistência grave	Conferência técnica	0,3
7	Ausência de comunicação formal de incidente crítico	Relatório de incidentes	0,3
8	Descumprimento de obrigação técnica expressa no TR	Registro formal da fiscalização	0,2

3.3.4.1. A soma dos pontos será utilizada para cálculo da NMA.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

**3.3.5. Faixas de Ajuste pela NMA**

- 3.3.5.1. A Nota Mensal de Avaliação (NMA) apurada conforme item anterior refletirá o desempenho operacional da CONTRATADA no período de faturamento considerado.
- 3.3.5.2. A redução financeira decorrente da NMA será aplicada de forma proporcional e escalonada, conforme a faixa de nota obtida, incidindo sobre o valor bruto da fatura mensal referente aos serviços efetivamente prestados no período.
- 3.3.5.3. A aplicação da redução observará os seguintes critérios:
- 3.3.5.3.1. O intervalo de nota máxima ( $NMA \geq 9$ ) corresponde à execução integral e satisfatória das obrigações operacionais;
- 3.3.5.3.2. A cada ponto perdido, haverá redução progressiva da nota e consequente ajuste financeiro;
- 3.3.5.3.3. A redução possui natureza de ajuste por desempenho, não configurando, por si só, penalidade administrativa;
- 3.3.5.3.4. A eventual aplicação de penalidades contratuais seguirá procedimento próprio, nos termos do contrato.
- 3.3.5.3.5. A tabela a seguir estabelece a correspondência entre a NMA apurada e o percentual de redução aplicável à fatura mensal:

NMA apurada	Redução sobre a fatura mensal
$\geq 9,0$	0%
8,5 a 8,99	1%
8,0 a 8,49	2%



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

7,5 a 7,99	3%
7,0 a 7,49	4%
< 7,0	5%

3.3.5.3.6. Quando a NMA < 8,5, a CONTRATADA deverá apresentar Plano de Ação/RCA em até 3 (três) dias úteis, com prazos e responsáveis, sujeito à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

3.3.5.3.7. Quando a NMA < 7,5 ou houver reincidência por 2 (dois) meses consecutivos, a CONTRATADA será convocada para reunião executiva; poderão ser aplicadas penalidades contratuais adicionais, nos termos do contrato.

3.3.5.3.8. A ocorrência de NMA < 7,0 por 3 (três) meses alternados ou 2 (dois) meses consecutivos poderá caracterizar inexecução parcial, nos termos legais.

#### **4. Consolidação dos Ajustes**

- 4.1. A aplicação das reduções financeiras decorrentes do IMR observará a fase contratual correspondente.
- 4.2. Durante a fase de Planejamento e Implantação, eventual redução incidirá exclusivamente com base no IEPI, apurado por atraso na entrega das atividades previstas no cronograma aprovado.
- 4.3. Durante a fase operacional, a redução mensal será resultante da soma dos ajustes apurados pelo Índice de Disponibilidade (ID) e pela Nota Mensal de Avaliação (NMA), cada qual mensurado conforme seus critérios próprios e independentes.
- 4.4. A incidência simultânea de ID e NMA não configura duplicidade de avaliação,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

uma vez que:

- a) o ID mede exclusivamente a disponibilidade técnica da solução;
- b) a NMA avalia o desempenho operacional, cumprimento de SLA, obrigações técnicas e entrega de relatórios.

4.5. Caso determinado evento de indisponibilidade já tenha sido integralmente considerado no cálculo do ID, não haverá aplicação cumulativa de perda de pontos na NMA pelo mesmo fato gerador, ressalvadas hipóteses de descumprimento autônomo de obrigação de gestão, comunicação ou registro formal.

#### **4.6. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 4.6.1. O IMR é parte integrante e indissociável do contrato.
- 4.6.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação e penalidades previstos em lei ou no contrato
- 4.6.3. A avaliação pelo IMR considerará não apenas os resultados entregues, mas também a qualidade mínima exigida das atividades, materiais e recursos humanos empregados na execução
- 4.6.4. Situações omissas serão avaliadas pela fiscalização, com aplicação dos princípios de razoabilidade e proporcionalidade.

Belém, 11 de maio de 2026

**BRUNO GONÇALVES RODRIGUES**

Técnico Judiciário - Área Administrativa



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

BRUNO  
GONÇALVES  
RODRIGUES  
11/05/2026 11:20

## **APENSO IV - DISTRIBUIÇÃO DE RAMAIS EXISTENTES E NOVAS LINHAS VOIP - TRT DA 8ª REGIÃO (PA/AP)**

1. O presente Apenso consolida a distribuição dos ramais atualmente existentes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, abrangendo as unidades localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, bem como apresenta o quantitativo projetado de novas linhas/ramais VoIP a serem implantados no contexto da contratação da solução de telefonia em nuvem (UCaaS/VoIP).
2. A tabela a seguir foi elaborada com base em levantamento técnico realizado junto às unidades administrativas e judiciárias, considerando a infraestrutura atualmente instalada, a necessidade de modernização tecnológica, a substituição gradual do modelo tradicional de telefonia fixa e a adequação à arquitetura da solução em nuvem definida no Termo de Referência.
3. O quantitativo total projetado de 600 (seiscentos) linhas/ramais VoIP representa o limite contratual estimado para fins de dimensionamento da solução, licenciamento e formação de preços, contemplando a expansão operacional identificada no diagnóstico técnico, a padronização da solução e a previsão de crescimento da demanda institucional durante a vigência contratual.
  - 3.1. A disponibilização inicial mínima deverá compreender 450 (quatrocentos e cinquenta) linhas/ramais VoIP, devidamente distribuídos entre as unidades do TRT8, conforme cronograma de implantação. Os quantitativos remanescentes até o limite de 600 poderão ser demandados gradualmente, sob necessidade da Administração, mediante emissão de Ordens de Fornecimento pela Fiscalização.
4. Destaca-se que o quantitativo projetado não representa obrigação de ativação imediata de todos os ramais, mas sim o limite contratual estimado para fins de dimensionamento da solução, licenciamento e formação de preços, observando-se o regime de remuneração por ramal ativo/mês.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

Quantitativo de Ramais Existentes e Novas Linhas/Ramais VOIP – TRT8 (PA/AP)				
Localidade	Unidades (Varas/Anexos)	Ramais Existentes	Tecnologia Atual	Novas linhas/ramais VOIP a implantar
ESTADO DO PARÁ				
Belém	22	500	STFC	400
Abaetetuba	2	3	FIXA + Movel	8
Ananindeua	4	14	STFC	19
Altamira	1	3	FIXA + Movel	3
Breves	1	3	FIXA + Movel	3
Capanema	1	3	FIXA + Movel	3
Castanhal	1	3	FIXA + Movel	3
Itaituba	1	3	FIXA + Movel	3
Marabá	4	7	FIXA + Movel	16
Monte Dourado/Laranjal do Jari	1	3	FIXA + Movel	3
Óbidos	1	3	FIXA + Movel	3
Paragominas	1	3	FIXA + Movel	3
Parauapebas	4	7	FIXA + Movel	16
Redenção	1	3	FIXA + Movel	3
Santa Izabel	1	3	FIXA + Movel	3
Santarém	2	7	FIXA + Movel	10
São Félix do Xingu	1	3	FIXA + Movel	3
Tucuruí	1	3	FIXA + Movel	3
Xinguara	1	3	FIXA + Movel	3
ESTADO DO AMAPÁ				
Macapá	8	16	STFC	42
TOTAL	59	593	-	600

5. Para fins deste Apenso, a unidade atualmente referida como Monte Dourado deverá ser compreendida em conjunto com a futura transferência operacional para Laranjal do Jari/AP, caso implementada no curso da contratação. Nessa hipótese, a alteração



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

do endereço operacional não implicará modificação dos quantitativos previstos para a unidade, nem ônus adicional à CONTRATANTE, desde que preservado o escopo funcional originalmente estimado.

Belém, 11 de maio de 2026

**BRUNO GONÇALVES RODRIGUES**

Técnico Judiciário - Área Administrativa





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

 **BRUNO GONÇALVES RODRIGUES**  
11/05/2026 11:29

## **APENSO V - RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES DO TRT8**

1. O presente Apenso consolida a relação oficial dos endereços das unidades administrativas e judiciárias do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, situadas nos Estados do Pará e do Amapá, que compõem o escopo de atendimento da solução de telefonia em nuvem (UCaaS/VoIP) objeto desta contratação.
2. A listagem apresentada fundamenta o planejamento técnico da implantação, especialmente no que se refere:
  - 2.1. à distribuição física dos ramais previstos no Termo de Referência;
  - 2.2. à logística de instalação e configuração dos equipamentos terminais IP (hardphones), bem como dos respectivos acessórios e soluções de alimentação PoE, quando aplicável;
  - 2.3. à execução da fase de Planejamento e Implantação prevista no cronograma contratual;
  - 2.4. à definição dos pontos de ativação, portabilidade numérica e testes de conectividade;
3. A relação de endereços também subsidia:
  - 3.1. a estratégia de contingência e redundância operacional;
  - 3.2. a organização do suporte técnico descentralizado;
  - 3.3. a apuração de prazos de atendimento previstos no SLA;
4. Ressalta-se que a solução contratada deverá atender integralmente todas as unidades listadas neste Apenso, observando-se os requisitos técnicos estabelecidos nas Especificações Técnicas do Termo de Referência, especialmente quanto à disponibilidade mínima projetada de 99,5%, latência, jitter e requisitos de compatibilidade com a infraestrutura existente.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

CIDADE	UNIDADE	ENDEREÇO
Abaetetuba	1ª Vara do Trabalho de Abaetetuba	Travessa D. Pedro II, 668 - Bairro Central - Abaetetuba, CEP: 68440-000
	2ª Vara do Trabalho de Abaetetuba	Rod. Dr. João Miranda, nº 1984, Sta Rosa, CEP: 68440-000, Abaetetuba
Ananindeua	Fórum Trabalhista de Ananindeua	Av. Cláudio Sanders, 677 - Estrada do Maguari - Centro, CEP: 67033-010
	Arquivo Geral e Depósito Público do TRT8	Av. Cláudio Sanders, 1110 - Centro, Ananindeua - PA, 67030-445
Altamira	Vara do Trabalho de Altamira	Av. Presidente Tancredo Neves, 2776, Independente II, CEP: 68372-060, Altamira
Belém	Anexos I,II,III,IV e V, Prédio Sede	Tv. Dom Pedro I, nº 698, 2º andar, Umarizal, CEP: 66050-100
	Depósito Manoel Evaristo	Tv. Manoel Evaristo, 216 - Umarizal, Belém - PA, 66050-290
Breves	Vara do Trabalho de Breves	Praça Três de Outubro, nº 5, CEP: 68800-000, Breves - PA
Capanema	Vara do Trabalho de Capanema	Av. Barão de Capanema, 952 - Centro - CEP: 68700-005 - Capanema
Castanhal	Fórum Trabalhista de Castanhal	Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 1.500 - Cristo Redentor, CEP: 68741-000
Itaituba	Vara do Trabalho de Itaituba	Trav. Justo Chermont, nº 126 - Centro, CEP: 68180-620 - Itaituba
Marabá	1ª Vara do Trabalho de Marabá	Folha - 31, Quadra 7, Lote 4 a 6- Bairro Nova Marabá, CEP: 68507-590
	2ª Vara do Trabalho de Marabá	
	3ª Vara do Trabalho de Marabá	Folha - 31, Quadra 7, Lote 01- Bairro Nova Marabá - CEP: 68.507-590
	4ª Vara do Trabalho de Marabá	
Monte Dourado*	Vara do Trabalho de Monte Dourado	Rua 100, S/N, Centro Adm. Federal, BL. D, Área Industrial – Monte Dourado, CEP: 68240-000
Laranjal do Jari*	Futuro endereço operacional da Vara do Trabalho de Monte Dourado	Av. Tancredo Neves, S/N, Agreste, Laranjal do Jari/AP, CEP 68920-000
Óbidos	Vara do Trabalho de Óbidos	Trav. Bom Jesus, 273 - Centro - Óbidos, CEP: 68250-000
Paragominas	Vara do Trabalho de Paragominas	Rua Bernardo Saião, 301, Célio Miranda, CEP: 68625-150, Paragominas - PA
Parauapebas	Fórum Trabalhista de Parauapebas	Rua C, nº Lote 27, Quadra 32, Cidade Nova, Parauapebas - PA, CEP: 68515-000
Redenção	Vara do Trabalho de Redenção	Av. Independência, nº 91 - Núcleo Urbano -



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

		CEP: 68553-055 - Redenção
<b>Santa Izabel</b>	Vara do Trabalho de Santa Izabel	Av. 7 de Janeiro, 1962 - Juazeiro, CEP: 68790-000 - Santa Izabel do Pará
<b>Santarém</b>	Fórum Trabalhista de Santarém	Av. São Sebastião, nº 350, Prainha, CEP: 68005-105, Santarém
<b>São Félix do Xingú</b>	Vara do Trabalho de São Félix do Xingú	Av. 22 de Março, nº 870, Centro – São Félix do Xingú - CEP: 68380-000
<b>Tucuruí</b>	Vara do Trabalho de Tucuruí	Av. Cel. Rdo. Veridiano Cardoso, 03 - Centro, CEP: 68456-760 - Tucuruí
<b>Xinguara</b>	Vara do Trabalho de Xinguara	Rua Guajajaras, 118, Centro, CEP: 68555-161, Xinguara
<b>Macapá</b>	Fórum Trabalhista de Macapá	Rua Tocantins, s/n, Rod. Norte-Sul, Infraero, Macapá, CEP: 68906-058

5. Para fins deste Apenso, a Vara do Trabalho de Monte Dourado terá seu endereço operacional futuramente transferido para o Município de Laranjal do Jari/AP, conforme planejamento institucional da CONTRATANTE. Nessa hipótese, a alteração superveniente do endereço não afastará a obrigação da CONTRATADA de implantar, manter ou remanejar a solução no novo local, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, desde que preservados o escopo funcional da unidade e os quantitativos contratados.

Belém, 11 de maio de 2026

**BRUNO GONÇALVES RODRIGUES**

Técnico Judiciário - Área Administrativa



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

BRUNO  
GONÇALVES  
RODRIGUES  
11/05/2026 11:35

## **APENSO VI - CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE TESTE DE BANCADA**

### **1. FINALIDADE DO TESTE DE BANCADA**

- 1.1. O Teste de Bancada tem por finalidade verificar, de forma objetiva, prática e verificável, o atendimento integral aos requisitos técnicos e funcionais mínimos estabelecidos neste Termo de Referência para a solução UCaaS/VoIP ofertada pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

### **2. NATUREZA E CONDIÇÃO DE ACEITABILIDADE**

- 2.1. O teste de Bancada:
  - 2.1.1. terá caráter eliminatório;
  - 2.1.2. será realizado com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar;
  - 2.1.3. constitui condição obrigatória para a aceitabilidade da proposta e para o prosseguimento do certame.
- 2.2. A reprovação implicará a desclassificação da proposta, com convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

### **3. CONVOCAÇÃO**

- 3.1. A convocação será realizada por meio eletrônico oficial, com confirmação de recebimento, indicando:
  - 3.1.1. data;
  - 3.1.2. horário;
  - 3.1.3. local;
  - 3.1.4. roteiro de execução;
  - 3.1.5. prazo máximo para realização do teste.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 3.2. A convocação deverá ser realizada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data designada para a realização do Teste de Bancada.
- 3.3. O Teste de Bancada será realizado de forma presencial, nas dependências indicadas pela CONTRATANTE.

#### **4. LOCAL E INFRAESTRUTURA**

- 4.1. O Teste de Bancada será realizado nas dependências da CONTRATANTE, situadas na Travessa Dom Pedro I, nº 746, bairro Umarizal, CEP 66050-100, Belém/PA, ou em outro local previamente informado no ato de convocação.
- 4.2. Compete à CONTRATANTE disponibilizar acesso à internet e à infraestrutura básica de rede necessária à execução do roteiro.
- 4.3. Compete integralmente à licitante:
  - 4.3.1. disponibilizar todos os equipamentos, dispositivos, hardphones, softphones, aplicativos móveis, licenças temporárias, acessos, softwares, contas de demonstração, conectividade necessária ao funcionamento da solução, manuais e demais recursos indispensáveis à execução integral do roteiro;
  - 4.3.2. assegurar a presença de equipe técnica qualificada;
  - 4.3.3. garantir o pleno funcionamento da solução durante o período do teste.
- 4.4. O Teste de Bancada deverá ser executado em ambiente de homologação, demonstração ou sandbox, vedada a utilização de base produtiva da CONTRATANTE. Eventuais cadastros, gravações, relatórios, listas telefônicas e demais dados utilizados no teste deverão ser fictícios, anonimizados ou mascarados, de forma a não expor dados pessoais ou informações institucionais sensíveis.
- 4.5. O Teste de Bancada será realizado sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

## **5. ESCOPO DA VERIFICAÇÃO**

- 5.1. A verificação será realizada exclusivamente com base nas Tabelas constantes deste Apenso, que consolidam os requisitos técnicos e funcionais mínimos previstos no Termo de Referência.
- 5.2. Os itens constantes das Tabelas deverão ser demonstrados de forma prática e verificável, mediante execução real das funcionalidades, vedada a mera apresentação de material publicitário, vídeos previamente gravados ou declarações não demonstradas.

## **6. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO**

- 6.1. Cada item constante das Tabelas será avaliado de forma objetiva, com registro em campo próprio, conforme as opções:
  - 6.1.1. Atende
  - 6.1.2. Não Atende
- 6.2. Será considerada aprovada no Teste de Bancada a licitante que demonstrar o atendimento integral e inequívoco de todos os requisitos obrigatórios constantes das Tabelas.
- 6.3. A não comprovação de qualquer requisito obrigatório implicará reprovação e consequente desclassificação da proposta.
- 6.4. Não será admitido atendimento parcial, condicionado, simulado por promessa de customização posterior, ou dependente de desenvolvimento futuro não demonstrado no ato do teste.

## **7. VEDAÇÃO DE ALTERAÇÕES**

- 7.1. Após o início do Teste de Bancada, ficam vedadas:
  - 7.1.1. alteração de código-fonte;
  - 7.1.2. atualização de versão da solução apresentada;
  - 7.1.3. aplicação de correções estruturais (patch);
  - 7.1.4. substituição da plataforma originalmente ofertada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

- 7.2. Serão admitidos apenas ajustes de configuração necessários à execução do roteiro, desde que não impliquem modificação estrutural da solução.
- 7.3. A constatação de alteração indevida implicará desclassificação imediata, mediante registro em ata.

## **8. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- 8.1. O Teste de Bancada deverá ser concluído no prazo máximo de 01 (um) dia útil, podendo a Fiscalização, de forma justificada, estender o prazo exclusivamente para finalização de demonstrações iniciadas.

## **9. REGISTRO E FORMALIZAÇÃO**

- 9.1. Ao término do Teste de Bancada será elaborado:
- 9.1.1. Relatório Técnico Circunstanciado;
  - 9.1.2. Ata de avaliação.
- 9.2. Os documentos deverão conter:
- 9.2.1. identificação dos participantes;
  - 9.2.2. registro individual do resultado de cada item avaliado;
  - 9.2.3. eventuais ocorrências relevantes;
  - 9.2.4. conclusão final quanto à aprovação ou reprovação.
- 9.3. Poderão ser anexados ao Relatório Técnico Circunstanciado e à Ata de avaliação capturas de tela, logs, relatórios extraídos da solução, fotografias dos equipamentos demonstrados e demais evidências técnicas pertinentes, de modo a conferir rastreabilidade e robustez à conclusão adotada.

## **10. INTERCORRÊNCIAS**

- 10.1. Eventuais falhas comprovadamente atribuíveis à infraestrutura disponibilizada pela CONTRATANTE poderão ensejar uma única repetição pontual do item diretamente afetado, mediante registro formal





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

em ata, sem que isso configure nova oportunidade integral de realização do Teste de Bancada.

TESTE DE BANCADA - SISTEMA DE GESTÃO				
TABELA 01				
Id.	Requisito Técnico – Sistema de Gestão	Evidência Verificada (Descrição objetiva do teste realizado)	Atende	Não Atende
1	Gerenciamento integral via interface Web, sem necessidade de instalação local.			
2	Configuração de, no mínimo, 5 perfis de usuários com diferentes níveis de permissão.			
3	Dashboards em tempo real contendo, no mínimo: chamadas em curso, ramais ativos, chamadas perdidas e tempo médio de atendimento.			
4	Logs de eventos com totalizador por período (mês/ano), registro de início e fim de ocorrências e detalhamento técnico.			
5	Indicação visual de disponibilidade de ramais (disponível, ocupado, indisponível).			
6	Visualização de todos os ramais com identificação de número, nome, setor e local.			
7	Exportação de relatórios em formato PDF ou CSV.			
8	Visualização de chamadas em curso com identificação de origem, destino e duração.			
9	Visualização de consumo de minutagem por perfil de tráfego com detalhamento diário e mensal.			
10	Consulta à lista telefônica pública e privada com filtros por nome, setor ou ramal.			
11	Emissão de relatórios contendo, no mínimo: disponibilidade da solução, disponibilidade por ramal, chamadas realizadas e recebidas, atendidas e não atendidas.			
12	Demonstração de quantidade de chamadas por ramal, discriminadas por perfil de tráfego e data.			
13	Relatório de tráfego identificando horários de pico.			
14	Relatório consolidado de minutagem por perfil de tráfego, mês a mês, abrangendo no mínimo os			



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP  
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP

	últimos 6 meses.			
15	Criação e edição de grupos de atendimento e filas com definição de prioridades e tempo de espera.			
16	Migração de usuários ou grupos de ramais com notificação das implicações da realocação.			
17	Comunicação segura via TLS/SRTP e autenticação criptografada.			
18	Comprovação de hospedagem em datacenter localizado no Brasil, com redundância e SBC nacional.			
19	Demonstração de conformidade com a LGPD quanto à gravação, retenção e exclusão de dados.			
20	Ferramenta de monitoramento que permita aferição da disponibilidade mínima contratual de 99,5%, conforme a metodologia de apuração da disponibilidade prevista no Acordo de Nível de Serviço (SLA) do Termo de Referência.			

**TESTE DE BANCADA - FUNCIONALIDADES DOS RAMAIS**

**TABELA 02**

<b>Id.</b>	<b>Requisito Técnico – Ramais e Softphone</b>	<b>Evidência Verificada (Descrição objetiva do teste realizado)</b>	<b>Atende</b>	<b>Não Atende</b>
1	Captura de chamadas (pickup group).			
2	Bloqueio de ramal por senha.			
3	Função “Não perturbe”.			
4	Transferência cega, assistida e de três vias.			
5	Função Chefe-Secretária.			
6	Conferência de voz com até 15 participantes simultâneos.			
7	Captura direcionada de chamadas.			
8	Música em espera configurável.			
9	Ramal multi-dispositivo (até 5 dispositivos simultâneos).			
10	Toque simultâneo em dispositivos vinculados ao mesmo ramal.			
11	Configuração de plano de chamadas por usuário.			
12	Discagem interna entre unidades geograficamente			



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - COMAP**  
**DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS - DIMIP**

	distintas.			
13	Desvio incondicional.			
14	Desvio em caso de ocupado.			
15	Desvio por não atendimento.			
16	Desvio quando indisponível/offline.			
17	Identificação de chamadas (BINA).			
18	Redisca chamadas perdidas.			
19	Ocultação de número de origem (número A).			
20	Bloqueio de chamadas LDN, LDI, celulares e prefixos específicos.			
21	Atendimento via Softphone com qualidade equivalente ao aparelho IP.			
22	Compatibilidade com Windows, iOS e Android, permitindo múltiplos dispositivos por usuário.			
23	Publicação oficial em App Store e Google Play.			
24	Monitoramento de presença em tempo real.			
25	Configuração de privacidade de status de presença.			
26	Alternância de dispositivo durante chamada sem interrupção.			
27	Transferência entre dispositivos preservando áudio e histórico.			
28	Retenção (hold) com música configurável.			
29	Criptografia ponta a ponta (E2EE) nas comunicações suportadas.			

Belém, 11 de maio de 2026

**BRUNO GONÇALVES RODRIGUES**

Técnico Judiciário - Área Administrativa



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA ESCRITA

Prezados Senhores,

A Empresa....., situada à.....(endereço completo), inscrita no CNPJ ..... CONTA CORRENTE:..... BANCO(COD):..... AGÊNCIA(COD):....., e telefones/fax para contatos: ....., por intermédio de seu representante legal, nome, estado civil, profissão, cargo na empresa, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail, para os fins do **Pregão Eletrônico nº. 90009/2026**, e após examinar todas as cláusulas e condições, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos.

Declaramos concordar com os prazos previstos, como também, com as demais condições previstas no **Termo de Referência - Anexo I** do edital.

Declaramos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados, com a finalidade de otimização e redução de custos e as despesas decorrentes da execução do objeto.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de ..... **(mínimo de 60 dias)**, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaramos que os itens abaixo serão prestados de acordo com suas respectivas especificações técnicas detalhadas no ANEXO I- Termo de referência.

Declaramos que o valor UNITÁRIO e GLOBAL de nossa proposta está detalhado conforme tabela abaixo:

PROPOSTA COMERCIAL						
LOTE/GRUPO I						
DESCONTO PERCENTUAL OFERTADO: XX %						
Item	Serviço	Qtd.	Unidade	Valores da Proposta com aplicação do desconto percentual em relação aos valores estimados da contratação		
				Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	Serviços de telefonia em voz sobre IP (VoIP) em nuvem	600	ramais			



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

<b>2</b>	Chamada de Longa Distância Internacional (LDI)	30	minutos			
<b>3</b>	Assinatura Mensal de número 0800	1	assinatura			
<b>4</b>	Treinamento ou solução	3	eventos			
<b>TOTAL DO GRUPO/LOTE I DA PROPOSTA COMERCIAL (com aplicação do desconto percentual em relação ao valor estimado da contratação)</b>						

....., ..... de..... de 2026.

**Responsável da Empresa**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

**ANEXO III**

**MODELO DE CONTRATO TRT Nº XXX/2026**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA EM VOZ SOBRE IP (VOIP) EM NUVEM, NA MODALIDADE UNIFIED COMMUNICATIONS AS A SERVICE (UCAAS), BASEADOS NO PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE 600 LINHAS COM NUMERAÇÃO DID/DDI, PERMITINDO O USO SIMULTÂNEO DE ATÉ 5 DISPOSITIVOS POR RAMAL/LICENÇA, INCLUINDO LICENÇAS CORRESPONDENTES, TRONCOS SIP/SBC, PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO COM CONTROLE DE PERMISSÕES E SEGREGAÇÃO DE PERFIS, MONITORAMENTO E RELATÓRIOS, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**CONTRATANTES:** A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, inscrito no Ministério da Fazenda, sob o nº 01.547.343/0001-33, com sede na Trav. D. Pedro I, nº 746, Bairro: Umarizal, Belém-Pará, CEP: 66.050-100, e a Empresa xxxxxxxx, doravante denominados, respectivamente, TRIBUNAL e CONTRATADA.

**REPRESENTANTES:** O(A) Sr(a). xxxxxxxxx, RG: xxxxxxxx - SEGUP/PA, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, **Exmº.(a) Presidente(a) do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**, representa a UNIÃO, e o(a) Sr(a). xxxxxxxx, C.P.F. Nº xxxxxxxx, residente e domiciliado(a) à xxxxxxxx, representa a CONTRATADA.

**SEDE E REGISTRO DA CONTRATADA:** A CONTRATADA é estabelecida na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxx, na Rua xxxxxxxx e está inscrita no Ministério da Fazenda, sob o nº xxxxxxxx, Inscrição Estadual nº xxxxxxxx.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO DO CONTRATO.**

1.1. Este Contrato decorre da Licitação realizada, através do **Pregão Eletrônico nº 90009/2026, Processo T.R.T. Nº 5048/2025**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, e da Lei nº 8.078/1990.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO.**

2.1. O Presente instrumento tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia em voz sobre IP (VoIP) em nuvem, na modalidade Unified Communications as a Service (UCaaS), baseados no protocolo SIP, com fornecimento de 600 linhas com numeração DID/DDI, permitindo o uso simultâneo de até 5 dispositivos por ramal/licença, incluindo licenças correspondentes, troncos SIP/SBC, portal**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

de administração com controle de permissões e segregação de perfis, monitoramento e relatórios, conforme especificações técnicas, condições e prazos definidos no **ANEXO I - Termo de Referência** deste contrato, que são partes integrantes deste instrumento e na proposta comercial, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR.**

**3.1.** O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ ... (...), correspondente aos valores detalhados na(s) tabela(s) abaixo:

LOTE/GRUPO I						
DESCONTO PERCENTUAL OFERTADO: XX %						
Item	Serviço	Qtd.	Unidade	Valores da Proposta com aplicação do desconto percentual em relação aos valores estimados da contratação		
				Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	Serviços de telefonia em voz sobre IP (VoIP) em nuvem	600	ramais			
2	Chamada de Longa Distância Internacional (LDI)	30	minutos			
3	Assinatura Mensal de número 0800	1	assinatura			
4	Treinamento solução	3	eventos			
TOTAL DO GRUPO/LOTE I DA PROPOSTA COMERCIAL (com aplicação do desconto percentual em relação ao valor estimado da contratação)						

**3.2.** As especificações técnicas dos itens contratados estão detalhadas em suas respectivas descrições no **ANEXO I - Termo de Referência e seus apensos** que integram este contrato, independentemente de transcrição.

**3.3.** Nos valores acima consignados já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços de montagem, encargos sociais, trabalhistas, seguros,





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato e seu anexo.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**4.1.** As despesas decorrentes do presente Contrato correrão, conforme segue:



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA( ORÇAMENTO, FINANÇAS E PAGAMENTOS) - SEADM**  
ADEQUAÇÃO DE DESPESA 0800032026AD000657  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO

Juntado em 27/

Exercício Orçamentário	2026	
Processo Administrativo	5048/2025	
Programa	167951	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas
Fonte	1000000000	
Elemento de Despesa	3.3.90.40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ
Descrição	FAVORECIDO: A DEFINIR  OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA EM VOZ SOBRE IP (VoIP) EM NUVEM, NA MODALIDADE UNIFIED COMMUNICATIONS AS A SERVICE (UCaaS), BASEADOS NO PROTOCOLO SIP, CONFORME DETALHADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.  TIPO DE EMPENHO: ESTIMATIVO.	
Valor	R\$ 149.457,00	
Saldo		

Itens da Adequação					
Núm.	Descrição	Subitem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE TELEFONIA EM VOZ SOBRE IP (VoIP) EM NUVEM, CHAMADA DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI) E ASSINATURA MENSAL DE NÚMERO 0800, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.	14	7,00	R\$ 20.751,00	R\$ 145.257,00
2	TREINAMENTO PARA OPERAÇÃO DA SOLUÇÃO.	20	3,00	R\$ 1.400,00	R\$ 4.200,00

BELÉM, 27/03/2026

**CLÁUSULA QUINTA - DOS LOCAIS, PRAZOS E PROCEDIMENTOS NA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO.**

**5.1.** O objeto deste contrato deverá ser executado nos prazos e procedimentos previstos no **ANEXO I - Termo de Referência e seus apensos**, que são partes integrantes deste contrato, independente de transcrição.

**5.2.** Os locais de execução do objeto deste contrato estão previstos no **subitem 19.8 do ANEXO I - Termo de Referência e constante do seu Apenso V**, que é parte integrante deste contrato, independente de transcrição, e, quando aplicável, nas dependências da CONTRATADA para operações remotas, monitoramento e suporte.

**5.3.** A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, **regular-se-ão** pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

disposições de direito privado (Art. 89 c/c Inc. III, Art. 92 ambos da Lei 14.133/2021)

**5.4.** O contrato **deverá ser executado fielmente pelas partes**, de acordo com as cláusulas nele avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial; outrossim, observando-se rigorosamente as **especificações e exigências** nele definidas e no **Anexo I - Termo de Referência e seus Apenso**s.

**5.5.** Quaisquer alterações contratuais somente poderão ser aqui introduzidas com observância no que for compatível ao objeto deste contrato.

**5.6.** Os **atrasos** na execução do objeto deste Contrato somente serão justificáveis quando decorrerem de **casos fortuitos ou de força maior** conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou por força de fatos relacionados com o TRIBUNAL.

**5.6.1.** Na ocorrência de tais fatos, os **pedidos de prorrogação** deverão ser encaminhados a FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento**.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.**

**6.1.** O prazo de **vigência da contratação é de 5 (cinco) anos**, contados do(a) assinatura do contrato na forma do **artigo 105 da Lei nº 14.133/2021**, conforme previsto no **item 8 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, e poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que, em conformidade com o art. 107, da Lei nº 14.133/2021, sejam atestadas as condições estabelecidas e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**6.1.1.** A contagem do prazo de vigência tem eficácia, após a publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) que é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (Inc. I, Art. 94, Lei nº 14.133/2021).

**6.2.** Quanto ao início da prestação dos serviços objeto deste contrato, estes deverão ser iniciados pela CONTRATADA, nos moldes dos termos constantes do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS DO TRIBUNAL (CONTRATANTE).**

**7.1.** A contratante atenderá as obrigações previstas **no item 9 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA OITAVA - ENCARGOS DA CONTRATADA.**

**8.1.** A contratada atenderá as obrigações previstas **no item 10 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS, FISCAIS E GERAIS.**

**9.1.** À CONTRATADA caberá, ainda:

**9.1.1.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRIBUNAL;

**9.1.2.** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação do objeto ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do TRIBUNAL;

**9.1.3.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

**9.1.4.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Contrato.

**9.2.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste item contratual, não transfere à Administração do TRIBUNAL a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o TRIBUNAL.

**9.3.** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal durante a vigência deste Contrato.

**9.4.** É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal.

**9.5. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, salvo quando expressamente autorizada pela Administração em casos excepcionais, mediante justificativa técnica e prévia anuência formal.**

**9.5.1.** Na hipótese de autorização, a CONTRATADA permanecerá inteiramente responsável pelo cumprimento integral das obrigações assumidas, bem como pela qualidade, continuidade e segurança dos serviços prestados, respondendo solidariamente por eventuais falhas, danos, prejuízos ou descumprimento contratual decorrentes da atuação da subcontratada.

**9.5.2.** Fica igualmente vedada a cessão ou transferência do contrato a terceiros, a qualquer título, sem a anuência formal da Administração.

**9.6.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da **Resolução nº. 07/2005 do CNJ**. A vedação contida na **Resolução nº. 07/2005 do CNJ** não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da **Resolução nº. 229/2016 do CNJ**.

**9.7.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do **Art. 1º e 2º da Resolução nº. 156/2012 do CNJ**.

**9.8.** A CONTRATADA deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

e pagamento, por meio do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>;

9.9. A CONTRATADA terá acesso a um guia detalhado das funcionalidades do sistema SIGEO - JT pelo link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

10.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, **regular-se-ão** pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado (Art. 89 c/c Inc. III, Art. 92 ambos da Lei 14.133/2021)

10.2. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e gestão de solução de comunicação em nuvem baseada em tecnologia VoIP (Voz sobre IP), na modalidade Unified Communications as a Service (UCaaS), visando assegurar a plena disponibilidade, qualidade e confiabilidade da infraestrutura de telefonia corporativa do TRT da 8ª Região.

10.3. O cronograma de implantação e Integração da solução UcaaS/VoIP do TRT8, com fases, marcos, prazos e responsáveis, a partir da data de assinatura deste contrato estão descritos **no item 20 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

10.4. As rotinas de manutenção preventiva e corretiva, materiais a serem disponibilizados, os relatórios e disposições complementares, encontram-se descritos nos **itens 21 ao 24 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

10.5. O modelo de execução dos serviços objeto deste edital, bem como a descrição dos serviços encontram-se nos **itens 18 e 19 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.**

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente **formalmente designados pela CONTRATANTE** conforme requisitos estabelecidos no **art. 7º da Lei nº 14.133/2021**, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, aos quais compete **acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar** a prestação do objeto, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem;

11.2. A fiscalização adotará os **seguintes mecanismos** para realizar a **comunicação** com a CONTRATADA:

- a) Via telefone;
- b) Via ofício ou notificação;
- c) Via e-mail;
- d) Via presencial.

11.3. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao objeto;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**11.4.** Durante a execução do objeto deste contrato, fica reservada à Equipe de Gerenciamento do Contrato a autonomia para decidir sobre quaisquer casos que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e APENSOS do edital**, ou, ainda, nas disposições deste decorrente Instrumento Contratual;

**11.4.1.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO deverão ser encaminhadas a seus superiores hierárquicos em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

**11.5.** A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a seu critério, realizar inspeções periódicas com o fim de verificar o cumprimento das especificações constantes do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e APENSOS do edital**;

**11.6.** A fiscalização e o acompanhamento do objeto deste contrato não reduz nem exime as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o TRT8 ou terceiros quanto aos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

**11.7.** Qualquer tolerância por parte da Equipe de Gerenciamento do Contrato em relação ao estabelecido no contrato não implicará em alteração de cláusulas ou condições pactuadas;

**11.8.** A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá exigir que a CONTRATADA estabeleça novos procedimentos administrativos, visando aprimoramento de controles e melhoria da rotina e da qualidade da prestação do objeto;

**11.9.** A FISCALIZAÇÃO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário à regularidade das faltas ou defeitos observados.

**11.10.** A FISCALIZAÇÃO poderá sustar qualquer trabalho/serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que esta medida se tornar necessária.

**11.11.** O Gestor do contrato será auxiliado pelos **órgãos de assessoramento jurídico** e de **controle interno do Tribunal**, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (§ 3º, Art. 117, Lei 14.133/2021).

**11.12.** O contratado será obrigado a **reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**11.13.** Na hipótese de ocorrência de **caso fortuito ou de força maior** que tenha o condão de motivar o atraso na prestação do objeto no prazo previsto neste Instrumento, deve a CONTRATADA submeter os fatos, por escrito, à FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a execução do objeto do Contrato.

**11.14.** A Fiscalização contratual atuará com base no modelo de gestão definido no Manual de Gestão e fiscalização de Contratos Administrativos, constante no endereço:

[https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governança/manual\\_com\\_portaria.pdf](https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governança/manual_com_portaria.pdf)





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**11.14.1.** Nos termos do **Manual de Gestão de Contratos Administrativos do TRT8** será **designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização** para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

**11.14.1.1.** O **Fiscal do Contrato** deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, seu(s) anexo(s)/apenso(s) e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

**11.15.** O **acompanhamento e a fiscalização** da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do(s) objeto(s) e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**.

**11.16.** Compete ao(s) FISCAL(IS) TÉCNICO(S) auxiliar(em) o GESTOR DO CONTRATO no exercício de suas funções, recaiando a indicação preferencialmente em servidor lotado nas unidades servidas pelos postos terceirizados.

**11.17.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**11.18.** A avaliação da execução do objeto será realizada pela Administração com base no cumprimento integral dos serviços contratados, independentemente de transcrição.

**11.19.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de disponibilizar os recursos técnicos e humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**11.19.1.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Disponibilidade do serviço em conformidade com os níveis de serviço (SLA) contratados;
- b) Entrega de relatórios de desempenho e funcionamento da solução, quando solicitados;
- c) Cumprimento dos prazos para resolução de incidentes e chamados de suporte;
- d) Realização das atualizações e manutenções corretivas e evolutivas previstas;
- e) Execução das ações de transição, treinamento e transferência de conhecimento, quando aplicáveis.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**11.20.** A gestão do contrato deve seguir o estabelecido no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do TRT 8ª Região, aprovado pela Portaria PRESI nº 636/2018.

**11.21.** O gerenciamento e a fiscalização do contrato serão exercidos por meio de representantes formalmente designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem acerca da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

**11.22.** A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas aos serviços.

**11.23.** Durante a execução dos serviços, fica reservada à Equipe de Gerenciamento do Contrato a autonomia para decidir sobre quaisquer casos que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste Termo de Referência, ou, ainda, nas disposições do decorrente Instrumento Contratual;

**11.24.** A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a seu critério, realizar inspeções periódicas com o fim de verificar o cumprimento das especificações constantes do presente Termo de Referência;

**11.25.** A fiscalização e o acompanhamento dos serviços não reduz nem exime as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o TRT8 ou terceiros;

**11.26.** Qualquer tolerância por parte da Equipe de Gerenciamento do Contrato em relação ao estabelecido no contrato não implicará alteração de cláusulas ou condições pactuadas;

**11.27.** A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá exigir que a CONTRATADA estabeleça novos procedimentos administrativos, visando aprimoramento de controles e melhoria da rotina e da qualidade dos serviços;

**11.28.** Definição de papéis e responsabilidades da equipe de Gerenciamento do Contrato:

<b>PAPEL</b>	<b>RESPONSABILIDADES</b>
Fiscal Técnico	Fiscalizar a execução física do Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução, acompanhando a execução física do Contrato e seus aspectos funcionais, inclusive, a prestação de serviços relativos à garantia técnica;
	Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
	Representar o TRT8 nas questões técnicas e operacionais do Contrato;
	Prestar informações técnicas ao Gestor, para possibilitar a análise administrativa e financeira do Contrato;
	Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, informando a data e o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos;
	Relatar, por escrito, ao Gestor qualquer fato que gere atraso ou impossibilidade de





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

	cumprimento do Contrato.
Gestor do Contrato	Representar a Unidade Demandante do TRT8 acompanhando toda a execução do Contrato;
	Gerenciar a execução do Contrato;
	Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
	Representar o TRT8 nas questões administrativas e financeiras;
	Prestar informações técnicas necessárias à análise administrativa e financeira do Contrato.
Preposto	Representar a empresa contratada;
	Acompanhar a execução do Contrato e atuar como principal interlocutor junto ao TRT8, participando, inclusive, das reuniões para as quais for convocado;
	Receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas no curso da execução contratual.

**11.29.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**11.30.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**11.31.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**11.32.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**12.1.** As aquisições dos serviços objeto deste contrato serão orientadas a partir dos requisitos referentes a especificações técnicas e condições de fornecimento constantes no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e seus APENSOS**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO.**

**13.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto nesta seção.

**13.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

**13.2.1** não produziu os resultados acordados;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

13.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

13.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o **Apenso III do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

13.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **conforme tabela de cronograma com prazos, constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E APENSOS,** pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

13.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

13.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

13.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

13.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

13.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

13.10.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

13.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

13.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

13.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**13.16.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**13.17.** Os serviços serão **recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**13.17.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**13.17.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**13.17.3** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**13.17.4** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

**13.17.5** Enviar a documentação pertinente a Coordenadoria de Orçamento e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**13.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**13.19.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**13.20.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**13.21.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**13.22.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**13.23.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**13.24.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**13.25.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**13.26.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**13.26.1** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**13.26.2** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**13.27.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**13.28.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**13.29.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**13.30.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**13.31.** Os serviços serão **recebidos definitivamente conforme tabela de cronograma constante do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**13.31.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**13.31.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**13.31.3** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**13.31.4** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

**13.31.5** Enviar a documentação pertinente a Coordenadoria de Orçamento e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**13.32.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à **parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.**

**13.33.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**13.34.** O **recebimento provisório ou definitivo** não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço objeto deste contrato nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste instrumento contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou neste contrato.

**13.35.** A **atestação** de que trata a Cláusula seguinte deste Contrato será **realizada logo após o recebimento definitivo** de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ATESTAÇÃO.**

**14.1.** A atestação do objeto do Contrato caberá ao servidor designado pelo Diretor(a)-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para **acompanhar, orientar e fiscalizar** a execução contratual, denominado FISCALIZAÇÃO.

**14.2.** A FISCALIZAÇÃO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**14.3.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, **cabendo à fiscalização NÃO ATESTAR a última e/ou única verificação de produtos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório,** conforme consta do **ANEXO I - Termo de Referência do edital** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LIQUIDAÇÃO.**

**15.1.** Recebidos o **relatório técnico e a Nota Fiscal** ou documento de cobrança equivalente, **correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação,** prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**15.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**15.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**15.4.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

**15.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**15.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**15.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**15.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**15.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO.**

**16.1.** O pagamento será efetuado, **em parcelas MENSAIS**, mediante apresentação de **relatório técnico e nota fiscal**, condicionados ao aceite da contratante, no prazo máximo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos **da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.**

**16.2.** **As notas fiscais** deverão ser enviadas pelo contratado por meio do sistema **SIGEO**, para fins de processamento e pagamento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**16.2.1** O Contratado fica obrigado a efetuar o cadastro no SIGEO como fato condicionante ao pagamento.

**16.2.2.** A contratada deverá efetuar o cadastro no **Portal do SIGEO JT** para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.

**16.2.3.** Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda> a contratada terá acesso ao **link do SIGEO - JT** e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema, podendo acessar, também, o link, <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal> externo, a fim de proceder o cadastro.

**16.3.** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

**16.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**16.5.** Quando dos pagamentos, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**16.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**16.7.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, os pagamentos ficarão condicionados à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**16.8.** Será exigido a comprovação, por parte da contratada, da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, sob pena de violação do disposto no **§ 3º do art. 195 da Constituição Federal**;

**16.8.1.** Será exigido do contratado, manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**16.8.2.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada na pendência da atestação de conformidade da prestação do serviço, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

**16.8.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, conforme consta do **Art. 143 da Lei 14.133/2021**.

**16.8.4.** O setor competente para proceder o pagamento deve, antes, realizar a liquidação, observando a **CLÁUSULA DA LIQUIDAÇÃO**.

**16.9.** O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentandose os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

**16.10.** Nenhum pagamento será efetuado a contratada na pendência da atestação de conformidade da prestação do objeto deste contrato, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

**16.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**16.12.** No caso de **controvérsia** sobre a execução do objeto, quanto a **dimensão, qualidade e quantidade**, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, conforme consta do **Art. 143 da Lei 14.133/2021**.

**16.13.** Caso ocorra atraso no pagamento da fatura, por estas estarem em desacordo com as exigências contratadas, o prazo começará a contar a partir da regularização da mesma.

**16.14.** As faturas emitidas para pagamento deverão conter somente as despesas relativas ao objeto do Contrato.

**16.14.1.** **As faturas que apresentarem outras despesas** relativas ao objeto que **não** sejam o **objeto contratado**, serão devolvidas para fins de regularização; outrossim, havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**16.15.** O Tribunal **poderá deduzir do montante a pagar** os valores correspondentes a **multas aplicadas e indenizações cabíveis** devidas pela contratada, nos termos do Edital; e, caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo Tribunal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**16.16.** Registra-se que o presente serviço observa as condições e procedimentos semelhantes às do setor privado.

**16.17.** Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **contratada não tenha concorrido de alguma forma** para tanto, fica convencionado que a **taxa de atualização e compensação financeira** devida pelo Tribunal, terá a aplicação da **seguinte fórmula**:

**EM:  $I \times N \times VP$**

Onde:

**EM=** Encargos moratórios

**N=** Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data efetiva de pagamento

**VP=** Valor da parcela a ser paga

**I =** Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

**I= ( T/100)/365** I= 0,0001644

**TX=** Percentual da taxa anual= %

**16.17.1.** A atualização e compensação de que trata este subitem será devida no momento do pagamento.

**16.18.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação do objeto deste instrumento contratual;

**16.19.** A CONTRATADA que eventualmente receber valor a maior, ao qual não lhe era devido, deverá devolver integralmente o montante recebido em excesso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.**

**17.1.** Este Instrumento poderá ser alterado na forma como disciplina os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, que remete ao **Capítulo VII**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

da Lei nº 14.133/2021, observando-se o que for compatível ao objeto deste contrato.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO/EXTINÇÃO.**

18.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o TRIBUNAL, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato (anualidade), desde que haja a notificação do contratado nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.3. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser **formalmente motivada nos autos do processo**, assegurados o **contraditório e a ampla defesa**, as seguintes situações que forem aplicáveis ao objeto deste contrato, previstas no **Art. 137 da Lei nº 14.133/2021**:

**I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de **normas editais** ou de **cláusulas contratuais**, de especificações, de projetos ou de prazos;

**II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para **acompanhar e fiscalizar** sua execução ou por autoridade superior;

**III** - **alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa** que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**IV** - decretação de **falência** ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**V** - caso **fortuito ou força maior**, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**VI** - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

**VII** - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

**VIII** - **razões de interesse público**, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

**IX** - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para **pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

18.4. O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021 que forem compatíveis ao objeto deste contrato.

18.5. A extinção do contrato poderá ocorrer sob as seguintes formas, conforme consta do Art. 138 da Lei nº 14.133/2021:

18.5.1. Determinada por **ato unilateral e escrito da Administração**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; ou

18.5.2. **Amigável/Consensual**, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração do TRIBUNAL;

18.5.3. Determinada por **decisão judicial**.

18.6. A extinção determinada por **ato unilateral da Administração** e a **extinção Amigável/Consensual** deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PENALIDADES.**

19.1. Pelo descumprimento das condições previstas neste instrumento, cumprimento do objeto de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções previstas no Edital:

**19.1.1. ADVERTÊNCIA:**

19.1.1.1. A CONTRATADA será notificada formalmente pelo CONTRATANTE em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá que apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação.

19.1.1.2. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o Tribunal entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a CONTRATADA será advertida.

19.1.1.3. Conforme consta do § 2º, Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, esta infração será aplicada exclusivamente quando se der causa à inexecução parcial do contrato (Inc. I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**19.1.2. MULTA:**

19.1.2.1. Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos requisitos temporais, será cobrada multa no valor de 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia corrido de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso.

19.1.2.2. Em caso de inexecução parcial do contrato, com a aceitação pela Administração, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

19.1.2.3. Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, conforme consta do § 3º, Art. 156 desse mesmo diploma normativo.

19.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União, e, ainda, descredenciamento no SICAF e no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as seguintes condutas previstas no incisos II a VII do Art. 155 da Lei nº



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**14.133/2021**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**19.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos**, quando da prática de condutas mencionadas no subitem anterior, que justifiquem neste caso a imposição de penalidade mais grave, além das seguintes:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**19.2.** A multa de que trata o subitem 19.1.2 será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas à União mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida através do site [www.stn.fazenda.gov.br/siafi](http://www.stn.fazenda.gov.br/siafi), LINK: Guia de Recolhimento da União > Impressão - GRU > UG: 080003; GESTÃO: 00001; RECOLHIMENTO CÓDIGO: 18831-0, ou cobradas judicialmente.

**19.2.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**19.3.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, nos seguintes prazos e moldes extraídos da Lei nº 14.133/2021:

- a) A aplicação das sanções acima descritas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- b) Na aplicação da sanção de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, será facultada a defesa do interessado/recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, devendo ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- c) Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar que se encontra prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**apresentado** no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e **decidido** no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**d) tanto o recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.**

**e) A aplicação das sanções previstas nos subitens 19.1.3 e 19.1.4 acima observarão, dentre outras normas, o que reza o Art. 158, Lei nº 14.133/2021.**

**f) É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade nos moldes previstos no Art. 163, Lei nº 14.133/2021.**

**19.4. Na aplicação das sanções serão considerados:**

**I - a natureza e a gravidade da infração cometida;**

**II - as peculiaridades do caso concreto;**

**III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;**

**IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;**

**V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.**

**19.5. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste Termo de Contrato serão obrigatoriamente registradas no SICAF e precedida de regular processo administrativo, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.**

**19.5.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.**

**19.5.1.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.**

**19.5.1.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.**

**19.6. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).**

**19.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**19.8.** Os débitos do contratado para com o TRIBUNAL, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo TRIBUNAL decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com este TRIBUNAL, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DO CONTRATO.**

**20.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**20.2.** Após o intervalo de um ano, e a pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal, estando a sua aplicação regida pela legislação em vigor por ele editada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme estabelece a Lei n.º 14.133/2021 em seu artigo 25, §7º, que fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

**20.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**20.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o TRIBUNAL pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**20.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**20.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**20.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**20.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**20.9.** Recebido o requerimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato, a autoridade competente deste Tribunal decidirá, motivadamente em 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**21.1.** Será exigida da CONTRATADA a apresentação à Secretaria Administrativa, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de execução contratual correspondente



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades, conforme estabelecido no **artigo 96, da Lei nº 14.133, de 2021**:

**a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública** emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**b) Seguro-garantia;**

**c) Fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

**d) Título de capitalização** custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**21.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual**, para verificação do total adimplemento do contratado e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, conforme estabelecido no **art. 97, da Lei nº 14.133/2021**.

**21.2.1. A apólice do seguro-garantia** deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**21.2.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário**, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, conforme consta do **parágrafo único do Art. 97 da Lei nº 14.133/2021**.

**21.2.2.1. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração, conforme consta do § 2º do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.**

**21.3. Caso utilizada outra modalidade de garantia diferente do seguro-garantia**, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**21.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis**, contados da data em que for notificada, de modo que volte a corresponder a 3% (três por cento) do valor anual do contrato.

**21.4.1. No caso de opção pelo seguro-garantia**, será observada a regra disposta no **subitem 21.1 e 21.2**.

**21.4.2. Em caso de descumprimento dos prazos estipulados no subitem 21.1, o CONTRATANTE aplicará sobre o CONTRATADO multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até a devida integralização da garantia, limitado ao percentual de 15% (quinze por cento), o que configurará inexecução total do contrato administrativo.**

**21.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

a) **prejuízos** advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) **multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.**

21.6. A garantia de execução contratual será liberada em até 30 (trinta) dias após a data do vencimento deste contrato, desde que cumpridos estejam todos os termos, cláusulas e condições e deduzidos todos os prejuízos financeiros provocados pela CONTRATADA e não liquidados.

21.7. A **garantia em dinheiro** deverá ser **efetuada em favor do Contratante**, em **conta específica na Caixa Econômica Federal**, com **correção monetária**, conforme disposição decorrente do **art. 1º, inciso IV, do Decreto-Lei 1.737, de 1979**.

21.8. Caso a opção seja por utilizar **títulos da dívida pública**, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

21.9. No caso de garantia na modalidade de **fiança bancária**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do **artigo 827 do Código Civil**.

21.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12. Caso haja necessidade de acionamento da garantia, deve ser promovida a notificação do contratado e da seguradora ou da entidade bancária dentro do prazo de vigência da garantia, sem prejuízo da cobrança dentro do prazo prescricional.

21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14. O CONTRATADO deverá autorizar o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

21.15. A perda da garantia em favor do TRIBUNAL, por inadimplemento das obrigações contratuais, dar-se-á de **pleno direito**, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

21.15.1. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

21.16. A **garantia prevista, também se destina a possível necessidade de pagamento de obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias, contado da data de encerramento do contrato.** (Decreto nº 9.507/2018 alterado pelo Decreto nº 10.183/2019, Art. 8º, Inc. VI)

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**22.1.** Ficam vinculados a este Instrumento todos os termos do **Pregão Eletrônico nº 90009/2026** e seu(s) anexo(s)/apenso(s), além da proposta vencedora apresentada no certame pela contratada.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**23.1.** A CONTRATADA declara conhecer e cumprir todas as leis vigentes envolvendo proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, comprometendo-se, assim, a limitar a utilização dos dados pessoais a que tiver acesso apenas para execução dos serviços deste Contrato, abstendo-se de utilizá-los em proveito próprio ou alheio, para fins comerciais ou quaisquer outros.

**23.2.** O TRT8 e a CONTRATADA reconhecem que, como parte da execução do Contrato, armazenam, coletam, tratam ou de qualquer outra forma processam dados pessoais na categoria de Controlador para Operador no sentido dado pela legislação vigente aplicável, sendo o TRT8 considerado "Controlador de Dados", e a CONTRATADA "Operadora", e ambos se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

**a)** o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 os quais submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

**b)** o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

**c)** encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo TRT8, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

**23.3.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRT8-Resolução TRT nº 55/2022, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

**23.4.** O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**23.5.** O “Encarregado” ou “DPO” da CONTRATADA fica ciente do dever de manter contato formal com o Encarregado do TRT8, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes

**23.6.** A critério do Encarregado de Dados do TRT8, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**23.7.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

**23.8.** A contratada, além de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, deverão

- a)** assinar contrato ou termo de compromisso com cláusulas específicas sobre proteção de dados pessoais;
- b)** seguir fielmente as diretrizes e instruções emitidas pelo TRT8;
- c)** manter os registros das operações de tratamentos de dados pessoais que realizar;
- d)** quando demandado, apresentar garantias e evidências suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação e em normas do TRT8, inclusive contratuais;
- e)** permitir a realização de auditorias e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- f)** auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante os titulares de dados pessoais e autoridades competentes;
- g)** comunicar formalmente e de imediato ao Encarregado do TRT8, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança da informação relacionado à proteção de dados pessoais;
- h)** eliminar ou devolver para o TRT8, todos os dados pessoais relacionados à execução contratual e as cópias existentes, após o término contratual;
- i)** facultar acesso a dados pessoais somente ao pessoal autorizado que tenha estrita necessidade, treinamento adequado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança dos dados pessoais.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA NULIDADE DOS CONTRATOS**

**24.1.** Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos, previstos no **CAPÍTULO XI da Lei nº 14.133/2021**:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

- I** - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- II** - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- III** - motivação social e ambiental do contrato;
- IV** - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- V** - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços/objetos já executados/fornecidos;
- VI** - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- VII** - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- VIII** - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- IX** - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- X** - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
- XI** - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.
- 24.1.1.** Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.
- 24.2.** A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do **art. 147 da Lei Nº 14.133/2021**, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.
- 24.2.1.** Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.
- 24.2.2.** Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.
- 24.3.** A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.
- 24.4.** Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

**25.1.** Quaisquer discrepâncias, omissões e/ou erros encontrados, bem como transgressões às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor deverão ser



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

imediatamente comunicados por escrito ao T.R.T. 8ª Região, de forma a serem sanadas.

**25.2.** As controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato, assim como os casos omissos, serão decididos pelo TRIBUNAL, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133, de 2021**, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor** -e normas e princípios gerais dos contratos.

**25.3.** É vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

**25.4.** Contratante e contratada ficam obrigados a cumprirem o disposto na **Portaria PRESI nº 279/2022** (estabelece as normas de conduta ética, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho - TRT8, a serem seguidas por magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores) contida no link <https://www.trt8.jus.br/comissao-de-etica/codigo-de-conduta-no-relacionamento-com-colaboradores-prestadores-de-servicos-e>

**25.5.** O CONTRATADO, através do **endereço de e-mail válido**, fornecido no ato da contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

**25.6.** O CONTRATADO ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO.**

**26.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro de Belém, Capital do Estado do Pará.

**26.2.** Assim, para firmeza e validade do que foi avençado, foi o presente Contrato lavrado no Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, o qual depois de lido e achado de acordo, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

**Belém (PA), XXX de XXX de 2026.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**PRESIDENTE(A) DO TRIBUNAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**Contratada**